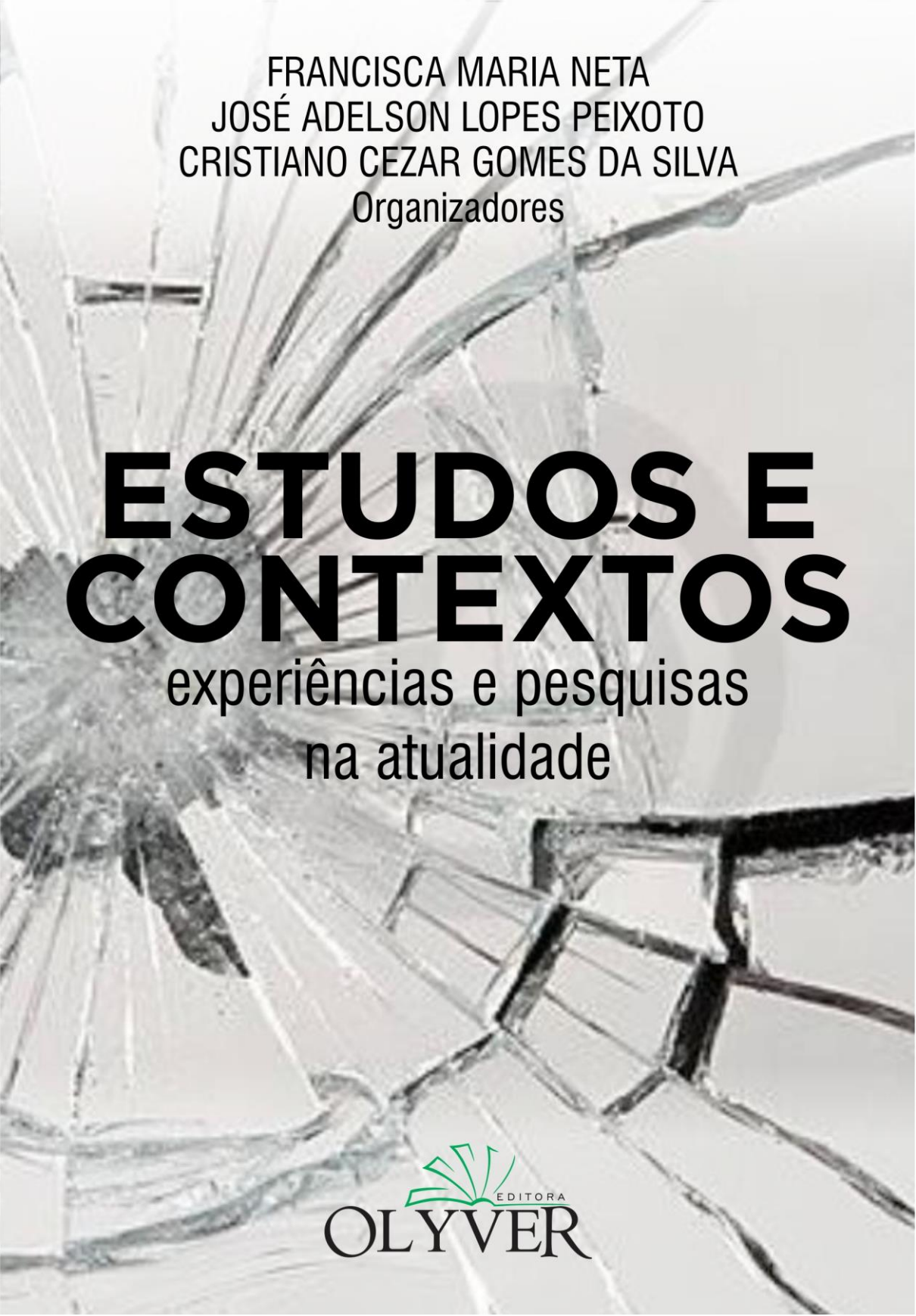
FRANCISCA MARIA NETA
JOSÉ ADELSON LOPES PEIXOTO
CRISTIANO CEZAR GOMES DA SILVA
Organizadores

ESTUDOS E CONTEXTOS

experiências e pesquisas na atualidade



EDITORA OLYVER

Contemporaneamente somos atingidos em diferentes gradações, alcançados pela crueza da realidade vivida e assistida, quer seja no campo simbólico da virtualidade, quer seja na materialização da vida cotidiana experimentada, a nos lembrar de que ainda somos humanos, embora, cada vez mais, a sociedade se veja, sobretudo, na virtualidade cibernética e das redes sociais. Uma sociedade do espetáculo e espetaculosa, especiosamente dinâmica, inerte diante dos males do nosso tempo, transmitidos e assistidos simultaneamente como em um grande programa de realidades em um imenso simulacro da vida cotidiana. Com efeito, este livro reúne professores e pesquisadores da Universidade Estadual de Alagoas, congraçados no campus III, em Palmeira dos Índios, em diversas áreas do conhecimento, em um mundo cada vez mais ávido por compreender a si mesmo. Os escritos que se seguem, nos ESTUDOS E CONTEXTOS, experiências e pesquisas na atualidade, trazem à baila a possibilidade de sonharmos.

GEPIM
GRUPO DE ESTUDOS DO PATRIMÔNIO, IMAGEM E MEMÓRIA

GPHIAL
Grupo de Pesquisa em História Indígena de Alagoas

NEHOult
Núcleo de Estudos em História, Discurso e Cultura

ISBN: 978-65-87192-23-9

EDITORA OLYVER
www.editoraolyver.org

CC BY SA

ESTUDOS E CONTEXTOS
experiências e pesquisas na atualidade

DIREÇÃO EDITORIAL

Maria Camila da Conceição

COMITÊ CIENTÍFICO EDITORIAL

Prof. Dr. Edson Hely Silva
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (Brasil)

Profª Drª. Betijane Soares de Barros
Instituto Multidisciplinar de Maceió – IMAS (Brasil)
Absoulute Chistymas University – ACU (Estados Unidos)

Profª Drª. Laís da Costa Agra
Universidade Federal do Rio de Janeiro | UFRJ (Brasil)

Prof. Dr. Siloé Soares de Amorim
Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Profª Drª. Nara Salles
Universidade Federal de Pelotas | UFPel (Brasil)

Profª Drª. Urânia Auxiliadora Santos Maia de Oliveira
Universidade Federal da Bahia | UFBA (Brasil)

Prof. Dr. Fernando José Ferreira Aguiar
Universidade Federal de Sergipe | UFS (Brasil)

Profª Drª. Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo
Universidade de Pernambuco | UPE (Brasil)

Profª Me. Deisiane da Silva Bezerra
Universidade Federal Rural de Pernambuco | UFRPE (Brasil)

Profª Me. Iraci Nobre da Silva
Universidade Católica de Pernambuco | UNICAP (Brasil)
Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Profª Me. Gisely Martins da Silva
Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof. Dr. Augusto César Acioly Paz Silva
Universidade Federal de Pernambuco | UFPE (Brasil)
Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde | AESA-CESA (Brasil)

Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva
Universidad de la Integración de las Américas | UNIDA (Paraguai)
Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde | AESA-CESA (Brasil)

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva
Universidade do Estado da Bahia | UNEB (Brasil)
Universidade Federal de São Carlos | UFSCar (Brasil)

Prof. Dr. Moisés Monteiro de Melo Neto
Universidade Estadual se Alagoas | UNEAL (Brasil)
Universidade de Pernambuco | UPE (Brasil)

Prof. Dr. Hélder Manuel Guerra Henriques
Professor da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do
Instituto Politécnico de Portalegre (Portugal)

Profª. Drª. Maria Aparecida Santos e Campos
Doutorado em Actividad física y salud. Universidade de Jaen, UJAEN, Espanha

Prof. Dr. Diosnel Centurion, Ph.D
Universidad Católica Ntra. Sra. de la Asunción | Asunción (Paraguay)

Profª. Drª. Marta Isabel Canese de Estigarribia
Universidad Nacional de Asunción, Escuela de Ciencias Sociales y
Políticas | Asunción (Paraguay)

Profª Drª. Mariana Annecchini
Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires | (Argentina)
Instituto de Estudios Históricos y Sociales de la Pampa/CONICET/ Universidad Nacional de La
Pampa | (Argentina)

Prof. Dr. Miguel Angel Rossi
Universidad de Buenos Aires (Argentina)

FRANCISCA MARIA NETA
JOSÉ ADELSON LOPES PEIXOTO
CRISTIANO CEZAR GOMES DA SILVA
Organizadores

ESTUDOS E CONTEXTOS
experiências e pesquisas na atualidade

Maceió-AL
2020
EDITORA OLYVER

DIREÇÃO EDITORIAL: Maria Camila da Conceição
DIAGRAMAÇÃO: Luciele Vieira / Jeamerson de Oliveira
DESIGNER DE CAPA: Jeamerson de Oliveira

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.

Todos os livros publicados pela Editora Olyver estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2019 Editora Olyver
Aldebaran | Tv. José Alfredo Marques, Loja 05
Antares, Maceió - AL, 57048-230
www.editoraolyver.org
editoraolyver@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S183

MARIA NETA, Francisca; PEIXOTO, José Adelson Lopes; SILVA, Cristiano Cezar Gomes da.

ESTUDOS E CONTEXTOS experiências e pesquisas na atualidade [recurso digital] / Francisca Maria Neta, José Adelson Lopes Peixoto, Cristiano Cezar Gomes da Silva - Organizadores. – Maceió, AL: Editora Olyver, 2020.

ISBN: 978-65-87192-23-9

Disponível em: http://www.editoraolyver.org

1. Cultura. 2. História. 3. Pesquisa. 4. Religião. 5. Território.
I. Título.

CDD: 981

Índices para catálogo sistemático:
1. História 981

SUMÁRIO

PREFÁCIO
Maria Lêda Oliveira..... 10

APRESENTAÇÃO
Cristiano Cezar Gomes da Silva..... 13

A CARTOGRAFIA DA PESQUISA, O TRABALHO DE CAMPO E A ESCRITA ETNOGRÁFICA COMO OBRA DO TECELÃO
José Adelson Lopes Peixoto..... 21

HISTÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA
a utilização da música como ferramenta didático-metodológica de ensino
Kleber Bezerra Costa
Aline de Freitas Lemos Paranhos 40

A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ALAGOAS E O ENSINO DA CARTOGRAFIA HISTÓRICA
Francisca Maria Neta
Denize dos Santos..... 58

PELOS MEANDROS DO RIO SÃO FRANCISCO
mapas históricos como elementos de representação espacial
Denize dos Santos, Cícero Bezerra da Silva e Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto Nele..... 74

GEOGRAFIA E RELIGIÃO
entre os espaços sagrados e os territórios de conflitos
Ana Cristina de Lima Moreira..... 89

SOBRE CORPOS, MULHERES E GEOGRAFIAS
diálogos necessários
Rosa de Lima Medeiros Neta..... 102

ESPELHOS DA HISTÓRIA NA LITERATURA
memória, discurso e violência em *Vidas secas*, de Graciliano Ramos
Cristiano Cezar Gomes da Silva..... 118

LITERATURA, BIOGRAFIA, AUTOFICÇÃO, BIOFICÇÃO E HISTÓRIA EM ENTRELAÇAMENTOS VIVENCIAIS
Moisés Monteiro de Melo Neto..... 134

A CONSTRUÇÃO DA LEGISLAÇÃO DITATORIAL
do golpe militar ao Ato Institucional nº. 5
Luziano Pereira Mendes de Lima..... 150

A HISTÓRIA DO MERGULHO PROFISSIONAL
Roberto Calabria Guimarães da Silva 163

PREFÁCIO

Nas páginas seguintes encontram-se estudos em disciplinas distintas, com reflexões acerca de temas, métodos e conceitos diversos sobre épocas históricas igualmente diferentes. Livro organizado por Francisca Maria Neta, José Adelson Lopes Peixoto e Cristiano Cezar Gomes da Silva traz experiências de pesquisas científicas, como da mesma forma vivências pessoais testemunhadas por seus autores, todos professores da Universidade Estadual de Alagoas, Campus III, em Palmeira dos Índios. Pese a diversidade de objetos de investigação explorados em cada capítulo, mas há uma estrutura interna que os une, espécie de alicerce a erguer este edifício escrito de padrão heterogêneo. Trata-se do alicerce denominado Humano, composto por ingredientes que o solidifica relacionados à vida em sociedade, numa dimensão política e ética.

Consciente das diferenças conceituais entre Ciências Humanas e Sociais e Humanidades, permito-me inserir todo o leque de estudos aqui apresentados numa espécie de simbiose entre estas duas grandes áreas – que passarei a denominar simplesmente Ciências Humanas. Em tempos de desagregação e quantificação do conhecimento, nunca é demais chamar a atenção de todos os cidadãos e, em específico, da comunidade acadêmica para a necessária reflexão sobre o papel social e político das disciplinas voltadas para a compreensão das relações humanas. O esvaziamento do verdadeiro sentido das Ciências Humanas não é fruto do momento atual ou de duas décadas atrás. O fato é anciano e caminhou de mãos dadas com a expansão e consolidação do capitalismo nos últimos séculos.

Em 1725, Giambattista Vico publicou às suas expensas em Nápoles, um livro denominado *Ciência Nova*, com refundição em 1730 e uma edição definitiva em 1744, cuja recepção foi bastante acanhada na sua época. Na realidade, precisou de muito tempo para que o pensamento do napolitano entrasse no rol das discussões acadêmicas e intelectuais. Atualmente, as ideias sobre a História e a

Filologia desenvolvidas por Vico têm vindo à tona com mais frequência e tal dado é proporcionado pelo contexto histórico de crise política, social e de valores humanos, alguns dos quais há muito considerados racionalmente resolvidos, ou pelo menos minimamente solucionados, mas que retornaram com um peso considerável na vida cotidiana global, não só do Brasil, diga-se de passagem.

O retorno do pensamento viquiano advém, sobretudo, em decorrência da sua concepção sobre o percurso histórico da humanidade. Diferente da grande maioria dos pensadores setecentistas, Vico não concebia a História Humana numa perspectiva linear, como uma linha progressiva ascendente, muito pelo contrário. Acreditava, a partir de uma análise fundamentada na filologia e na própria história, que, após uma espécie de "desenvolvimento", ou de um período de "progresso", haveria uma involução, com retorno à barbárie. É neste ponto de retorno à barbárie que o pensamento de Vico atraiu a intelectualidade, uma vez que o contexto contemporâneo fez cair por terra a certeza de uma História progressiva ascendente.

Ora, a ideia de retorno a um período de barbárie, na visão de Giambattista Vico, não ocorre por mero acaso do destino. O retorno é provocado pela ação humana, base normalmente desconsiderada por quem analisa a ideia de História do napolitano. Afinal, como o próprio Vico mencionou: "tudo isto foi também a mente, porque o fizeram os homens com inteligência; não foi destino, porque o fizeram por escolha; não acaso; porque com perenidade, fazendo sempre assim, produzem as mesmas coisas" (VICO, Giambattista, 2005, Lisboa: F. C. Gulbenkian, p. 844, §1108). Portanto, são as escolhas humanas que definem o percurso histórico. A atual realidade de esvaziamento do sentido sócio-político das Ciências Humanas não ocorreu por mero acaso da senhora destino, mas por escolhas e tomadas de posição de todos que atuaram e atuam nesta grande área do conhecimento.

Assim como fez Vico ao longo dos seus estudos sobre a História, talvez hoje seja importante retomar, com afinco, o estudo de obras de alguns pensadores do Renascimento, de ideias discutidas sobre melhoria humana. Muitas destas, com toda a certeza, abortadas

com a expansão do capital, porque as regras de tal sistema econômico demonstraram incompatibilidade com o pensamento humanista, este voltado para a formação de cidadãos livres e autônomos, que deviam agir como sujeitos históricos e, consequentemente, políticos. Até porque a formação de sujeitos históricos autônomos e livres deveria ser pautada por um sistema ético, alcançado a partir do conhecimento em união com a sabedoria, que buscaria de modo central a dignidade do ser humano com repercussão direta na vida coletiva em sociedade – base, no meu entender, do papel social e político das Ciências Humanas.

O retorno à barbárie não é destino, é fruto da práxis política de cada sujeito histórico, que conflui naturalmente para vida coletiva. Logo, neste momento de desagregação, parece ser fundamental que a intelectualidade da área das Ciências Humanas passe a questionar-se sobre as tomadas de decisões, tidas ao longo do seu próprio percurso, em relação à construção do conhecimento. Ou continua a aceitar o modelo produtivista, recebido como de ordens sobrenaturais se tratasse, apenas preocupado com a quantidade de pontos a serem amealhados em publicações, objetivando simplesmente angariar projeções individuais; ou age em prol da retomada do papel central das Ciências Humanas, com o objetivo de formar cidadãos autônomos e livres, que contribuam como sujeitos históricos para o bem-estar da coletividade, conscientes de que nenhum ganho social tem garantia eterna, sendo necessário se manter vigilante e em ação política constante.

Rothrist (Argóvia-Suíça), verão de 2020

Maria Lêda Oliveira
Doutora em História e Teoria das Ideias Políticas

APRESENTAÇÃO

A interdisciplinaridade tem sido uma das principais marcas epistemológicas na contemporaneidade. A quebra dos paradigmas, o estilhaçamento das certezas, o fim das grandes narrativas, a desconfiança acerca das ideologias, o terreno movediço e a fluidez da pós-modernidade têm transformado os grandes campos das ciências. Por outro lado, o retorno de velhos fantasmas, outrora adormecidos os quais achávamos superados e extirpados, tem revelado as mais cruéis e abjetas nuances da natureza humana. Violência, racismo, brutalidade, mortes, autoritarismo, revisionismo histórico, narrativas de ódio são vistos em várias partes do planeta globalizado.

A cada dia, novidades sobre antigos espectros não mais nos espanta. O ceticismo, beirando a resignação, tem solapado parte significativa da sociedade. A academia e os intelectuais não estão fora dessa perspectiva. Somos todos atingidos em diferentes gradações, alcançados pela crueza da realidade vivida e assistida, quer seja no campo simbólico da virtualidade, quer seja na materialização da vida cotidiana experimentada a nos lembrar de que ainda somos humanos, embora cada vez mais a sociedade se veja, sobretudo, na virtualidade cibernética e das redes sociais. Uma sociedade do espetáculo e espetaculosa, especiosamente dinâmica, inerte diante dos males do nosso tempo transmitidos e assistidos simultaneamente como em um grande programa de realidades em um imenso simulacro da vida cotidiana.

Nesse cenário de esquizofrenia, estão mergulhados a ciência e os saberes. Diariamente nos questionamos quais os seus papéis. O que faz a ciência? O que fazem os saberes? Para quem e onde os construímos? Não encontramos as respostas satisfatoriamente. Há muito a universidade perdeu seu espaço enquanto lugar do conhecimento e centro de discussões da e na sociedade. A centralidade dos debates perdeu seu eixo juntamente com o descentramento do mundo contemporâneo. As suas indeléveis marcas e sinais vemos a

cada dia, em cada esquina, em cada clique, em cada tecla, toque ou acesso à rede mundial de computadores que, paradoxalmente, nos aproxima ao anular as fronteiras, e nos afasta, nos isola e nos aprisiona em nós mesmos, em nosso eu narcísico. Resta-nos saber se ainda somos esse "eu" ou um eterno e cambiante outro, reconfigurado e "atualizado" como um software humano aspirando à próxima atualização automática ao ser reconectado incessantemente com o mundo, que nem mais sabemos o que é tampouco se virá a ser.

Se nos fins da Antiguidade, quando perguntado, Agostinho afirmava não saber o que era o tempo; na contemporaneidade, não sabemos ao menos quem somos, se somos, e o que somos, quer seja individual ou coletivamente. Vivemos em uma fragmentação esfacelada, implodida de nós mesmos cujos cacos estilhaçados não mais conseguimos juntar, remontar ou reconstruir em um quebra cabeça de nossas próprias vidas. A crise dos paradigmas se configura em um dos mais miméticos reflexos dessa realidade turva e pueril, na qual estamos mergulhados, absortos, contemplativos, a exemplo de Palomar, personagem de Ítalo Calvino, meditativo à frente do mar a observar as ondas em seus movimentos, ora em frente, ora oblíquos, cujas correntes são invisíveis na superfície de nossas vidas, como na superfície das espumas do mar.

Nesse ambiente de incertezas, de inseguranças, de fragmentação, a universidade, ao deixar de ser o principal lugar da discussão, de pluralidade de ideias e pensamentos, tem trilhado pelo caminho do imediatismo da produção em série do conhecimento. Possivelmente, Ford estaria deleitado em nosso tempo ao ver o triunfo dessa produção em escala industrial de um conhecimento, que outrora elaborado quase artesanalmente em seus detalhes e urdidura, tecido fio a fio, mas que hoje nos atropela de forma avassaladora. Os "produtos" são a ordem do dia. Quantos *papers* você publicou no último ano? Não mais nominamos artigos como tal. Os estrangeirismos e o paradigma da "produção" em massa invadiram nossas humanidades na academia, nos constrange. Índices, tabelas, gráficos mensuram a

quantidade, porém insuficientes para aferição da qualidade e alcance de nossos resultados.

Entretanto, vislumbramos um horizonte menos nebuloso. Embora a tecnologia tenha substituído às relações afetivas e humanas dos congressos, reuniões, seminários, encontros acadêmicos, podemos remontar ao *simposium* grego antigo, ocasiões nas quais os convivas se compraziam ao sabor da sabedoria, do conhecimento a lume de discussões e reflexões da mais refinada capacidade humana, o pensar. Assim, esta coletânea busca uma confraternização com os saberes, representa uma materialização da pesquisa e da busca pelo conhecimento na contemporaneidade através dos textos a seguir apresentados, enfatizando a pluralidade de temas em abordagens teóricas e metodológicas variadas nesse universo inesgotável do saber e da sua apreciação.

Os resultados aqui reunidos têm como principal marca a interdisciplinaridade, a procura pelo diálogo entre os campos do saber, quebrando as barreiras, ultrapassando as suas fronteiras, não enclausurando ou delimitando em seus territórios simbólicos aquilo que deve ser plural e multifacetado. Um diálogo, um banquete entre os vários saberes. Uma circularidade do conhecimento cujo fio que perpassa a todos e os converge está nas cartografias e reflexos históricos. Assim, a história, filha da memória, congraça a todos, faz um chamamento aos convivas da sabedoria a se aproximarem e a reunirem-se em um banquete do conhecimento: antropologia, ciência política, ensino, geografia, história e literatura dialogam entre si a partir da etnografia, ensino de história, cartografia, representação espacial, religião, relações de gênero, discurso e memória, entrelaçamentos entre literatura e história, política e legislação ditatorial e mergulho profissional, conjuntamente em **ESTUDOS E CONTEXTOS experiências e pesquisas na atualidade.**

Assim, abrindo a presente coletânea, temos o capítulo **A CARTOGRAFIA DA PESQUISA, O TRABALHO DE CAMPO E A ESCRITA ETNOGRÁFICA COMO OBRA DO TECELÃO,** de José Adelson Lopes Peixoto. O autor traz uma reflexão acerca das

metodologias de pesquisa, assinalando que os procedimentos metodológicos foram cada vez mais aproximando o sujeito do objeto, transformando-os em sujeito que pesquisa e sujeito pesquisado. Nesse sentido, o informante, o entrevistado, o colaborador, o interlocutor passaram a ser protagonistas como aqueles que falam por si e pelo seu povo. Desse modo, o pesquisador se revestiu do importante papel de propagador das vozes antes silenciadas, esquecidas e anuladas, aquele que leva tais vozes a locais onde os seus donos não podem estar. O estudo ressalta a relevância da etnografia, compreendendo-a como um desvendar da trama histórica, dialogando com os sujeitos que o pesquisador se dispõe a entender, sendo eco das suas vozes e extensão dos seus olhares.

No segundo capítulo, intitulado **HISTÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA a utilização da música como ferramenta didático-metodológica de ensino,** Kleber Bezerra Costa e Aline de Freitas Lemos Paranhos desenvolvem uma análise sobre a produção do conhecimento histórico em sala de aula, tendo a música como uma das possibilidades de ensinar e aprender, na busca da melhoria do fazer pedagógico. Dessa maneira, com o intuito de estimular o interesse e a criticidade dos alunos nas aulas de história, procuram identificar as relações estabelecidas pelos sujeitos entre a realidade atual e o passado histórico, intencionando construir a chamada consciência histórica. Além de refletirem sobre a reelaboração do fazer pedagógico, os autores reconhecem a importância dos estágios supervisionados e dos projetos institucionais, como o Programa Residência Pedagógica, que buscam inserir os licenciandos no campo educacional durante a sua formação acadêmica.

No terceiro capítulo, **A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ALAGOAS E O ENSINO DA CARTOGRAFIA HISTÓRICA,** Francisca Maria Neta e Denize dos Santos discutem a cartografia como instrumento do ensino de História, procurando analisar a cartografia histórica de Alagoas no processo ensino-aprendizagem. As autoras apontam que a cartografia objetiva a representação do espaço, possibilitando o armazenamento dos seus dados nas representações gráficas. Nesse sentido, enfatizam os mapas históricos no estudo da História de Alagoas e na sua formação territorial, perpassando o conceito de cartografia e suas linguagens para o ensino. Revisam, ainda, a literatura sobre a formação histórica e territorial de Alagoas através de pesquisas no Arquivo Público de Pernambuco e no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, assim como, nos arquivos virtuais da Biblioteca Nacional e Laboratório de Estudos de Cartografia Histórica-LECH da USP.

PELOS MEANDROS DO RIO SÃO FRANCISCO mapas históricos como elementos de representação espacial, é o título do quarto capítulo de autoria de Denize dos Santos, Cícero Bezerra da Silva e Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto. Nele, os autores assinalam que a ocupação do Nordeste brasileiro privilegiou a faixa litorânea produtora de cana de açúcar enquanto maior lavoura da colônia. Assim, a função do Agreste e do Sertão era a de atender as demandas da área produtora - o litoral - e os rios foram elementos essenciais no processo de apropriação e integração desses espaços, contituindo-se como caminhos fluidos para o deslocamento e a circulação de pessoas e bens. Dessa forma, apontam as autoras, os canais de águas mais caudalosas, a exemplo do rio São Francisco, receberam centralidade desde os primórdios da chegada dos europeus nas terras que mais tarde viriam a ser chamadas de “Brasil” e que configuraram a colônia portuguesa na América.

Ana Cristina de Lima Moreira, no quinto capítulo, **GEOGRAFIA E RELIGIÃO entre os espaços sagrados e os territórios de conflitos**, apresenta a importância da relação entre religião e produção geográfica. Assim, a partir da presença da Igreja Católica na formação social do Brasil, a autora busca um olhar sobre o sagrado, suas manifestações religiosas e culturais nos espaços, bem como em territórios de conflitos em outros países. Assinala, ainda, que no mundo contemporâneo é imprescindível a Geografia ampliar seu olhar acerca da cultura religiosa dos indivíduos e dos grupos sociais, pois, habitam territórios e apresentam suas complexidades. Embora não aponte a exigência de um geógrafo da religião, assinala a relevância dos estudos geográficos não negligenciarem as questões religiosas, conhecendo melhor outras vertentes dessa temática que estejam relacionadas à geografia na contemporaneidade.

No sexto capítulo **SOBRE CORPOS, MULHERES E GEOGRAFIAS diálogos necessários,** Rosa de Lima Medeiros Neta discute a herança patriarcal europeia enraizada e consolidada na sociedade brasileira. Para autora, tal sociedade deixa como legado às mulheres um país eurocêntrico, machista, patriarcal e racista. Assim, traz uma reflexão cujo ponto de partida é o século XIX a fim de visualizar como a figura da mulher foi sendo construída ou reproduzida a partir de um padrão eurocêntrico. Como recorte histórico, fundamenta-se nas proposições da obra da historiadora Mary Del Priore em diálogo com a geografia enquanto ciência espacial. Nessa direção procura compreender a realidade atual pelo viés da expressão de preconceitos, opressões e hábitos rotineiramente produzidos, reproduzidos ou combatidos através de um retorno no tempo para perceber como foram e ainda são tratados os corpos e a sexualidade das mulheres.

Em **ESPELHOS DA HISTÓRIA NA LITERATURA memória, discurso e violência em *Vidas secas*, de Graciliano Ramos,** Cristiano Cezar Gomes da Silva enfatiza que as relações entre a história e a literatura são bastante antigas e intrínsecas a esses dois campos do conhecimento, remontando à mitologia grega antiga a

partir das musas Clio e Calíope, filhas da deusa da memória *Mnemosine*, ressaltando a proximidade entre ambas, respectivamente, enquanto representantes da história e da literatura. No decorrer da pesquisa, a memória, tanto individual quanto coletiva, é compreendida como um fio que perpassa as duas áreas do conhecimento. Nessa direção, é realizada a análise do romance *Vidas secas* (1938) através de recortes da obra em uma relação intrínseca com o momento histórico de sua escrita durante a chamada era Vargas, sendo ressaltadas as marcas de violência presentes na narrativa literária na obra do escritor alagoano.

Em **LITERATURA, BIOGRAFIA, AUTOFICÇÃO, BIOFICÇÃO E HISTÓRIA EM ENTRELAÇAMENTOS VIVENCIAIS,** oitavo capítulo da coletânea, Moisés Monteiro de Melo Neto reflete acerca do entrelaçamento da literatura com a vida pessoal e a história. O autor parte do pressuposto de que se por um lado a literatura é paz e êxtase, por outro é dor extrema, perdição e redenção num caminho longo para quem pensa estar só na vida e busca neste tipo de escrita uma potencial euforia para suprir um desejo não correspondido. Perpassando acontecimentos contemporâneos, a exemplo da pandemia da Covid, bem como a face mais obscura do racismo exposto na morte covarde e cruel do negro americano **George Floyd**, o capítulo traz uma provocação à reflexão sobre o papel da história e da literatura, e de seus professores, estudantes e autores, nesse contexto de esquizofrenia, instigando provocações sobre o presente e o futuro desses dois campos do conhecimento.

No capítulo nono, **A CONSTRUÇÃO DA LEGISLAÇÃO DITATORIAL do golpe militar ao Ato Institucional nº. 5,** Luziano Pereira Mendes de Lima propõe uma reflexão sobre os governos de exceção, abordando as origens das ditaduras modernas a partir da impossibilidade da burguesia, enquanto classe dominante no Estado burguês, lançar mão, com sucesso, do modelo de democracia formal. Aborda, ainda, o golpe militar-civil de abril de 1964, ocorrido no Brasil, dentro do contexto da história da América Latina, como uma explicitação da ação das frações burguesas, visando resolver os seus

conflitos e/ou paralisar a ascensão dos movimentos populares. O autor também destaca o movimento estudantil de 1967-1968, em especial o universitário, como forma de resistência à ditadura instituída, assinalando que a legislação ditatorial somente seria removida através do processo constituinte iniciado em 1986.

Fechando esta coletânea, temos o capítulo **A HISTÓRIA DO MERGULHO PROFISSIONAL,** de Roberto Calabria Guimarães da Silva, que apresenta a atividade de mergulho como uma das atividades mais antigas praticadas pelo homem, abordando as principais proposições sobre o seu início e motivações a partir de descobertas arqueológicas. Nessa direção, o autor traz um panorama das transformações da atividade de mergulho, desde os primórdios, quando se supõe que o homem mergulhava como atividade cotidiana, passando pela antiguidade, quando, no século IX a.C., os assírios passaram a utilizar mergulhadores de combate. Na Idade Moderna, os oceanos tornaram-se a nova rota de escoamento das riquezas na expansão marítima e comercial europeia, até chegar à contemporaneidade com avanços tecnológicos na atividade de mergulho para fins profissionais, comerciais e militares, mostrando a evolução de suas técnicas e equipamentos ao longo da história.

Com efeito, este livro reúne professores e pesquisadores da Universidade Estadual de Alagoas, congraçados no campus III, em Palmeira dos Índios, em diversas áreas do conhecimento em um mundo cada vez mais ávido por compreender a si mesmo. Os escritos que se seguem, nos **ESTUDOS E CONTEXTOS experiências e pesquisas na atualidade,** trazem à baila a possibilidade de sonhar. Boa leitura a todos!

Maceió, 13 de julho de 2020.

Prof. Dr. Cristiano Cezar Gomes da Silva - UNEAL

A CARTOGRAFIA DA PESQUISA, O TRABALHO DE CAMPO E A ESCRITA ETNOGRÁFICA COMO OBRA DO TECELÃO

José Adelson Lopes Peixoto[1]

Considerações iniciais: a montagem do tear

O século XXI se apresenta como uma época marcada por profundas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais. A expansão das chamadas novas tecnologias e a forma como rapidamente elas foram incorporadas ao cotidiano, globalizaram algumas práticas econômicas, diminuíram muitas das fronteiras territoriais, sociais e religiosas, tornando as diferenças mais fluídas, o capital financeiro mais volátil e, com isso, as ideologias tradicionais começaram a entrar em choque com novas maneiras de pensar e de viver.

A velocidade da informação criou um novo modo de interação entre os indivíduos e esses, remodelaram as formas de materialização do pertencimento a uma etnia ou um lugar. Na mesma velocidade, o universo acadêmico exigiu adequação das pesquisas a esse modelo dito universal de ver e estar no mundo. As metodologias das pesquisas foram cada vez mais aproximando o sujeito do objeto, transformando-os em sujeito que pesquisa e sujeito pesquisado, respectivamente. O informante, o entrevistado, o colaborador, o interlocutor passaram a ser vistos como protagonistas, como aqueles que falam por si e por seu povo e o pesquisador se revestiu do importante papel de ser o propagador das vozes antes silenciadas, esquecidas e anuladas, aquele que leva tais vozes a locais onde os seus donos não podem estar.

[1] Professor Adjunto na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Coordena o Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas - GPHI-AL e o do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena de Alagoas - CLIND/AL.
Email: adelsonlopes@uneal.edu.br

Nesse estudo, busco destacar o papel assumido pela pesquisa de campo e pelo pesquisador nos últimos anos. Enquanto etapas, a imersão do pesquisador, o convívio com a comunidade, a produção de diário e caderno de campo, a realização de entrevista, as observações, as produções imagéticas e sonoras serão descritas como cartografia e as transcrições, as análises e a produção dos textos serão a arte final, o trabalho do tecelão, a modelagem do artista. Assim, a escrita histórica e etnográfica será abordada como produção tecida, desenhada e pontilhada nos teares do trabalho de campo.

Apresento um estudo bibliográfico produzido em diálogo com a minha experiência com pesquisa de campo realizada junto aos indígenas da etnia Jiripankó, no município de Pariconha, no Alto Sertão Alagoano. Tal pesquisa foi realizada para tessitura da minha tese de doutorado, apresentada em 2018, com o título: *Minha identidade é meu costume: religião e pertencimento ente os indígenas Jiripankó – Alagoas.* Trata-se de um trabalho que envolveu pesquisa bibliográfica, documental e de campo com a intenção de apresentar um tecido social singular e definidor das condições de existência da população pesquisada.

A pesquisa com os Jiripankó marcou um período em que a diversidade cultural precisava ocupar um papel relevante nos estudos atuais, pois a inserção de povos com costumes, economia ou religião diferenciadas em um sistema dito globalizado, continuou, nesse início de século XXI, marcado por muita resistência, apesar de discursos afirmando que compreender o mundo contemporâneo é encontrar nele o lugar de cada comunidade, sobretudo das comunidades tradicionais com permanências ou ressignificações de elementos e valores culturais oriundos dos seus saberes ancestrais.

Encontrar o lugar do outro, definir o seu pertencimento e rebuscar suas memórias são exercícios que nos levam a conceber a cultura como elemento que tanto une quanto separa os indivíduos e os grupos, a partir da forma como concebem, compartilham e ressignificam suas experiências. Sobre isso, Ruth Benedict enfatizou que

> A história da vida individual de cada pessoa é acima de tudo uma acomodação aos padrões de forma e de medida tradicionalmente transmitidos na sua comunidade de geração para geração. Desde que o indivíduo vem ao mundo os costumes do ambiente em que nasceu moldam a sua experiência dos factos e a sua conduta. Quando começa a falar ele é o frutozinho da sua cultura, e quando crescido e capaz de tomar parte nas atividades desta, os hábitos dela são os seus hábitos, as crenças dela as suas crenças, as incapacidades dela as suas incapacidades. (BENEDICT, s/d, p.15)

Percebe-se, na afirmação acima que os indivíduos, a medida em que compartilham seus conhecimentos, hábitos e crenças, transferem às novas gerações a incumbência de reescrever sua história, vencer suas limitações e dissolver as fronteiras existentes entre os distintos grupos sociais, promovendo uma interação capaz de reduzir as desigualdades. É nesse campo que as Ciências Humanas vão encontrar o material e as ferramentas necessárias para desenvolver as suas ações e produzir uma narrativa sobre os povos ou grupos que foram historicamente silenciados.

O início do século XXI presenciou a abertura de um campo de pesquisas que contemplou as narrativas sobre a igualdade social e a tolerância cultural, porém, na mesma intensidade, testemunhou a forma como discurso da igualdade e a prática da intolerância continuaram antagônicos e as diferenças sociais, regionais, culturais e econômicas tornaram-se mais evidentes no Brasil a partir de 2018. Os discursos disfarçados saíram dos esconderijos nos seios das *famíglias* e tornaram-se públicos, excludentes, misóginos, racistas, nazistas, nefastos. Verdadeiros símbolos ideológicos da necropolítica que impera no Brasil atual. Nesse contexto, as populações tradicionais, geradoras de novas identidades e de novos indivíduos com características enraizadas na tradição do passado tendem a serem, mais uma vez silenciadas, esquecidas, invizibilizadas e anuladas em um futuro muito próximo.

As pesquisas na área das Ciências Humanas têm sido caracterizadas por profunda tentativa de descrição das relações entre

os povos e as culturas, nas quais a identidade vem sendo definida como o resultado de interações reguladas por alguma instituição. Isso gera a consciência de que compartilhar saberes e informações é primordial para assegurar a sobrevivência dos povos e a socialização dos seus saberes tradicionais, além de se configurar como uma forma de fomentar olhares mais plurais sobre a tessitura da nossa história.

Povos pertencentes a comunidades como as indígenas, negras, ciganas, camponesas, entre outras, parecem existir apenas nas pesquisas acadêmicas enquanto a sociedade brasileira e o poder público continuam a lhes relegar à margem da história e às bordas do tecido social. Isso se deve, entre outros fatores, a forma como muitos pesquisadores trataram tais populações no passado, relegando-os o lugar de dominados, subalternos ou, quando muito insubordinados às vontades e ideologias das classes mais abastadas.

A pesquisa de campo e as ferramentas da história oral possibilitaram o desenvolvimento de um olhar mais plural e fomentaram a substituição do exótico pelo familiar nas pesquisas contemporâneas, da mesma forma que tentam reformular a noção de herói e de protagonismo histórico nas narrativas que circulam no mundo acadêmico. Neste texto, não pretendo apresentar um manual, quero apenas compartilhar uma metodologia que apresentou resultados satisfatórios e deverá ser ampliada, melhorada, refutada, questionada e submetida a um novo tear para produzir novos pontos, traços, costuras, tramas e bordados que resultem em novos tecidos para compor o mosaico que é a historiografia brasileira.

O tear do historiador, o lócus da cartografia e o campo do etnógrafo

Pesquisar sobre a identidade étnica é se debruçar sobre um processo de construção assentado na comunicação de um grupo social em contraste com outros, a partir das suas relações. É mergulhar em um posicionamento ideológico, que inevitavelmente desemboca no confronto de várias identidades gestadas a partir do estabelecimento

de relações sociais que são efetivadas através de escolhas e adoções estrategicamente selecionadas por um grupo ou etnia como mecanismos de sobrevivência social. Isto significa que o pesquisador usará o conhecimento teórico adquirido para identificar e conceituar os traços percebidos no seu campo de pesquisas e a apresentação dos resultados será, sempre, revestida de inquietação, questionamentos, suposições e interpretações que poderão fomentar novas pesquisas. Essa é a lógica do fazer acadêmico.

O estabelecimento do contato e a consequente adoção de estratégias de sobrevivência tem marcado a trajetória de vários povos indígenas no Brasil e, sobremaneira, na região Nordeste, onde o contato foi mais intenso durante o processo de colonização europeia, causando perseguições, escravização e diásporas. Como consequência disso, muitos povos migraram para outras áreas fora da sua região de origem e lá, viveram no anonimato, silêncio, negação e posterior ressurgimento, afirmação étnica e convivência com o outro, contextos que são, inegavelmente grandes campos de pesquisas.

Os indígenas da etnia Jiripankó são exemplo dessa situação, pois formam um grupo étnico que vive em profunda interação social com as populações no seu entorno. Seus membros, depois de longo período de anonimato, se identificam e são identificados pelos seus semelhantes como culturalmente diferentes dos demais moradores da sua região geográfica.

Enquanto grupo étnico vem se perpetuando através de interações culturais dentro das quais compartilham conhecimentos, crenças, hábitos, valores, atitudes, códigos morais e éticos indispensáveis à criação de sua organização social. Possuem um enorme patrimônio cultural materializado em uma intensa prática ritualística composta por festas de agradecimentos, iniciação, pagamento de promessas, abertura e fechamento de ciclos, devoções e curas. Tais práticas são ancoradas na crença em divindades Encantadas e nas ações que essas divindades desempenham na vida dos indígenas. As práticas religiosas envolvem interdições alimentares e sexuais, banhos com ervas, retiros espirituais, confecção de vestes

ritualísticas, pinturas corporais, cantos, benzimentos, danças e performances públicas e privadas. São, pois, as tramas, os pontos e os nós, onde o historiador tecerá as suas concepções e análises das experiências ali compartilhadas. Nessa perspectiva,

> O historiador, como a bordadeira, ao final de suas atividades de pesquisa tem à frente uma cesta cheia de documentos, de relatos, de imagens, de escritos, de narrativas, de variadas cores e tonalidades, misturados de forma caótica. É ele, como faz a profissional do bordado, que submete esse caos a uma ordem, a um desenho, a um plano, a um projeto, a um molde, a um modelo que deve ser previamente pensado. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p.31)

O autor, na afirmação acima, chama a atenção para as etapas da pesquisa, destacando a necessidade de traçar um planejamento que contemple alguns conhecimentos básicos sobre o lócus pesquisado, condição que, em campo, lhe instrumentaliza a escolher os materiais que devem ser colocados na cesta para, no momento oportuno serem ordenados, modelados e apresentados como tecido, o produto da sua tessitura.

O pesquisador ao selecionar indivíduos para suas entrevistas, espaços e cenas para suas fotografias, documentos para sua análise, eventos que acompanhará, atividades que descreverá, está exercitando a prática de mapear os sujeitos e os eventos, a habilidade de definir a intensidade e o cuidado com a proporção como cada fato será abordado e descrito. É um exercício iniciado com a definição da escala que será aplicada e concluído com a avaliação do efeito visual que sua narrativa, enquanto produto, irá imprimir aos materiais guardados na cesta. A esse conjunto de materiais e métodos, chamo de cartografia.

O ato de planejar a tessitura (a formação teórica), cartografar a prática (o trabalho de campo) para produzir uma narrativa (a escrita) faz com que mais uma atividade seja executada, a etnografia. Trata-se, pois, do momento privilegiado em que o pesquisador se põe em contato com os sujeitos da sua pesquisa e, “estando lá”, começa a unir

os pontos para compor a sua narrativa. Esta atividade é, na prática, um desdobramento do trabalho de campo, a observação participante, caracterizada pela chegada do pesquisador ao local onde fará a pesquisa, pelo estabelecimento das negociações que lhes darão acesso às pessoas, aos eventos e aos espaços, estendendo-se ao momento em que se afasta do campo levando uma enorme variedade de relatos, imagens, anotações e experiências compartilhadas (LAPASSADE, 2001) que darão forma e direcionamento a sua escrita.

A experiência com os Jiripankó se deu porque tal povo se apresentou como detentor de uma identidade modelada a partir do longo convívio com a sociedade a sua volta, com a qual desenvolveu trocas interétnicas e culturais, cujos resultados são visíveis no campo religioso com a assimilação de elementos e símbolos do cristianismo católico, a adoção de divindades, calendários, práticas e eventos que impactam na sua religião tradicional e lhe confere características singulares. Foi o primeiro povo indígena a ressurgir no sertão alagoano e, por isso, exerce certa liderança sobre os demais povos da região; seu cacique, Genésio Miranda (bisneto de José Carapina – fundador da etnia) é tido como grande expoente da herança Pankararu nessa região, motivo que tem atraído o olhar de alguns pesquisadores nos últimos anos, contribuindo, com isso, para ampliar a sua visibilidade, o que justifica a minha escolha para a realização da pesquisa com eles.

Definição teórica: a montagem do tear e a cesta do bordado

A definição da base teórica e conceitual ou a pesquisa bibliográfica se configurou como primeiro passo, pois forneceu subsídios teóricos imprescindíveis para elaborar o quadro conceitual sobre etnia, ritual, cultura, identidade, promessa, penitência, encantamento, memória e pertencimento, possibilitando a interpretação dos dados coletados na pesquisa de campo. Nesse intuito, o diálogo se deu com vários autores que estudaram os Jiripankó e os Pankararu, inicialmente agrupando-os por povo

estudado e, depois por temas como as redes de relações e de trocas desenvolvidas entre os grupos oriundos do mesmo tronco formador.

Compreender o universo religioso dos Jiripankó tornou-se uma tarefa maior do que imaginei e, para isso, busquei um aparato teórico capaz de me ajudar a perceber a existência de indígenas que vivem na aldeia e não participam da sua vida cultural, estando assim no não-lugar estudado por Marc Augé (1994) e por Néstor Canclini (2003). Tais indígenas criaram fronteiras além das já existentes em qualquer universo religioso, provavelmente oriundas da resistência ao esbulho territorial gerado com o fim dos aldeamentos, conforme Edson Silva (1995) ou porque veem as aproximações e os afastamentos religiosos como estratégias de sobrevivência, como defende Cristina Pompa (2003).

Pensando na identidade como elemento ligado à memória, os conceitos de Jöel Candau (2016) ofereceram as bases para compreender a necessidade que cada grupo tem de se afirmar a partir das rememorações de um tempo que pode ter sido conhecido apenas através das lembranças de outros, principalmente dos velhos, indivíduos descritos pelos Jiripankó como aqueles que detém o saber, ressignificam e o transmitem às gerações com as quais mantêm contato e legam tal herança aos que lhe sucedem. São memórias que afloram das lembranças e dos esquecimentos dos mais velhos, como defende Verena Alberti (2004).

Compreendendo os rituais como resultados de políticas de interação cultural que influenciam, regulam e modelam a identidade de um determinado grupo, os conceitos apresentados por Émille Durkheim (1989), Marcel Mauss (1974) levam a discussão para uma relação de dependência do homem com o sagrado. Marisa Peirano (2000, 2001) ofereceu o recurso teórico para identificar nos sentidos e significados dos rituais e festas e a definição identitária dos Jiripankó a partir do pertencimento aos elementos que compõem seu universo social, político e religioso.

A pesquisa bibliográfica ou a montagem do tear foi concluída com a incorporação dos estudos de Vitor Turner (1986) sobre ritual,

João Pacheco de Oliveira Filho (2004) sobre mistura, contato enquanto situações que definem a volta o índio do Nordeste a uma ressurgência marcada por ressignificações culturais, modelagens identitárias, sentimento de pertencimento e externação de prática religiosa que o define, agrega, empodera e une ao tempo em que consolida as fronteiras com o mundo exterior.

A coleta de dados, amparada nos pressupostos de Roberto Cardoso de Oliveira (1998) sobre ver, ouvir e escrever, destacou a importância do trabalho de campo e a aproximação com o sujeito pesquisado. Ainda sobre a metodologia da pesquisa, a experiência de Bronislaw Malinowski (1978) se configurou como fundamental por me instrumentalizar na forma como proceder durante o trabalho de campo para observação do cotidiano e do ritual enquanto evento que norteia a vida da comunidade pesquisada.

A cartografia do Campo: o que colocar na cesta

As imersões em campo, na aldeia Ouricuri, dos indígenas Jiripankó, ocupou um longo período de tempo, compreendido entre 2008 e 2018. Nesse período, conhecei alguns pesquisadores e aprofundei laços com outros, à medida que fui participando dos eventos festivos e dos rituais públicos. Acompanhei os preparativos e a execução de pagamentos de promessas no ritual Menino do Rancho, caracterizado pela festa de agradecimento e entrega de um jovem a um Encantado que o curou de alguma enfermidade. Durante minha incursão na aldeia oito (08) meninos foram entregues aos Encantados; presenciei inúmeros rituais de abertura e fechamento do Terreiro ritualístico, quatro (04) Festas do Umbu (Flechamento do Umbu, Puxada do Cipó e Queima do Cansanção) e uma (01) festa de Santa Cruz, além de um evento no tronco formador (Pankararu) denominado de Noite dos Passos.

Participar das festas e rituais me aproximou de pessoas que ocupam cargos políticos e religiosos e, com estes, pude perceber o quanto os rituais norteiam a vida cotidiana e modelam a identidade

dos indígenas daquela etnia. O contato com o pajé, com o cacique, com cantadores, rezadeiras, zeladores de Praiás me impulsionou a tentar compreender as relações de pertencimento étnico gestadas no Terreiro do ritual. Assim, a pesquisa foi tomando forma e se materializando à medida em que tracei o projeto de pesquisa, defini o percurso metodológico e elenquei os informantes, com os quais trilhei muitos caminhos da aldeia ao Terreiro e deste, às residências dos Jiripankó, a quem procurei dar voz nos textos que escrevi.

Fui apresentado pelo Professor Indígena Cícero Pereira, liderança religiosa e política da aldeia, ao Cacique, Sr. Genésio Miranda e ao Pajé, Sr. Elias Bernardo, responsáveis por autorizarem a pesquisa e por terem fornecido grande parte das informações que obtive sobre a formação da aldeia e sobre a dinâmica religiosa que funda e fundamenta o ritual.

O objetivo da pesquisa foi compreender os sentidos e significados que a religião e as danças tradicionais assumem na vida desse povo, a partir da descrição e interpretação do processo de realização dos rituais. Nesta direção, empreendi um estudo de caráter antropológico, com abordagem qualitativa que teve como foco de investigação os rituais e as práticas religiosas e identitárias dos Jiripankó.

A pesquisa se utilizou das técnicas da observação e da entrevista e não acarretou qualquer risco ou prejuízo ao grupo ou, ainda, à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do indígena que participou de alguma forma da pesquisa.

A entrada na aldeia indígena para a realização de observação participante, coleta de narrativas e registro de imagens fílmicas e fotográficas com o intuito de capturar elementos mais precisos para o detalhamento dos eventos religiosos que compuseram minha análise, respeitou o Código de Ética do Antropólogo em consonância com as normas contidas na Portaria nº 177/PRES/ Fundação Nacional do Índio – FUNAI, de 16 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre os direitos autorais e direito de imagem de registros das manifestações culturais e das pessoas indígenas. Este procedimento foi seguido com

propósito de respeitar os valores e criações artísticas com base em seus direitos autorais e de imagem.

Na aldeia, o cacique, o pajé e outras lideranças da comunidade me autorizaram o acesso aos Terreiros e espaços coletivos onde necessitei realizar entrevistas, filmagens e fotografias durante os eventos públicos; nos momentos mais íntimos ou privados dos rituais, que tive autorização ou convite para assistir, limitei-me à condição de observador e não produzi qualquer material sobre eles.

Cada ida a aldeia correspondeu a um final de semana vivendo entre os indígenas em seu território tradicional, partilhando das suas relações cotidianas de espiritualidade, organização social, política e economia. A observação forneceu informações pertinentes do grupo estudado e proporcionou a aquisição de dados relevantes à análise, isto é, de elementos que geram condições para a compreensão dos sentidos, das ações e interações desenvolvidas pelo grupo. A observação, neste caso, foi sistematizada com base nos conhecimentos teóricos obtidos por meio da pesquisa bibliográfica, com o intuito de guiar o meu olhar no campo. Entrevistei mais de 50 pessoas ente elas o cacique, o pajé, mestres e mestras da tradição, zeladores de Praiás, meninos do rancho e seus pais, padrinhos e madrinhas no ritual, espectadores, dançadores nos eventos e, através de Cícero, alguns moços que vestem o Praiá.

Compreende-se, contudo, que o procedimento metodológico adotado em campo proporcionou a interação face a face entre o pesquisador e os sujeitos investigados. Este fato, por conseguinte, provocou mudanças tanto em um quanto no outro, pois compartilhei sentimentos e interesses com alguns indivíduos daquela etnia. Todavia, como antropólogo, procurei manter o distanciamento possível em relação aos seus valores e crenças de modo a evitar riscos de invalidação da minha percepção, da interpretação dos dados e da escrita.

Durante as pesquisas, nos rituais que presenciei, fui identificando as práticas comuns dessa etnia, fazendo registros em aparelhos de áudio e vídeo, anotações em diários, cadernos de campo

ou até mesmo no aparelho celular e estabelecendo contatos com vários Jiripankó, de diferentes faixas etárias. Algumas conversas que tive com jovens e com lideranças, guardei como segredo de confissão e não as transcrevi, mas foram fundamentais para a composição das análises que apresentei. Outras entrevistas fiz através de Cícero, pois foram com pessoas cujas identidades não podem ser reveladas (condição das suas funções no ritual) e, quando citadas no texto foram atribuídas ao próprio intermediário.

Na escrita final adotei uma articulação entre texto e imagem, sendo as imagens apresentadas sob a forma de pranchas fotográficas, método que é pautado em estudos sobre "como conjugar hoje as diferentes modalidades do discurso escrito em antropologia com as múltiplas possibilidades de produção e edição imagéticas, mais especificamente com relação ao material etnografado" (MENDONÇA, 2000, p.15). Tais imagens dialogam com o texto e servem para criar no leitor uma aproximação visual com o povo, com o evento e com o espaço narrado, de modo que o trabalho final apresenta a identidade, os eventos que a definem e o povo que dela se apropria para externar pertencimento. Realizei uma longa vivência no campo, busquei encher a cesta de material para, de volta ao escritório, tecer a peça final, o tecido histórico, a cartografia antropológica que é a minha tese.

A escrita: da cesta para a tessitura

Estruturei este trabalho em três etapas: a primeira, denominada de montagem do tear: a definição teórica; a segunda, de cartografia do campo e a terceira etapa, destinada à escrita, caracterizada como um "olhar devidamente sensibilizado pela teoria disponível" e o meu ouvido, cuidadosamente "preparado para eliminar todos os ruídos" (OLIVEIRA, 1998, p. 19, 21). Essa fase aconteceu após ter colocado em ordem as coisas trazidas do campo, de modo que aqueles que não "estiveram lá" possam compreender o que testemunhei. Defino a escrita como o entrelace da teoria com a prática.

Em um primeiro olhar, trata-se da fase mais complexa da pesquisa, pois exige uma definição sobre a estrutura, os elementos que constituirão a narrativa, o diálogo profícuo do meu olhar com a teoria e os dados coletados, de modo que a tessitura apresente um mosaico onde cada retalho se une harmoniosamente com o outro.

No retorno do campo, diante de uma escrivaninha (a cesta) abarrotada de depoimentos, transcrições, cadernos de campo, fotos, diário de campo, lembranças, sensações, saudades, trechos inaudíveis nas gravações, termos que não conheço o significado, surge a verdadeira dificuldade, o fato de a etnografia e a escrita serem duas atividades extremamente diferentes: a etnografia é uma experiência captada e compreendida do outro, depois é interpretada sob a luz dos conceitos que dominamos. A diferença ou distância entre a experiência vivida e texto apresentado nos leva uma questão recorrente na Antropologia, apresentada por Renato Rosaldo com a seguinte pergunta: "como pessoas tão interessantes, que fazem coisas tão interessantes podem escrever coisas tão chatas?" (ROSALDO, 2000, p 61).

O início da escrita nos mostra que não somos meros transcritores de falas ou de costumes nativos, somos autores, imbuídos da complexa missão de ordenar os fatos, descrever processos e contextos, ler e explicar imagens, identificar silêncios e silenciamentos, ou voltando a metáfora da bordadeira, temos a função de unir os fios, distribuir as cores e dar sentido e significado ao tecido. O difícil disso, é ter o cuidado de não etnografar sonhos, desejos ou ficções, pois

> os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são 'algo construído', 'algo modelado' – o sentido original de *fictio* – não que sejam falsas, não-factuais ou apenas experimentos de pensamento." (GEERTZ, 1989, p. 25, 26)

Como autores, temos a função de unir as peças, com bastante cuidado e honestidade para que a ordem da escrita e o dicurso utilizado não alterem a veracidade ou a autenticidade dos fatos, mas também não podemos descartar informações que, à primeira vista, não parecem tão importantes. Um segundo olhar nas anotações do caderno de campo pode nos levar a descobrir grandes tesouros. Mariza Peirano, lembra que "Darcy Ribeiro também confessou, um dia, que seus trabalhos teóricos pouco valiam, estavam inclusive 'errados'. O conjunto de seus diários de campo era, sim, o que de mais importante havia produzido" (PEIRANO, 2008, p. 5). Dito isso, reforço a assertiva de que todo material coletado e produzido em campo é importante, basta que seja colocado no lugar e no contexto correto e com o diálogo teórico pertinente. Não é demais afirmar que a pesquisa começa e termina com a teoria.

Apesar de ser a parte mais complexa da pesquisa, a escrita é também o momento da liberdade do pesquisador, pois ele ocupará um lugar social na produção. Sua posição será marcada a partir da seleção de conceitos e teorias que selecionou. A fala do etnógrafo não se confunde com a fala do entrevistado; por mais familiaridade e proximidade que tenham desenvolvido, cada posição deverá aparecer bem definida no texto. O segredo da tessitura da escrita é escrever sobre o outro para o outro e nunca pelo outro. Sobre essa etapa, Guerra afirma que

> não constitui […] um procedimento neutro, decorrendo o seu acionamento e a sua forma de tratamento do material de enquadramento paradigmático de referência […], dos objetivos e do estatuto da pesquisa, bem como do posicionamento paradigmático e epistemológico do investigador. (GUERRA, 2006, p. 62-63)

Assim, se faz necessário destacar a importância do estilo da escrita, o acabamento da obra do tecelão, o que tem sido caracterizada pelo realismo etnográfico ou dito de outra forma, pelo "modo de escrita que busca representar a realidade de todo um mundo ou de uma

forma de vida" (MARCUS, CUSHMAN, 1998, p.175). Tal realismo, explicado pela descrição detalhada nos textos etnográficos, pela riqueza dos detalhes apresentados, pela leveza das narrativas sobre o cotidiano que são responsáveis por fazer o leitor se imaginar "lá', com você, entrevistando, registrando, etnografando.

Muitos debates recentes têm apresentado o realismo etnográfico classificado em dois tipos: o clássico e o experimental. O primeiro, se caracteriza pela escrita impessoal ou imprimindo frieza e distanciamento do pesquisador é uma escrita com ausência de pessoas e com um tratamento marginal das condições do trabalho de campo; o segundo tipo, mais contemporâneo, introduz o etnógrafo na narrativa e dá voz direta aos sujeitos da pesquisa, tem o cuidado de diferenciar o lugar de cada um dos envolvidos na pesquisa, inclusive o seu próprio lugar de fala. Igual cuidado é dado a descrição do campo e das condições de trabalho que precisam ser amplamente informadas, descritas e contextualizadas. Cabe ao escritor fazer a escolha pelo modelo que considerar melhor, porém deve usar apenas um em todo o trabalho.

Desmonto o tear? A cesta continua cheia

Tudo seria simples se fazer etnografia pudesse ser definida como o ato de ir a campo ou se tornar porta voz dos sujeitos da pesquisa ou, quem sabe, ainda, desenvolver um espírito desbravador e uma curiosidade intelectual. Fazer etnografia pressupõe uma vocação pelo rompimento com as amarras do tradicionalismo, um ato de arrancar as raízes que te prendem a uma zona de conforto física e teórica e, sobretudo, possuir o desejo e a coragem de mergulhar em busca de uma sólida base teórica que possibilite conhecer o campo nas suas sutilezas, fronteiras e estranhamentos.

Fazer etnografia é buscar desvendar a trama histórica, dialogando com os sujeitos que nos dispomos a entender, sendo eco das suas vozes e extensão dos seus olhares. Para isso, é imprescindível estar lá, conviver um tempo no e com o espaço da pesquisa, coletar

tudo que for possível e permitido, silenciar no momento que só te cabe o lugar de observador e dessa forma, ir enchendo a cesta de tal forma que ela nunca se esvaziará e jamais permitirá o desmonte do tear.

A tessitura continuará e cada artesão poderá, com o material da cesta, produzir um novo tecido ou uma nova abordagem do tecido histórico já produzido. A ordem dada ao material guardado na cesta guiará novas tessituras, pois

> Após a leitura de uma grande quantidade de textos, de fazer com eles um trabalho artesanal de pesca, de caça ou mesmo de furto, um trabalho de meticuloso esquartejamento dos textos em notas e fichamentos, é o historiador em sua solidão que vai costurar todos aqueles fragmentos, fazê-los aparecer como se fizessem parte de um mesmo tecido. (ALBUQUERQUE JÙNIOR, 2019, p.31)

A etnografia como desdobramento da pesquisa de campo não é propriedade do Antropólogo, é opção metodológica para os pesquisadores de diferentes áreas de formação que compreendem a pesquisa como um momento de vivência e interlocução com os sujeitos pesquisados e assume, com eles ou por eles, o compromisso de elaborar uma cartografia menos técnica e mais humana, que devolva as vozes silenciadas pelas produções clássicas, heroicas e ufanistas do passado. Fazer trabalho de campo é botar o tear para funcionar, mesmo sabendo que a cesta nunca ficará vazia.

Referências

ALBERTI, Verena**. Ouvir contar:** textos em História Oral**.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **O tecelão dos tempos:** novos ensaios de teoria da História. São Paulo: Intermeios, 2019.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.

BENEDICT, Ruth. **Padrões de Cultura**. Lisboa: Livros do Brasil, (s/d).

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Portaria n. 177/ PRES, de 16 de fevereiro de 2006**. Disponível em: http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/LEGISLACAO_INDIGENISTA/Cultura/portariadireitoautoral.PDF, acesso em 26 de abril de 2016.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2016.

CANCLINI, Nestor G. **Culturas Híbridas.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa:** o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Paulinas, 1989.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. *In*: **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo**. Estoril: Principia, 2006.

LAPASSADE, Georges. (2001). L' observation participante. **Revista Europeia de Etnografia da Educação**. 1. p. 9 – 26.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental.** Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia. 2 ed. São Paulo: Abril cultural, 1978.

MARCUS, George E. e CUSHMAN, Dick. Las etnografías como textos. *In*: CLIFFORD, J. y otros. **El surgimiento de la antropologia posmoderna**. 4 Ed. Compilación de Carlos Reynoso. Barcelona: Gedisa, 1998.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia.** vol.2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1974.

MENDONÇA, João Martinho B. de. **Os movimentos da imagem etnográfica à reflexão entropológica:** experimentos a partir do acervo fotográfico do professor Roberto Cardoso de Oliveira. 2000. Dissertação (Mestrado em Multimeios), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *In*: **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Unesp, Paralelo 15, 1998.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. "Os instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades do trabalho do antropólogo em laudos periciais". *In*: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). **Indigenismo e Territorialização**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia, ou a teoria vivida.** PontoUrbe, ano 2, versão 2.0, fevereiro de 2008. DOI: 10.4000/pontourbe.1890.

PEIRANO, Mariza. **O Dito e o feito:** ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume; Dumara, 2001.

PEIRANO, Mariza. Análise antropológica de rituais. *In*. **Série Antropológica**. Brasília: ICS-UnB, n. 270, 2000. p.01-29.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Minha identidade é meu costume:** religião e pertencimento entre os indígenas Jiripankó – Alagoas. 2018 Tese (Doutorado em Ciências da Religião), Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2018.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução:** missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Bauru, SP: EDUSC/ANPOCS, 2003.

ROSALDO, Renato. **Cultura y verdad.** La reconstrucción del análisis social. Quito: ediciones Abya-Yala, 2000.

SILVA, Edson. **O lugar do índio.** Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada – PE (1860-1880). 1995. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.

TURNER, Victor. **O processo ritual** - estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

HISTÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA

a utilização da música como ferramenta didático-metodológica de ensino

Kleber Bezerra Costa[2]
Aline de Freitas Lemos Paranhos[3]

Considerações iniciais

Nas primeiras décadas do século XX, mudanças na concepção de História trouxeram novos temas que não se limitam a história política; com eles surgiram novas possibilidades didáticas e pedagógicas de utilização de fontes históricas. As novas abordagens historiográficas, sobretudo da Escola dos Annales, abriram espaço para alguns outros registros (imagéticos, orais, sonoros e materiais). Atualmente, o uso de diversas fontes e possibilidades audiovisuais e das novas mídias, no ensino de história, é um dos objetivos da didática da história[4], com pesquisas que procuram evidenciar a importância dessas fontes na construção do conhecimento histórico de alunos e educadores.

Com base nisso, pretendemos com este trabalho desenvolver uma análise sobre a produção do conhecimento histórico em sala de aula, tendo a música como uma das possibilidades de ensinar e aprender, na busca da melhoria do fazer pedagógico, com o intuito de estimular o interesse e a criticidade dos alunos nas aulas de história, buscando identificar as relações estabelecidas pelos sujeitos entre a

[2] Professor dos cursos de História e Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL Professor formador da Rede Municipal de Ensino de Maceió. Colabora no Programa Residência Pedagógica – UNEAL/CAPES. Email: prof.historiakleber@hotmail.com
[3] Licencianda em História pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL Integrante do Grupo de Estudos sobre o Patrimônio, Imagem - GEPIM. Foi bolsista do Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID e Residência Pedagógica – RP - UNEAL/CAPES Email: alineflp19@gmail.com
[4] As teorias e objetivos da didática da história aqui analisados, serão baseados nos pressupostos de Jörn Rüsen. Ver, RÜSEN (2001/2006).

realidade atual e o passado histórico, formando, assim, a chamada consciência histórica.

Destinado a levantar alguns apontamentos ao que se refere ao campo e ofício de atuação dos professores, este estudo tem o intuito de reunir questões que sirvam de subsídio para o debate que envolve as diretrizes curriculares nacionais que norteiam a educação brasileira. Para isso, a análise feita neste trabalho é dividido em três partes. Inicialmente, procuramos mostrar um breve panorama sobre as rupturas e continuidades que circundam a história e o ensino de história, tendo em vista que a pesquisa científica e historiográfica anda lado a lado com a educação.

Em seguida, o fazer pedagógico, a aprendizagem profissional e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem se tornam alvo de nossas discursões, uma vez que elas são fundamentais para designarem os matérias, métodos e ferramentas que serão utilizadas em classe. Dando continuidade à nossa pesquisa, a terceira parte é composta pelo debate sobre a importância da utilização de metodologias alternativas em sala de aula, como o emprego da música no ensino de história; além de apresentamos as experiências vivenciadas com esse projeto ao longo do estágio supervisionado e do programa Residência Pedagógica.

Desse modo, a pesquisa se baseia na análise do processo de ensino-aprendizagem dos alunos da Escola Estadual Almeida Cavalcante, tendo como objetivo a reelaboração do fazer pedagógico a partir da utilização de recursos midiáticos que facilitem a compreensão do conhecimento histórico à medida em que são relacionados com os conceitos baseados em uma determinada temática, no intuito de estabelecer uma relação entre sujeito e sociedade por meio da problematização dos fatos históricos construídos socialmente e as letras das músicas abordadas.

Nesse sentido, a pesquisa se materializa em dois momentos: inicialmente, trabalharemos com estudos bibliográficos baseados nos pressupostos de Bittencourt (2009), Oliveira (2006), Schmidl (2013), Zamboni (2000/2001), Rüsen (2001/2006) e alguns outros; já no

segundo momento, trabalharemos com as experiências vivenciadas na educação básica da rede estadual de ensino, no âmbito do processo formativo de iniciação à docência por meio do estágio e do programa Residência Pedagógica do subprojeto de história (Saberes e Práticas do Ensino de História: desafios na contemporaneidade) da Universidade Estadual de Alagoas, campus III em Palmeira dos Índios.

História e Ensino de História: entre rupturas e continuidades

O campo e ofício do historiador nos faz refletir sobre qual o campo de atuação em que o profissional de história trabalha, afinal, a educação e a pesquisa andam juntas, pois as próprias disciplinas escolares são construções históricas que se relacionam diretamente com o contexto de organização e reorganização da produção científica. Afinal, como defende Schmidl (2013).

"Se lançarmos um olhar de longa duração sobre a história da História como conhecimento, verificaremos que tal forma de narração e compreensão do passado sempre esteve ligada, de certa maneira, a uma dimensão pedagógica e a uma dimensão investigativa." (SCHMIDL, 2013, p. 290).

Por essa perspectiva, a história em suas diversas temporalidades pode ser vista em três momentos: o primeiro momento enquanto ciência, à medida que produzimos conhecimento científico e os dividimos com a comunidade acadêmica, pois ele não chega à sociedade de modo geral. No segundo caso, como disciplina escolar, abrangendo um público um pouco maior, com o objetivo de formar cidadãos críticos capazes de ler o mundo, como diria Freire (1987). Por último e não menos importante, o conhecimento humano, que nada mais é do que para a sociedade como um todo, e se constrói por meio das memórias e das experiências de vida.[5]

[5] Ideia expressa no texto: SCHMIDL, Benito Bisso. O historiador entre 'o ofício' e a profissão: desafios contemporâneos. **Revista História Hoje**, v.2, nº 3, p. 285-301, 2013.

Não obstante, a história enquanto ciência e ensino, é calcada de permanências e rupturas, nesse caso, como acredita Certeau (2011), ela pode ser vista como prática e como discurso, influenciados pelo "lugar social" de quem a escreve e ensina, assumindo um papel importantíssimo na criticidade e na forma de ver o mundo, a partir das relações políticas, econômicas, culturais e sociais.

Nesse sentido, a história enquanto área de conhecimento humano, desde sua origem na Grécia Antiga, tem como alicerce a pesquisa e a investigação dos fatos e era vista como uma forma de eternizar os grandes feitos de uma sociedade, norteando assim a forma como a história era narrada nesse período e influenciando não só a escrita historiográfica, mas também o ensino de história; tendo como principal função, inicialmente, reforçar a memória dos 'grandes'.

Ganhando espaço enquanto ciência por volta do século XIX, a história perpassa por diversas fases que contribuem para a construção da forma científica em que a história vem sendo escrita contemporaneamente, como as mais conhecidas: a Escola Metódica (viés positivista), o Materialismo Histórico (viés marxista) e é claro, a Escola dos Annales (viés culturalista), no século XX.

Diante disso, a primeira assumia uma posição voltada à política, onde as elites eram as protagonistas dos escritos e os documentos falam por si só, desprendendo o passado do presente, para que assim fossem analisados. Já no segundo caso, temas voltados a economia e a sociedade começam a ganhar espaço e seus estudos eram analisados por períodos, ciclos ou tempos e não apenas por datas isoladas, além das estruturas materiais de organização social, que para essa corrente era o que norteava a vida humana e as distinções de classes. Por último, a Escola dos Annales vem para romper com esses paradigmas; se por um lado ela buscava mostrar a dinamicidade do tempo e como o presente e o passado estavam intrinsecamente interligados, por outro a crítica as fontes era uma de suas características marcantes, pois para eles os fatos históricos existem para além das fontes, se debruçando ainda sobre a memória coletiva, como uma forma de dar voz aos que foram, durante tanto tempo,

marginalizados pela historiografia. Já ao que se refere a história enquanto disciplina a ser trabalhada em sala de aula, Bittencourt (2009) destaca que:

> O estudo da História, a partir do século XIX, tem permanecido nos currículos escolares dos diferentes níveis de ensino básico e também como matéria dos cursos preparatórios ou de exames de vestibulares brasileiros. A História escolar integra o conjunto de disciplinas que foram sendo construídas como saberes fundamentais no processo de escolarização brasileira e passou por mudanças significativas quanto à métodos, conteúdos e finalidades até chegar à atual configuração nas propostas curriculares. (BITTENCOURT, 2009, p. 33)[6]

Sendo dinamicamente pensada e repensada a partir de novas agendas de investigações, uma vez que "[...]o conhecimento do passado é uma coisa em progresso que se transforma e aperfeiçoa incessantemente"." (BLOCH, 2001, p. 25). A história, enquanto disciplina escolar faz parte de um sistema educacional que mantém uma série de especificidades que interagem com os estudos educacionais; além de estarem interligadas com as demandas que giram em torno dos saberes e práticas do professor em sala de aula.

As competências dos docentes estão diretamente ligadas com a formação de professores nas instituições de ensino superior, uma vez que é nos cursos de licenciaturas que se começa a ser construída a identidade do professor, a partir dos debates, disciplinas pedagógicas, do próprio estágio e dos programas de iniciação à docência. Vale destacar que alguns teóricos como como Bittencourt (2009); Caimi (2009) e Zamboni (2000/2001), acreditam que para ser um bom professor é necessário compreender muito além dos saberes específicos que a disciplina a ser lecionada impõe.

Ser um bom professor, ao que se refere ao ensino de história, engloba uma série de competências como: o conhecimento acerca das

[6] Vale destacar que quando BITTENCOURT (2009) criou esse argumento, a Lei 13.415/2017 que extinguiu a obrigatoriedade do ensino de História no ensino médio ainda não havia sido pensada. Ver CAVALCANTI (2018).

produções historiográficas (saberes específicos), didáticos pedagógicos, curriculares e alguns outros. Pois além dos conhecimentos técnicas, são importantes as competências políticas, para que assim os professores possam ser capazes de instigar a curiosidade e a criticidade dos alunos. Afinal, os processos educativos se dão pela construção do conhecimento, tendo em vista a auto investigação dos métodos e práticas do docente em sua atuação em sala de aula.

Os estudos acerca do papel e ofício do professor começam a se destacar durante a década de 60 do século XX, havendo, nesse período, uma valorização dos conhecimentos e saberes específicos. Com o passar do tempo e com a chegada dos anos 70, essas competências começam a sair do foco dos professores e pesquisadores; não que ela tenha deixado de ser importante, mas o fato é que os estudiosos começavam a se debruçar sobre as questões didático-metodológicas de ensino, visando novas tecnologias e formas de trabalharem com os discentes. A década de 80 é marcada por algumas transformações que vai desde a reforma curricular até os discursos educacionais calcados pelas dimensões sócio-política e ideológicas da prática pedagógica. Nesse período:

> A História escolar é apresentada por essas pesquisas com abordagens diferentes, predominando uma análise preocupada em denunciar o caráter ideológico da disciplina e a forma pela qual o poder de manipular o ensino, submetendo-o aos interesses de determinados setores da sociedade. (BITTENCOURT, 2009, p. 59)

Ainda nessa época as pesquisas incidem sobre o livro didático, currículo e as linguagens alternativas que começam a ganhar espaço no ensino de história. Os aspectos apresentados no currículo escolar[7] e nos livros são muitas vezes confrontados com a chamadas “disciplinas

[7] O currículo escolar é geralmente construído a partir de questões de ordem nacional, política e social. Inclusive, essas dimensões são importantes para que possamos compreender o direcionamento da educação escolar brasileira e o papel de cada disciplina.

vividas”[8] pelos professores e alunos; levantando a problemática da “cultura escolar”[9]. Após a ditadura militar, com a redemocratização da sociedade brasileira, houve uma abertura ao que se refere à novas propostas curriculares em todos os estados do país. Inclusive:

> As transformações no ensino de História podem ser identificadas mediante a análise de várias propostas curriculares elaboradas a partir de 1980 pelos Estados e municípios e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, produzidas pelo poder federal na segunda metade da década de 90. (BITTENCOURT, 2009, p. 99)

Os anos 90 chega com novos paradigmas no campo educacional[10], que buscam acentuar questões referentes a prática docente e aos saberes dos professores, com o intuito de melhorar o processo de ensino-aprendizagem, com propostas de renovação nos métodos de ensino dos currículos anteriores, articulando o ensino com as novas tecnologias e até mesmo com a “cultura midiática” que vinha se instalando e trazendo algumas transformações culturais na sociedade, provocadas pelos meios audiovisuais, facilitando o diálogo com os discentes a partir de metodologias alternativas, que visam a melhoria do fazer pedagógico.

[8] Termo usado por BITTENCOURT (2009) para se referia a história ensinada em sala de aula e nas formas como os fatos são interpretados pelos professores e alunos.
[9] O conceito de cultura escolar é geralmente trabalhado como um conjunto de saberes e práticas utilizados nas instituições de ensino, que condicionam os conhecimentos a serem ensinados nas escolas.
[10] A década de 90 se destaca ainda pela implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), que regulamenta o campo da educação nos âmbitos e parâmetros nacionais, servindo de referência para o sistema educacional do país.

Fazer Pedagógico: uma construção contínua

O fazer pedagógico é um tema que vem sendo bastante discutido no meio acadêmico, na atualidade, devido à preocupação dos educadores (sejam em formação inicial ou continuada) com a construção das atividades que contribuam significamente com a melhoria da educação nos processos de ensino-aprendizagem, fazendo com que os discentes desenvolvam o intelecto não apenas ligado aos conteúdos propostos por cada disciplina e suas demandas curriculares; mas também sua dimensão com o seu cotidiano e as questões sociais que estão presentes em seu dia a dia.

Sendo assim, a aprendizagem profissional do professor é um processo complexo e contínuo, composta por descontinuidades e oscilações, que precisa ser construída dia após dia, a partir de suas experiências vivenciadas em classe. Para Caimi (2009), isso se deve pela tomada de consciência da ação pedagógica e pela autoanálise crítica de seus métodos e técnicas utilizadas no âmbito escolar.

Os matérias e métodos didáticos utilizados no ensino de história fazem parte das acepções didático-metodológicas escolhidas na atuação profissional de cada indivíduo, além deservirem como suportes pedagógicos que podem ser utilizados em sala de aula. Ao que se refere ao ensino de história, "Livros didáticos, filmes, [...] jornais e revistas [...] entre outros meios de informação, têm sido utilizados com frequência [...]" (BITTENCOURT, 2009, p. 295). Inclusive, podemos ainda destacar a utilização da música e de imagens como mediadoras do/no processo de aquisição do conhecimento.

O papel informativo que esses materiais transmitem passa por uma abordagem que vai muito além das dimensões pedagógicas, passando até mesmo por uma dimensão documental. Essas novas abordagens historiográficas e de ensino abriram espaço para alguns registros imagéticos, orais, sonoros e materiais; fazendo com que as aulas de história perpassem por espaços que vão além dos livros didáticos e do ensino de história tradicional.

Para isso, é importante que o professor esteja inteirado com as teorias e práticas educativas e suas questões didático-metodológicas, buscando sempre repensá-las de acordo com cada escola e turma trabalhada, procurando atender as necessidades de cada uma delas. Vale salientar que "[...] a prática profissional pode contribuir para gerar, validar ou recusar determinados tipos de saberes, integrando-os [...] no/do dia a dia profissional." (CAIMI, 2009, p. 90). Nesse sentido, a prática profissional anda, muitas vezes, lado a lado com a experiência pessoal, sendo capaz de determinar o tipo de corrente teórico-metodológica que será utilizada na prática docente de cada professor. Com base nesse argumento, Bittencourt (2009) destaca que:

> [...] a atividade profissional de todo professor possui uma natureza pedagógica, isto é, vincula-se a objetivos educativos de formação humana e a processos metodológicos e organizacionais de transmissão e apropriação de saberes e modos de ação. O trabalho docente está impregnado de intencionalidade, pois visa à formação humana por meio de conteúdos e habilidades, de pensamentos e ações que implica escolhas, valores, compromissos éticos. (BITTENCOURT, 2009, p. 18)

Deste modo, escolhemos trabalhar, inicialmente, com a música enquanto ferramenta de ensino. Essa proposta nasce das atividades de intervenção no projeto "Música em sala de aula: aspectos históricos e análise crítica", que está sendo desenvolvido na Escola Estadual Almeida Cavalcante, por meio da parceria entre a referida escola e a Universidade Estadual de Alagoas, a partir do programa Residência Pedagógica. Vale salientar ainda que o período de estágio também foi de fundamental importância para o desenvolvimento dessas ações de intervenção, uma vez que foi nele que se deu o primeiro contato e experiências do grupo em sala de aula.

Residência Pedagógica: vivências e experiências no cotidiano escolar

O programa Residência Pedagógica é um projeto que proporciona aos licenciandos de diferentes cursos e universidades, a imersão no cotidiano escolar e nos processos de ensino da rede de educação básica, a partir da segunda metade do curso. Essa iniciativa parte de planos da Política Nacional de Formação de Professores, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que além de servir como complemento aos estágios, busca aproximar as teorias às práticas e experiências formativas, nos cursos de licenciatura do Brasil. Com base nisso podemos perceber que este programa busca aproximar a universidade da realidade das escolas e dos professores que já atuam no campo educacional.

O desenvolvimento do projeto abrange uma série de requisitos que englobam o ambiente escolar e a universidade. No primeiro espaço acontece atividades como: ambientação, observação das aulas ministradas pelo professor da escola de educação básica, intervenção pedagógica por meio de projetos organizados pelos residentes e pelos preceptores; além da regência em sala de aula. Já no segundo espaço acontecem atividades como: encontros para estudos e planejamento**,** elaboração de oficinas e minicursos, reuniões entre o docente orientador, preceptores e residentes; sem contar nos encontros de formação. Vale destacar que cada uma dessas atividades acontece de acordo com a abordagem que cada um dos subprojetos e suas áreas de atuação.

O subprojeto de História da Universidade Estadual de Alagoas, campus de Palmeira dos Índios[11], tem sua abordagem voltada à história e sociedade e atua no ensino regular em duas escolas da rede

[11] O município de Palmeira dos Índios está localizado na região do agreste alagoano. Ver PEIXOTO (2013).

estadual de educação, vinculadas à 3ª GERE[12], sendo elas: a Escola Estadual Humberto Mendes e a Escola Estadual Almeida Cavalcante; na primeira contamos com um preceptor de história e na segunda com dois, um que trabalha no horário matutino e o outro no horário vespertino. Depois de estabelecida a ponte entre a instituição de ensino superior e as escolas parceiras; os residentes[13] são separados em grupos e designados para as instituições de ensino básico. A partir disso começam os processos de ambientação, observação, intervenção e regência.

Na Escola Estadual Almeida Cavalcante, turno vespertino, temos como preceptor[14] o professor Antonio de Melo Torres, ao qual nos apresentou a escola juntamente com a diretora da instituição. Desse modo, a ambientação foi feita de forma contínua para que pudéssemos nos inteirar dos hábitos desta escola, tendo em vista que o cotidiano escolar é marcado, muitas vezes, por uma visão onde as práticas realizadas nesses espaços estão interligas a um conjunto de técnicas e habilidades estabelecidas pelo currículo escolar, pelos professores e pela própria instituição de ensino a partir do projeto político pedagógico. Desse modo, visando contemplar os contextos administrativos e pedagógicos; e pensando nas possibilidades de interação entre coordenação, professores e residentes, nosso primeiro contato com a escola se deu dessa forma.

Em seguida, a ambientação aconteceu em sala de aula, onde fomos apresentados às seis turmas que compõem o período vespertino na escola. A instituição vem passando atualmente por uma transição, pois trabalhava com o ensino fundamental e médio regular. Embora

[12] A Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), órgão responsável pelo funcionamento e cumprimento do sistema estadual de ensino do estado de Alagoas, criaram as Gerencias Regionais (GERE), como uma forma de estabelecer um diálogo estreito entre o contexto educacional dos municípios e do estado. A 3ª Gere é a entidade que cuida dos interesses do estado para com a educação no município de Palmeira dos Índios.

[13] Termo utilizado para se referir aos alunos bolsistas dos cursos de licenciatura.

[14] Profissional docente da escola de educação básica que acompanhará os residentes na escola-campo.

ainda estejam trabalhando com os nonos anos do ensino fundamental, seu intuito é que a partir de 2020 contemplem apenas a educação básica nos níveis finais, com o ensino médio.

Depois do período de ambientação, começamos a observar as aulas de história ministradas pelo professor Antonio e o comportamento das seis turmas que vão do nono ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio.[15] Durante esse período podemos perceber o caminhar das aulas e os processos avaliativos (atividades, trabalhos, seminários, provas e simulados), os métodos e técnicas utilizadas pelo professor no processo de ensino-aprendizagem, sem contar no comportamento e participação dos educandos e como eles reagem de acordo com cada metodologia de ensino utilizada. Esse processo foi responsável por nortear quais ferramentas de ensino poderíamos utilizar nos projetos de intervenção e na regência em sala de aula; ajudando deste modo, a construir nossa identidade profissional.

A chegada do ano letivo trouxe aos residentes um desejo de começar suas atividades de atuação em sala de aula. Com isso, no primeiro bimestre de 2019 os residentes, juntamente com o preceptor, decidem elaborar um projeto que fosse capaz de estabelecer um diálogo entre os licenciandos de história da UNEAL e os discentes da escola campo, como uma forma de quebrar o primeiro impacto de ter pessoas estranhas os averiguando e observando as aulas em suas turmas.

Nesse sentido, nasce o projeto "Música em sala de aula: aspectos históricos e análise crítica", que tem como finalidade a aproximação dos residentes com os alunos da escola Almeida Cavalcante; além de buscar a melhoria do fazer pedagógico através de metodologias alternativas que buscam inserir o cotidiano e as práticas dos discentes no ensino de história. A elaboração dessa proposta tinha como objetivo estimular o interesse e a criticidade dos alunos nas

[15] No período da tarde a escola conta com o um nono ano (EF), dois primeiros (EM), dois segundos anos (EM) e um terceiro ano. Cada uma das turmas tem em média de 30 á 40 alunos.

aulas de história, buscando identificar as relações estabelecidas pelos sujeitos entre a realidade atual e o passado histórico, formando, assim, a chamada consciência histórica. Tanto é que Santos (2016) em sua monografia, afirma que:

> [...] no ensino de história ainda prevalece uma visão eurocêntrica e positivista, [...] que devido aos muitos anos de utilização da metodologia positivista se apresenta desinteressante, repetitivo, pronto e acabado, repleto de vultos políticos e dotado de uma visão eurocêntrica [...] (SANTOS, 2016, p. 08)

A professora e pesquisadora Santos (2016) mostra em sua monografia que a profissão docente e suas metodologias precisam ser repensadas diariamente. A autora afirma ainda que a utilização da música no ensino de história é um processo que vai muito além de ouvir e cantar as melodias e as letras. É importante nesse seguimento, que as músicas sejam interpretadas em seus aspectos históricos e sociais e não apenas jogadas como um complemento de uma determinada temática a ser abordada. Mais do que ouvidas, as músicas precisão ser discutidas.

Pensando no argumento da autora, decidimos trabalhar, *a priori,* apenas com duas turmas, para que pudéssemos abordar e discutir cada uma das temáticas escolhidas. Durante a realização do projeto, utilizamos músicas que perpassam uma série de estilos musicais como: o rock, o rap, o funk, a música popular brasileira e alguns outros estilos musicais. Em seguida, foram pensadas e analisadas as músicas e o eixo temático em que elas poderiam ser discutidas.

O projeto de intervenção aconteceu em três momentos bastante significativos, onde os residentes se dividiram e trabalharam com o ensino médio na turma da 1ª série “C” e na turma da 2ª série “D”. Inicialmente, foi apresentado para ambas as turmas a relação entre a história e a música para que os alunos pudessem observar as relações

históricas e sociais que podem existir nas letras das músicas e como algumas delas nasceram em um contexto de críticas à sociedade.

Posteriormente, foi trabalhado na **turma da primeira série** do ensino médio, temas voltados a questão das mulheres, a etnia (como no caso dos negros e dos índios), a drogas e a violência; a partir de cantores e bandas como: Racionais, o Rappa, Legião Urbana e Pitty. Já na **turma da segunda série**, decidimos trabalhar com temas voltados a política, desigualdade social, meios de comunicação e bullying; por meio de cantores como: Elis Regina, Caetano Velloso, Chico Buarque, Raul Seixas, Nando Reis, Tim Maia e outros nomes que compõem o cenário da música brasileira.

Desse modo, baseados nas teorias que envolvem os processos de ensino-aprendizagem tendo como ferramenta a música, Oliveira (2006) busca instruir e instrumentalizar os professores em formação e os que já atuam em sala de aula a trabalharem com esse recurso pedagógico, uma vez que, para o autor:

> A música enquanto objeto de estudo a ser investigado pelo historiador abre caminho para uma série de reflexões, além de apresentar a possibilidade de desvendar processos pouco conhecidos e raramente levantados pela historiografia. (OLIVEIRA, 2006, p. 144)

Assim, além de estar havendo a interação entre os residentes e os alunos; seriam abordados, durante as aulas de história, temas que muitas vezes fogem dos livros didáticos e de outros recursos e metodologias utilizadas em sala de aula. Desse modo, o projeto se destaca por trazer temas baseados em fatos sociais que muitas vezes estão ligados ao dia a dia dos alunos. Tanto é que durante o desenvolvimento do projeto e com a apresentação e discussão das músicas, os alunos reconheceram algumas das canções trabalhadas como ocorreu no caso de: “Negro Drama”, da banda Racionais Mc´s e “Minha Alma”, da banda o Rappa e algumas outras; construindo a partir das músicas e dos fatos sociais, narrativas capazes de criar uma consciência histórica.

Depois da apresentação e discussão das músicas, ambas as turmas foram divididas em grupos para que elaborassem um seminário onde cada uma das equipes apresentaria críticas a uma determinada canção. Inicialmente a proposta era que os discentes pudessem escolher músicas ligadas aos cantores e bandas apresentadas, mas devido a participação e interação dos grupos, abrimos a possibilidade de que os alunos também pudessem trazer canções que fizessem parte de seu cotidiano, com tanto que pudéssemos extrair elementos que estivessem relacionados com o tema "história e sociedade". A culminância do projeto se dará com a realização de uma oficina onde foram expostos alguns instrumentos musicais e a apresentação dos seminários.

Considerações finais

Até o presente momento de elaboração deste estudo as culminâncias ainda não foram realizadas, abrindo assim a possibilidade de trabalhos futuros sobre o tema. No entanto, mesmo diante desse cenário, fica evidente a contribuição que esse primeiro projeto teve tanto para os alunos da rede estadual de ensino quanto para os residentes, pois ambos aprenderam uns com os outros. Muito além de refletir sobre o saber histórico prático, estudado pela ciência histórica, foram trabalhados aspectos disciplinares que envolvem as teorias de "Razão Histórica", "Reconstrução do Passado" e História Viva", propostas por Rüsen (2001).

O fazer pedagógico e o cotidiano escolar são analisados neste trabalho a partir da convivência em sala de aula entre professores e alunos, além de analisarmos os contextos administrativos e pedagógicos que envolvem a Escola Estadual Almeida Cavalcante a partir da demanda de alunos, que em sua maioria, vem das camadas periféricas da cidade e da zona rural do munícipio; motivo este que muitas vezes levam ao atraso e evasão dos alunos no horário das primeiras aulas.

Portanto, além de discutir, nesta pesquisa, sobre a reelaboração do fazer pedagógico a partir da utilização de recursos midiáticos que facilitem a linguagem e compreensão do conhecimento histórico, se faz necessário reconhecer a importância dos estágios e de projetos como o Residência Pedagógica, que buscam inserir os licenciandos no campo educacional, propondo-lhes mergulhar e conhecer o universo escolar, a sala de aula suas demandas e desafios instrumentalizando-os a buscarem ferramentas didáticas pedagógicas possíveis na busca de um trabalho mais humano e de excelência para todos.

Referências

ALAGOAS. **Secretaria de Estado da Educação de Alagoas.** Disponível em: http://www.educacao.al.gov.br/institucional Acesso em: 20 de Fev. 2019.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. LDB: **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ LEIS/L9394.htm Acesso em: 20 de Fev. 2019.

CAIMI, Flávia Eloisa. A aprendizagem profissional do professor de História: desafios da formação inicial. *In* **Fronteiras**, Dourados, v. 11, n. 20, jul./dez. 2009.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. A história encastelada e o ensino encurralado: reflexões sobre a formação docente dos professores de história. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 72, p. 249-267, nov./dez. 2018.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica Arno Vogel. 3 ed. Rio de Janeiro, Forense, 2011.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, Roberto Camargos. História, música e ensino ao ritmo dos excluídos: música engajadas e problemáticas sociais na contemporaneidade. *In*: **Cadernos de História**, Uberlândia, V. 15, Nº.1. p. 137-149, 2006.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto:** os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica:** teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001.

RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Tradução de Marcos Roberto Kusnick. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.1, n.1, 15 jul./dez. 2006.

SANTOS, Dilcéia Boaventura dos. **Música como documento em sala de aula:** música popular brasileira no ensino de história do Brasil. Disponível em: https://monografias.brasilescola.uol.com.br/historia/musica-como-documentosala-aulamusica-popular-brasileira.htm Acesso em: 01 de Jun. 2016.

SCHMIDL, Benito Bisso. O historiador entre ‘o ofício’ e a profissão: desafios contemporâneos. **Revista História Hoje**, v. 2, n 3, p. 285-301, 2013.

ZAMBONI, Ernesta. Panorama das pesquisas no ensino de história. **Saeculum** – Revista de História. n. 6/7. jan./dez./2000/2001. p. 105- 117.

A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ALAGOAS E O ENSINO DA CARTOGRAFIA HISTÓRICA

Francisca Maria Neta[16]
Denize dos Santos[17]

Considerações iniciais

O estudo da cartografia histórica tem por finalidade entender as representações do espaço historicamente construído. O uso de tal instrumento para compreensão da história é fundamental para a explicação alguns fenômenos da humanidade.

A linguagem imagética utilizada nos livros didáticos de história é um instrumento bastante necessário, se o seu uso for apropriado e houver um diálogo entre a discussão teórica que permeia a representação gráfica. Perguntamos: o uso cartográfico nas aulas do ensino de história é satisfatório? Como os programas dos cursos de formação de professores das universidades se apropriam dessa linguagem para formar seus alunos?

Tais indagações são motivadoras para construção de uma discussão que possa favorecer o debate na formação o professor e no processo de ensino-aprendizagem. Neste estudo abordamos a cartografia histórica em dois aspectos: por um lado, o uso de tal cartografia como uma linguagem útil para facilitar a compreensão da história enquanto área de conhecimento, por outro lado, construir uma leitura da formação do território alagoano através da cartografia histórica. Este estudo a discute como instrumento do ensino de História, procurando analisar a cartografia histórica de Alagoas no

[16] Professora Assistente da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Coordena o Grupo de Estudos sobre o Patrimônio, Imagem – GEPIM.
Email: francisca.neta@uneal.edu.br
[17] Professora Assistente de Geografia da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL. Coordena o Laboratório de Estudos Ambientais e Cartográficos – LEAC.
Email: denize.santos@uneal.edu.br

processo ensino-aprendizagem, tendo por finalidade a representação do espaço, possibilitando o armazenamento dos dados sobre o espaço nas representações gráficas. O objetivo deste trabalho consiste em discutir os mapas históricos como linguagem de estudo da História de Alagoas na sua formação territorial.

A metodologia utilizada perpassa pela discussão do conceito de cartografia e suas linguagens para o ensino, revisando a literatura sobre a formação histórica e territorial de Alagoas, através de pesquisas no Arquivo Público de Pernambuco e no Instituto histórico e Geográfico de Alagoas, assim como, nos arquivos virtuais da Biblioteca Nacional e Laboratório de Estudos de Cartografia Histórica-LECH da USP, fazendo as leituras cartográficas e sua contextualização na formação do território alagoano. Esta proposta faz a leitura dos mapas históricos para compreender a formação do território de Alagoas nas aulas de História, demonstrando a importância dessa ferramenta na produção do conhecimento e na aprendizagem.

Formação territorial de Alagoas

A formação territorial de Alagoas, apesar de ter seu marco como província independente, em 16 de setembro de 1817, a sua formação coincide com a formação do Brasil colonial, a partir da ocupação do território pelos portugueses. A rota da esquadra que dá continuidade à expedição de Pedro Álvaro Cabral ao desbravamento das terras costeiras é datada em meados de 1501.

> Foram, portanto, as costas de Alagoas e o seu grande rio os pontos avistados logo da primeira descoberta geográfica feita pela esquadra, visando explorar as costas do Brasil, zarpou de Portugal e permanecendo 22 dias entre Cabo de Santo Agostinho e a Barra de São Miguel, levando daí 11 dias para ir à embocadura de São Francisco. (BRANDÃO, 2004, p. 34)

As terras hoje pertencentes a Alagoas, no período colonial, pertenciam a Capitania de Pernambuco. No entanto, esse espaço já apresentava uma historicidade com aspectos singulares que formaria a identidade de Alagoas. Com a consolidação da colônia, são criadas as capitanias hereditárias em que o Brasil foi dividido em 14 faixas de terra doadas aos donatários e, nessa divisão, o território alagoano pertencia à capitania de Pernambuco (Mapa 1). O sistema administrativo territorial foi criado pelo Rei Dom João III em 1534, que dividia o território brasileiro em faixas imaginárias de terras.

Mapa 1 – Capitanias Hereditárias

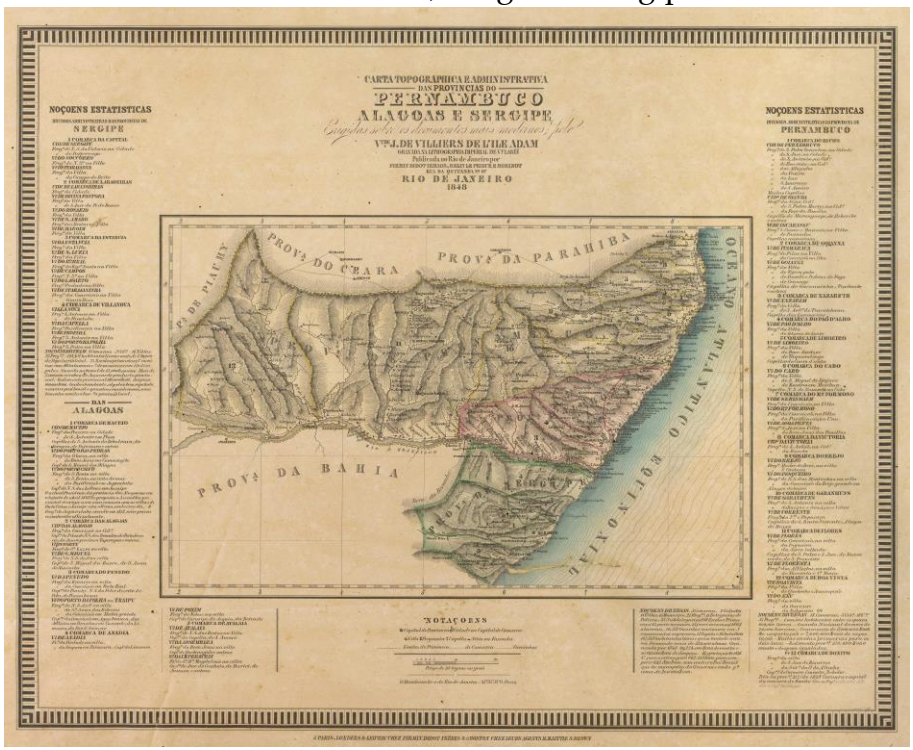
Fonte: SEUTTER, 1750.

A capitania de Pernambuco constituída de 60 léguas entre o rio São Francisco e o rio de Santa Cruz de Itamaracá foi comandada pelo donatário Duarte Coelho. Com o fracasso do sistema de capitanias, apenas a capitania de Pernambuco e São Vicente foram consideradas bem sucedidas. Nesses trâmites, Alagoas judicialmente pertence à comarca de Pernambuco.

> Enquanto na região norte – a de Porto Calvo –e na região centro- a das Alagoas: alagoas do Norte e Alagoas do Sul – o povoamento se processou através da fundação de engenhos de açúcar, já a do Penedo tem origens diferentes. Seu fundamento se baseia na defesa do sul da capitania de Duarte Coelho Pereira. [...] Em penedo organizou-se um arraial, fortificado pelos colonizadores para vigiar os índios caetés existentes no extremo da Capitania, nessa bandeira deixou colonos em Porto Calvo e Alagoas do Sul. (CARVALHO, 1982, p. 39)

O primeiro território alagoano a ser apropriado pelos portugueses é hoje pertencente a Penedo e Porto Calvo. Em Penedo, instaura-se uma estrutura estrategista de fortificação, comércio e povoamento. Essas características eram de interesses dos colonizadores para a manutenção da extensão territorial que correspondia à Província de Pernambuco. (Mapa 2).

Mapa 2 – Carta Topographica e Administrativa das Províncias de Pernambuco, Alagoas e Sergipe



Fonte: VILLIERS DE L´LLE-ADAM, 1848.

Ainda em terras alagoanas, a formação territorial se envereda também, por estratégias de ocupação pelas Guerras dos Bárbaros – enfrentamento das tribos Tapuia-Kariri e Quilombo dos Palmares; essas tribos possuíam uma estrutura organizacional relevante, instituindo uma comunidade independente da ordem administrativa colonial.

> Na região onde surge Alagoas, foi desenvolvida uma estratégia de ocupação do território que se desenvolveu em dois vetores: um, a Guerra dos Bárbaros, como enfrentamento das tribus Tapuia Kariri coligadas, que procuraram parar o avanço da frente colonial representada pelos currais de gado em transumância [...] A partir do final século XVII, essas tropas de índios

> foram jogados contra os quilombos das terras onde correr o rio Paraíba do Meio e Mundaú e as matas de Quipapá, Cucaú e Serinhaém. Então aplica-se contra os Palmares a estratégia de destruição dos quilombos, de desocupação das terras das matas úmidas e o extermínio e apreensão dos Quilombos. (LINDOSO, 2011, p. 40)

As disputas na formação de Alagoas são presentes nos diferentes momentos de sua formação e consolidação. Conforme (LINDOSO, 2011, p. 19), "no estudo da formação de Alagoas, há três fatores de colonização importantes: a criação do Quilombo de Palmares, o início da conquista do sertão e a implantação de uma sociedade tutelar formada pelas *plantations* açucareira". Portanto, um lugar de disputa de diferentes interesses de índios, negros e europeus, seja pela exuberância da natureza, pela as estratégias militares e de navegação do Rio São Francisco ou, pela conquista territorial favorável à Coroa; que se estende historicamente desde a conquista colonial até mais recentes lutas territoriais pelo direito à posse da terra.

O espaço alagoano pertenceu à província de Pernambuco por todo período colonial até sua independência, que se consolida em 16 de setembro de 1817. No entanto, a desvinculação de Alagoas à Pernambuco não está pontuada apenas por um Decreto, além de uma discussão no processo político, ainda identificamos referências na representação cartográfica, datada de 1848 (Mapa 2).

> Quando D. João VI elevou a antiga Comarca das Alagoas a Capitania, mercê do Decreto de 16 de setembro de 1817, a sua população orçava aproximadamente por 90.000 almas, na antiga estatística do Ouvidor Antônio José ferreira Batalha, figura que teve seu nome gravado em diversos acontecimentos da história colonial de Alagoas. (DUARTE, 1974, p. 24)

Apesar da historiografia apresentar controvérsias sobre o movimento e a emancipação de Alagoas. Discussão abordada por Ann

Marie Buyers no artigo *Em Defesa da Honra: a emancipação de Alagoas no imaginário institucional, em que argumenta*, "Essas hipóteses, elaboradas ao longo do século passado pelos membros do IAHGP, transformaram-se na versão oficial sobre a emancipação de Alagoas, perpetuada até hoje pelos professores e historiadores locais. Ninguém se preocupou em comprovar sua veracidade." (BUYERS, 2010, p.35), não objetivamos exaurir essa discussão, mas apresentar instrumentos cartográficos que possibilitem construir uma compreensão da formação desse território chamado Alagoas.

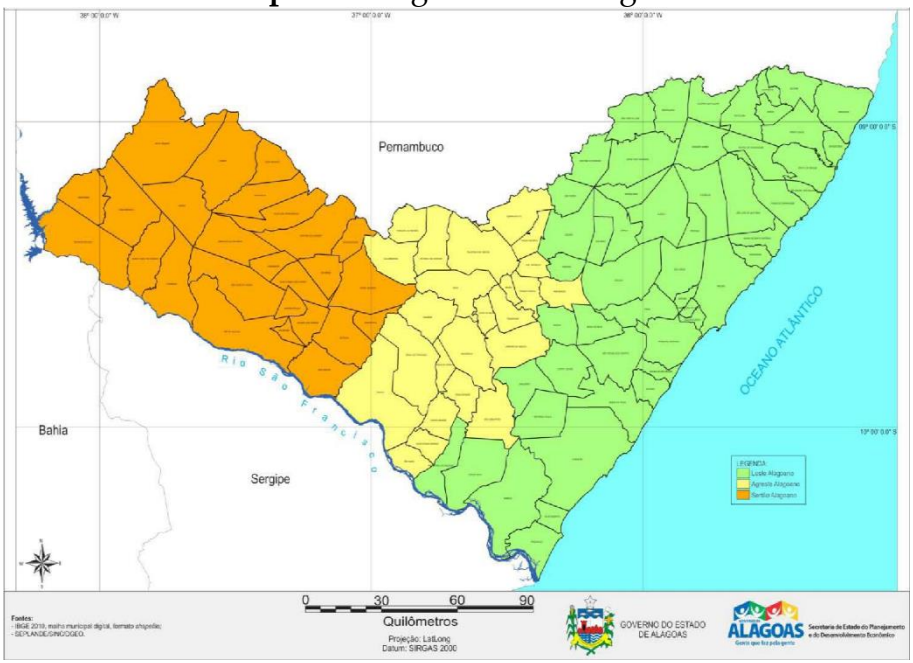
Mapa 3 – Mapa de Alagoas

Fonte: Atlas do Brazil. IHGAL, 1908.

Nos mapas construídos no decorrer do século XX podemos identificar uma consolidação territorial, em que as mudanças político-administrativas acontecem no contexto estadual, a exemplo das

emancipações municipais. Dentro da estrutura republicana. Contudo, o território alagoano apresenta uma delimitação, configurando um espaço político e administrativo consolidado desde o período imperial no século XIX (Mapa 3).

Mapa 4 – Alagoas - Mesorregiões



Fonte: SEPLANDE, 2012.

Observa-se que na consolidação do Estado de Alagoas, desde o período colonial até os dias atuais, sofreu algumas mudanças na configuração espacial em detrimento da justificativa política, econômica, jurídica e administrativa. Apesar da criação de novos municípios no decorrer do século XX não implica na mudança do caráter identitário constituídos nas localidades, identificadas por mesorregiões: leste alagonano, Agreste alagoano, sertão alagoano (Mapa 4).

Pela perspectiva da situação administrativa, certamente, Alagoas compreende uma unidade da federação brasileira, constituindo num espaço geográfico, histórico e político. Mas,

compreende também um lugar que busca seu reconhecimento pela identidade cultural singular através do seu espaço geográfico, sua historicidade e sua especificidade.

Cartografia histórica no ensino

A cartografia é uma ciência que tem como finalidade a representação do espaço. Essa função vem desde os primórdios do desenvolvimento das sociedades humanas, quando o homem passou a registrar nas paredes das cavernas a localização dos fenômenos e elementos essenciais a sua existência.

A velocidade das informações que chega aos alunos através da mídia tradicional, da internet e celulares com as redes sociais, aplicativos e tantas outras formas de comunicação, requer uma nova postura no sistema de ensino. Portanto, a cartografia retoma espaço no ambiente escolar, seja pelo desenvolvimento técnico, pelo aumento da produção de materiais didáticos e pela possibilidade de acesso nesse momento técnico-cientifico-informacional em que vivemos de constantes mudanças (SANTOS, 2012).

Os mapas, independente do período em que foram confeccionados trazem na sua essência princípios básicos de localização e de representação dos fenômenos de interesse, das técnicas disponíveis, bem como das áreas conhecidas.

> Os mapas representam uma forma de saber, um produto cultural dos povos, e não um mero resultado de uma difusão tecnológica a partir de um foco europeu. Cada cultura exprime sua particularidade cartográfica, enquanto que a Cartográfica, aos poucos, vem tornando-se uma linguagem visual muito mais universal do que antes se pensava. (DUARTE, 2006, p. 21)

As paredes das cavernas foram os seus primeiros planos de registros dessas localizações, cada sociedade a sua maneira registrava suas rotas de acordo com os materiais disponíveis e da criação de suas percepções espaciais. Nos tempos atuais, a confecção de mapas segue

regras específicas presas aos moldes dos programas especializados na geração de mapas.

> Conjunto de estudos e operações científicas, artísticas e técnicas, baseado nos resultados de observações diretas ou de análise de documentação, com vistas à elaboração e preparação de cartas, planos e outras formas de expressão, bem com sua utilização. (DUARTE, 2006, p. 15)

Ao mesmo tempo, em que instrumentaliza todo o processo de confecção dos documentos cartográficos, ainda tem que se ver toda a questão da estética. Enquanto ciência, com todo um arcabouço teórico e metodológico, mas com todo um cuidado, devendo trazer uma harmonia na representação visual. A cartografia moderna traz uma ideia muito ampla, a ciência rompe com a ideia da espontaneidade na criação e geração de documentos cartográficos, como se fazia nos primórdios.

No trabalho com a cartografia, além de conhecer e transmitir informações pode-se também registrar, analisar, interpretar, comparar e sintetizar conhecimentos. Por isso, a importância de sempre aprendermos a interpretar os diversos tipos de representações gráficas, principalmente os mapas, que nos permitem localizar nossa posição com relação a outros lugares no espaço geográfico e o seu contexto. Para isso, é preciso ter um reconhecimento da área mapeada, seja através de uma imagem de satélite, dos mapas temáticos, das cartas topográficas, dos mapas históricos ou de outros recursos cartográficos.

A cartografia nos dá o conhecimento do território, o que nos possibilita conhecê-lo de forma detalhada, também desempenha influências em outras ciências, contribuindo para revelar o mundo e todo o mundo antigo e contemporâneo. As observações das informações cartográficas servem como meio de comunicação, que influencia em tomar decisões e encontrar soluções para inúmeros problemas em diversas áreas, problemas políticos, econômicos e sociais.

A cartografia enquanto ciência, também faz parte do cotidiano escolar. Os mapas sempre são associados à Geografia, mas esse instrumento também pode contribuir muito com outras disciplinas escolares, a exemplo da História. A Geografia passa por um momento de redescoberta metodológica da Cartografia e de toda a sua linguagem. Enquanto instrumento é fundamental na relação ensino-aprendizagem e pode também levar importante contribuição para as outras áreas.

Para (SIMIELLI, 2007), no ensino o mapa deve considerado elemento importante para as discussões de diversos conteúdos, assim como outros produtos cartográficos é um instrumento de comunicação que deve ser codificado, daí vários autores falarem em "alfabetização cartográfica". Esta alfabetização faz-se necessária devido ao conhecimento restrito que a maioria das pessoas tem em relação à leitura de mapas. Isso habilitaria os cidadãos a fazerem a leitura de documentos cartográficos de diversos temas e períodos.

Os mapas quando bem apropriados pelas instituições de ensino dão uma contribuição na elucidação do conhecimento, portanto, "a função do mapa quando disponível ao público é a de comunicação do conhecimento de poucos para muitos, por conseguinte, ele deve ser elaborado de forma realmente comunicar" (LOCH, 2006, p. 27). A importância de estudar cartografia está diretamente ligada à compreensão dos mapas e dos conteúdos que estes representam.

> [...] o uso da linguagem cartográfica como uma metodologia inovador é torná-la parte essencial para a educação geográfica, para a construção da cidadania do aluno, na medida em que permitira e ele compreender os conteúdos e conceitos geográficos por meio de uma linguagem que traduzira as observações abstratas em representações da realidade mais concreta. (CASTELLAR, 2011, p. 124)

Se analisarmos a utilização dos mapas, no ensino fundamental, percebemos que eles são pouco utilizados, e quando

fazem uso dos mesmos, muitas das suas informações são deixadas de lado. O mapa deve ser um dos principais métodos para a explicação de qualquer que seja o assunto, levando em consideração todos os seus elementos, escala, legenda, entre outros, mostrando que cada um desses tem grande importância na compreensão do espaço.

Os mapas históricos trazem um conjunto de informações de muita relevância para o estudo da história geral e do processo de formação do território brasileiro. É importante destacar, que os mapas históricos, por terem sido confeccionados em períodos anteriores ao desenvolvimento das técnicas modernas de construção de mapas, não trazem todos os elementos essenciais à leitura de um documento cartográfico, como citado anteriormente, e isso, deve ser considerado na leitura dos mesmos. Mas, de forma alguma, isso deve ser um empecilho ao seu uso, já que estes armazenaram informações referentes a determinados períodos históricos. "Para além das informações imagéticas, os dados históricos obviamente potencializam essa análise cartográfica" (MACHADO, ALMEIDA, 2011, p. 11).

A cartografia é uma opção de entendimento do mundo, diante de uma realidade tendo como foco um determinado ponto de vista, desta forma, confirma a metodologia de construção dos mapas, onde são construídos estudos a partir de suas necessidades de estudar diferentes ramos, convenientemente, observando todas as problemáticas com um olhar diferenciado, transgredindo suas perspectivas e fundamentando sua realidade (MARTINELLI, 2003).

Encontramos mapas nos livros de Geografia ou de História, encontramos mapas nas escolas, no metrô, no shopping, e cada um apresenta uma linguagem diferenciada e quase sempre trazem símbolos pictóricos ou descritivos. A presença dos mapas no nosso cotidiano vem de muitos anos atrás, quando a cartografia começa a ser utilizada. A cartografia escolar vai além das fórmulas para calcular a distância e a escala (que só são vistas, na maioria dos casos, de forma rápida no final do ensino médio), ela dispõe de diversas formas e instrumentos para serem trabalhadas pelo professor em sala de aula e,

para isso, é necessário que o professor busque cada vez mais esses instrumentos.

Os estudiosos da área de geografia e história podem lançar mão da linguagem Cartográfica como uma importante aliada para a melhoria do processo ensino e aprendizagem. No entanto, faz-se necessário compreender a cartografia, não apenas como conteúdo, mas como fundamentos teóricos e metodológicos na produção e compreensão desse saber; através da leitura de mapas, cálculo da escala, assim como, entender por que os mapas são construídos a partir de uma determinada visão.

A realização do curso de cartografia histórica e a oficina de práticas cartográficas representam apenas uma etapa do projeto de extensão intitulado: Cartografia para o Ensino de Geografia e História. O projeto compõe ainda outras etapas posteriores, tais como, levantamento desse material para criação de um banco de dados, construção de uma cartilha paradidática para ensino básico, exposições envolvendo universidade e escolas parceiras e a comunidade em geral.

O interesse demonstrado pelos participantes por tais atividades denotam o quanto a formação de professores é carente nessa área do conhecimento, assim como, a universidade pode contribuir para a melhoria do ensino das disciplinas de história e geografia. A experiência conquistada com as atividades realizadas nos proporciona um amadurecimento para se entender a importância da tríplice função da universidade: ensino, pesquisa e extensão. A análise da realidade estudada é fundamental para compreender a relação que se deve estabelecer entre a academia e a sociedade, de que forma a troca de experiências podem fornecer informações, transmutadas em conhecimento prático capaz de reverter situações adversar às propostas educacionais eficazes.

A leitura de um mapa possibilita-nos a descoberta de várias informações, e essas descobertas só são feitas através de entendimento sobre a cartografia. É a cartografia que vai ilustrar os dados, seja qual for a investigação, facilitando a sua compreensão. Sendo assim, a

maior importância da cartografia está na transmissão do conhecimento através dos mapas.

Considerações finais

O trabalho proposto teve por finalidade discutir a cartografia histórica como instrumento de elucidação do processo de aprendizagem do ensino de história. Apresentamos os conceitos básicos que compreendem a cartografia histórica como uma linguagem que dialoga com a construção do conhecimento.

Apresentamos uma alternativa de entender a formação do território de Alagoas, tendo como instrumento os mapas cartográficos de Alagoas, desde sua formação, ainda enquanto Província de Pernambuco, seu processo de emancipação e independência político-administrativo, até a consolidação de uma unidade federativa do Brasil.

O estudo da formação do território de Alagoas, tomando como instrumento a cartografia histórica, de certa maneira, incentiva o professor que atua em sala de aula a lançar mão de ferramentas que contribuem na elucidação dos acontecimentos históricos. Assim como, ampliar as possibilidades de instrumentos educacionais que, associado ao livro didático, amplia e estimula o interesse pela aprendizagem.

Por outro lado, entender o processo de formação da Alagoas, através de fontes disponibilizadas em arquivos e bibliotecas patrimoniais e digitais, estimula o interesse pela pesquisa e pela produção do conhecimento dos professores e alunos. Assim como, preservar a História de uma sociedade, com suas singularidades geográficas, históricas e culturais.

Referências

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas.** Maceió: EDUFAL, 2004.

BUYERS, Ann Marie. Em defesa da honra: a emancipação de Alagoas no imaginário institucional. Maceió: **Revista Crítica de História**, ano 1, n 2, dezembro, 2010.

DUARTE, Abelardo. **As Alagoas na Guerra da Independência**. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1974.

DUARTE, Paulo Araújo. **Fundamentos de Cartografia.** 3 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

CARVALHO. Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. 2 ed. Maceió: Grafitex, 1982.

CASTELLAR, Sonia vanzella. A cartografia e a construção do conhecimento em contexto escolar. *In*: ALMEIDA, Rosangela Doin de. **Novos rumos da cartografia escolar: Currículo, linguagem e tecnologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTRO, Victória Alves de; CAMPOS, Mariana Alesia; DIBIASE, Anabela Soledad. *et all*. A divertida experiência de aprender com mapas. *In*: ALMEIDA. Rosângela Doin de (org.). **Novos rumos da Cartografia escolar:** currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo: Contexto: 2011.

LE SANN, Janine G. Metodologia para introduzir a Geografia no ensino fundamental. *In*: ALMEIDA, Rosângela Doin de (org.). **Cartografia escolar**. São Paulo: Contexto, 2007.

L´ILE-ADAM, J. de Villiers. **Carta topographica e administrativa das Provincias do Pernambuco, Alagoas e Sergipe.** Rio de janeiro: Lithographia Imperial Vr. Laréé, 1848.

LOCH, Ruth E. Nogueira. **Cartografia:** representação, comunicação e visualização de dados espaciais. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

LINDOSO, Dirceu. **A razão quilombola:** estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió: EDUFAL, 2011.

LINDOSO, Dirceu. **O grande Sertão:** os currais de boi e os índios de corso. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira - FAP, 2011.

MACHADO, Rosilene Vanessa Oliveira; ALMEIDA, Luisa Estanislau Soares de. Alagoas dos mapas militares: uma revisão do acervo cartográfico digital do Arquivo Histórico do Exército. **I Simpósio de Cartografia Histórica** - Passado Presente nos Velhos Mapas: Conhecimento e Poder. Paraty, 10 a 13 de maio de 2011.

MARTINELLI, Marcelo. **Mapas da Geografia e Cartografia Temática.** São Paulo: Contexto, 2003.

MELLO, Barão Homem; MELLO, Francisco Homem. **Atlas do Brazil.** Rio d Janeiro: F. Briguiet & Cia Editores, 1908.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado.** 6 ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SEUTTER, Georg Mattheus. **Recens Elaborata Mapa Geographica Regni Brasiliae** In América Meridionali Maxime Celebris Accurate Delineata. Alemanha, 1750. (Laboratório de Estudos de Cartografia Histórica). Disponível em: https://picasaweb.google.com/lechbr/MapasColeOIEB?feat=flashalbum Acesso: 26 de agosto de 2013.

SIMIELLI, Maria Elena. O mapa como meio de comunicação e a alfabetização cartografica. *In*: ALMEIDA, Rosangela Doin de. **Cartografia escolar**. São Paulo: Contexto, 2007.

SEPLANDE - Secretaria do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico. **Alagoas em Mapas:** acervo de mapas sobre o Estado de Alagoas. Maceió: SEPLANDE, 2012.

PELOS MEANDROS DO RIO SÃO FRANCISCO

mapas históricos como elementos de representação espacial

Denize dos Santos[18]
Cicero Bezerra da Silva[19]
Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto[20]

Considerações iniciais

A ocupação do Nordeste brasileiro se deu de forma a privilegiar a faixa litorânea produtora da principal lavoura da colônia, a cana de açúcar. A função do Agreste e do Sertão era a de atender as demandas da área produtora - o litoral - e os rios foram elementos essenciais ao processo de apropriação e integração desses espaços. Neste período a importância dos rios se deu primeiro, pela possiblidade do processo de adensamento e ocupação das terras interiores e mais afastadas do litoral, segundo, se constituíam em verdadeiros caminhos fluidos, base ao deslocamento e a circulação de pessoas e bens.

A centralidade no processo de adensamento e ocupação das terras interiores, na navegação e no fornecimento de condições básicas à sobrevivência em espaços ainda pouco conhecidos fez com que os rios, em diferentes dimensões escalares, fossem aos poucos sendo transformados em elementos de referências à localização espacial. Aos

[18] Professora Assistente de Geografia da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL. Coordena o Laboratório de Estudos Ambientais e Cartográficos – LEAC. Email: denize.santos@uneal.edu.br
[19] Doutorando e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe - PPGEO/UFS. Pesquisador do Laboratório de Estudos Ambientais e Cartográficos – LEAC.
[20] Professora Associada da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Integrante da comissão científica dos periódicos Canindé - MAX/UFS, Caderno do Estudante - UFS e Geonordeste - UFS. Email: josefaeliane@ufs.br

poucos, surgiam em suas margens e adjacências uma multiplicidade de núcleos de povoamento, estruturas portuárias e de comércio.

Os canais de águas mais caudalosas e pujantes a exemplo do rio São Francisco, receberam centralidade no contexto das representações históricas do espaço desde os primórdios de chegada dos primeiros europeus nas terras que mais tarde seriam chamadas de "Brasil" e que configuraram a colônia. Chamado de "Artéria do Sertão" pelo inglês Donald Piersom (1972) e pelo geógrafo Aziz Nacib Ab' Saber (2002), em referência às suas águas e caminhos interiores, o rio São Francisco foi, nas palavras de Moreira (2011), a porta de entrada do sertão interior[21]. Além disso, os incontáveis afluentes que nele se conjugam, intermitentes ou não, em maior ou menor grau de influência, desempenharam a mesma função.

O sentido dessas representações espaciais, para além da espacialização da malha hídrica e demais caminhos, pode ser ampliado para uma leitura da produção do espaço nas terras coloniais, permitindo a leitura de detalhes poucas vezes identificados em grafias e escritos, mesmo que de modo detalhado. A necessidade de registrar as informações relativas aos recursos naturais, comunidades e as estruturas já existentes associadas as relações de poder evidenciam a importância que os primeiros mapeamentos e representações da colônia tinham (MARIA NETA; PONTES, 2013).

Dado o exposto, intenta-se com este escrito apresentar uma breve contextualização dos conteúdos representados em mapas históricos, tendo como referência de representação gráfica o rio São Francisco. Essas representações, na escrita, são adotadas como fundamentos à interpretação da produção do espaço que tem o rio São Francisco como referência. Ao tomar as representações da cartografia histórica como instrumento analítico almeja-se evidenciar a função dessas representações amalgamadas ao processo de conhecimento, reconhecimento e apropriação dos territoriais.

[21] Cabe ressaltar que o sentido de sertão aqui apresentado diz respeito aos espaços e terras interiores e mais afastadas do litoral.

No espaço e no tempo, no Brasil colonial e para além dele, essas representações guardam, além do frutuoso contexto artístico, as marcas da história da produção do espaço que se deu no litoral e expandiu-se para o interior chamado genericamente de sertão. Alinhado a demarcações territoriais, a riqueza de detalhes impressos na arte e no fazer dessas representações demonstram a determinação do meio físico frente à organização social em voga.

Verdadeiras descrições de conteúdos, essas representações demonstram a importância da produção do conhecimento cartográfico na história. Para Martinelli (2011, p. 194), essa "cartografia descritiva" dos espaços conhecidos ou em processos de conhecimento era o prenúncio da sistematização de um conhecimento ainda maior, aquele que mais tarde foi sistematizado como cartografia temática.

Meandros, terras e águas nas representações históricas do rio São Francisco e para além dele

No decorrer da história do Brasil, diversos são os elementos que no tempo e no espaço foram incorporados ao contexto das representações nacionais. O rio São Francisco, apropriado pelas políticas de governo como Rio da Integração Nacional é, por evidência, um desses elementos. Descrito, relatado e representado, este rio é, para Silva (2020), parte fundamental da história do país e, como tal, é guardado no imaginário e nas representações sociais como o rio que delineou o cerne do processo de ocupação das terras interiores, a porta de entrada do colonizador e a via de escoamento das riquezas exploradas no grande vale e no canal principal que se estende por mais de 2.700km.

Ao narrar a história do rio São Francisco, Chagas (2014, p. 32) elenca que "este é o rio que possibilitou a ocupação dos grandes sertões brasileiros, o rio que direcionou grande parte da história do país, o rio que guardou ciosamente os hábitos, costumes e as tradições dos três povos formadores de nossa nacionalidade". Essa descrição é um indicativo da multiplicidade de povos que historicamente têm

ocupado o rio São Francisco e as terras localizadas em suas adjacências.

Os clássicos relatórios de viagens e expedições a exemplo daqueles produzidos por Auguste de Saint-Hilaire (2004 [1960]) e pelo inglês Donald Piersom (1972), demonstram essa multiplicidade de povos, sobremaneira, para a identificação da diversidade de povos indígenas e, mais recentemente, quilombolas. Além disso, são incontáveis as pontuações da existência dessas comunidades/povos nas representações históricas ao longo de todo o rio. A associação dos ciclos das águas do rio e o contexto de este ser o maior rio perene que cruza a região de clima semiárido é característica fundamental para a compreensão do adensamento populacional por entre as margens do rio São Francisco.

No decurso da história, os cursos d'água eram pontos de apoio e referência no processo de ocupação do território brasileiro. O rio São Francisco foi importante canal de acesso no processo de ocupação do interior nordestino dado a sua carga hídrica e ampla calha fluvial, elementos esses fundamentais à navegação e às condições de formação de núcleos habitacionais. O desconhecimento do que existia, onde e qual a condição para a sua exploração precisavam ser registrados.

A necessidade de ocupação do território também demandava a identificação das localidades e os mapas e outros documentos cartográficos registravam esses fenômenos. Menezes (2011, p. 4), ressalta a importância que tais documentos possuíam nas relações de poder no período e no contexto de conhecimento do território em expansão.

> Os mapas produzidos a partir do século XV representam, muitas vezes, verdadeiros tratados sobre um lugar, incluindo as rotas de acesso, em relação à Europa, a configuração de seu território conhecido, descrição dos habitantes nativos, etc. E estas características serão aplicadas na cartografia que se fará a partir das conquistas das terras brasileiras. (MENEZES, 2011, p. 4)

Dotadas de detalhes, a produção desses mapas segundo as contribuições de Maria Neta e Pontes (2013), foram fundamentais ao controle e apropriação dos territórios explorados e reconhecidos. Tal feito resultou em acervos que desnudam a própria história colonial, ressaltado além das diferentes técnicas de cada grupo/povo para a produção cartográfica, também o contexto do conhecimento do território.

Na representação cartográfica da área de *Seregipe Del Rey a Itapuama* (Mapa 1), por exemplo, observa-se a preocupação na delimitação territorial que tem o rio São Francisco como elemento de referência natural. A riqueza de detalhes está, ainda, na representação de formações geomorfológicas e nas incontáveis comunidades e povoamentos em suas adjacências.

Mapa 1 - Área de Seregipe Del Rey a Itapuama, 1647

Fonte: BIBLIOTECA DIGITAL DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA DA USP, 2020. Adaptação: SILVA e PONTES, 2020.

Dada a representação mencionada, é possível verificar o ajuste desses povoamentos à calha fluvial, o que historicamente se configurou como estratégia de uso das águas para a navegação. Ao discorrer sobre relação embrionária do homem com rio São Francisco, Silva (2020) demostra que o ajuste dos povoamentos à sua calha fluvial, inclusive num contexto histórico, "está assentado nas dimensões identitária/cultural, biológica, social, política, econômica e de disputas, assim como ocorrer com as relações territoriais ou, de outro modo, com o próprio sentido do território" (SILVA, 2020, p. 96). Há, neste sentido, uma evidente associação entre a apropriação do rio e o controle dos territórios.

O ligeiro aplainamento semiótico das áreas que antecedem as formações serranas demostram o conhecimento da área e o vazio ocupacional no interior que tende a se expandir para o ambiente ao qual hoje é denominado de Depressão Sertaneja do São Francisco. Configura-se mais ao norte a cadeia de montanhas nas imediações do atual assentamento urbano da cidade de Pão de Açúcar margem alagoana, inclusive com referência ao povoamento Ilha do Ferro, atualmente povoado do município de Pão de Açúcar.

A montante da cadeia de montanhas de Pão de Açúcar é possível perceber o estreitamento do vale que se define pelos traços representativos da topografia local e pela inexistência das pequenas lagoas. Área caracterizada pelo enclave do rio São Francisco frente ao contexto da geomorfologia regional e, por extensão, assim se estende até os assentamentos urbanos atuais das cidades de Piranhas e Canindé de São Francisco, em Alagoas e Sergipe. Cabe ressaltar que essa organização estrutural favoreceu a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó na década de 1990.

Os espaços numerados no mapa como 1 e 2 correspondem as representações dos rios Traipu e Ipanema, respectivamente. São, atualmente, rios de natureza intermitente que adentram o interior semiárido e que, historicamente, se constituíram em rotas de entrada para os chamados Agrestes e Sertões. Na outra margem, a maior representação de lagoas se destaca no mapa, ao tempo em que as

formações geomorfológicas não recebem destaque. Essa análise da espacialidade representada é um demonstrativo do que viria a ser, mais recentemente, a ocupação do baixo rio São Francisco pela lavoura do arroz.

O detalhamento topográfico era elemento fundamental no processo de representação das terras da nova colônia. Esse modo de fazer a representação, sem a preocupação de definir e mapear fenômenos específicos, foi importante na difusão dos conhecimentos dos assentamentos habitacionais associados sempre ao contexto da natureza, quase sempre cartografada de modo a dar visibilidade aos rios, a geomorfologia e a existência de domínios de vegetação. O mapa *Razão do estado do Brasil: Rio São Francisco, Capitania de Pernambuco* (Mapa 2), que representa o estado de Alagoas, é um exemplo claro de representação topográfica do modelo de cartografia descritiva das condições físico-naturais do espaço.

Mapa 2 - Razão do estado do Brasil: Rio São Francisco, Capitania de Pernambuco, século XVII

Fonte: SEPLAG/AL, 2020.

No mapa, o traçado dos rios e disposição do domínio estrutural da geomorfologia fornecem importantes elementos para a leitura e interpretação da paisagem do rio São Francisco e de seus afluentes. O Rio São Francisco associado às lagunas do Roteiro, Mundaú e Manguaba representadas mais ao leste ocupam a centralidade da cena cartografada. Nas proximidades da foz do grande rio há, ainda, a existência de lagoas que tendem à interiorização para além da margem. Ao norte, o destaque se dá para o detalhamento das serras com canais tracejados quase que de modo paralelo.

Noutra representação (Mapa 3), a associação entre as cartas de *Brasilia qua Parte Paret Belgis* e *Praefectura Paranambucae pars Meridionalis e Praefectura Paranambucae pars Borealis*, registram o processo de ocupação holandesa na costa brasileira. O detalhamento da representação das atividades econômicas por uma associação dos traços gráficos e da paisagem cotidiana são elementos de destaque nessas cartas. A associação dos documentos demostra o cuidado nos detalhes de representação do espaço colonial ao tempo em que evidencia o processo de apropriação litorânea associada a história colônia, ao escravo negro e a grande lavoura canavieira.

Mapa 3 - Associação das cartas de Brasilia qua Parte Paret Belgis e Praefectura Paranambucae pars Meridionalis e Praefectura Paranambucae pars Borealis

Fonte: MENEZES, 2011. Adaptação: SILVA e PONTES, 2020.

A descrição detalhada dos traçados da malha dos rios é, nas referidas cartas, os elementos de maior representatividade. Tal fato está associado a relação embrionária da atividade colonial e da ocupação do território com a navegação e penetração para o interior via canais fluviais. Na carta superior da ilustração, parte norte, percebe-se a centralidade do rio São Francisco na paisagem representada. Próximo à foz, seguindo o modelo holandês de representações, estão plotadas representações de embarcações, fator elementar que demonstra o controle de acesso dos espaços interiores.

Ainda na parte superior da representação, seguindo a linha da costa continental, chama-se atenção para a ilustração das grandes

lagunas alagoanas: Roteiro, Mundaú e Manguaba. Em suas adjacências, tanto ao norte quanto ao sul, estão traçados outros canais que se adensam apara o interior. Sem descrição nominal, o que impede maior assertiva a respeito desses rios, deduz-se estar em destaque a rio Coruripe, em sua denominação atual.

A vocação dos rios alagoanos para a produção canavieira e como vetor de ocupação humana já fora ressaltado pelo professor e geógrafo Manoel Correa de Andrade na obra *Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental: rios Coruripe, Juquiá, São Miguel*. Daí o fato destes rios, tanto no tempo quanto no espaço, receberem destaque no contexto das representações gráfico-cartográficas e na descrição das atividades econômicas, sobremaneira, da grande lavoura e da pecuária.

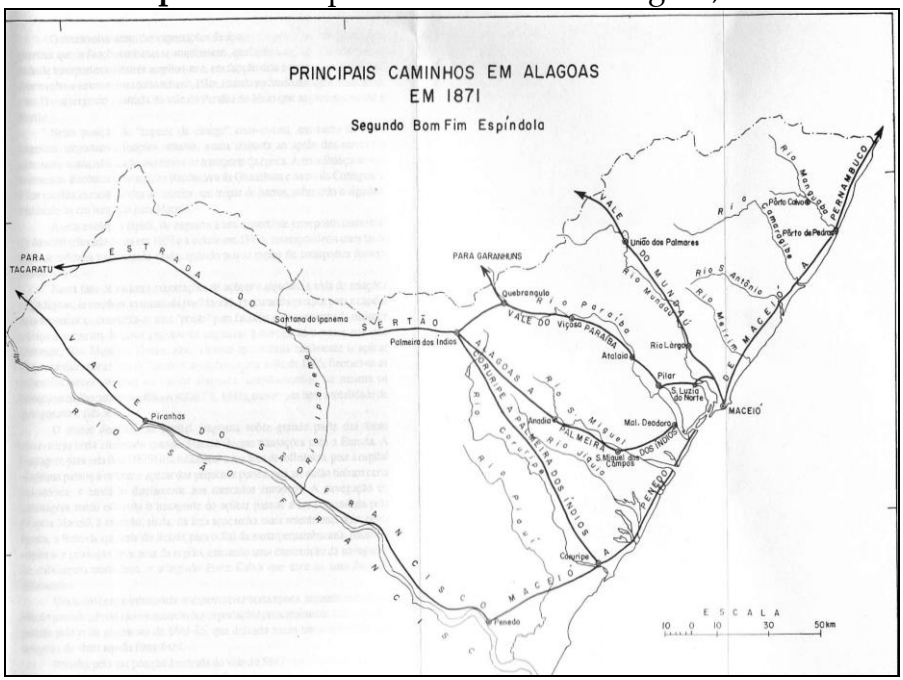
Na parte inferior da representação, espaço concernente à Pernambuco, percebe-se a inexistência dos traçados lagunares e o encurtamento das linhas que representam os canais de drenagem. Ainda assim, na linha da costa, estão pontilhadas a multiplicidade de localidades que, em função da escala de representação não permitem maior detalhamento.

Ainda no espaço inferior da representação, seguindo a linha de costa, se observa que a ocorrência de pontos de povoamento é bem mais comum quando comparados com a parte superior da representação. Todavia, embora menos densa, os pontos de representação local no contexto das terras alagoanas indicam importantes povoações como Penedo e Porto Calvo, segundo detalhamento e análise desenvolvida por Menezes (2011).

Temporalmente mais recente em termos de construção gráfica e, ainda mais, no sentido de configuração territorial e de técnicas de mapeamento, a representação dos principais caminhos em Alagoas (Mapa 4), demonstra a associação que existe entre as linhas férreas, estradas e os rios alagoanos. Nesse mapa o rio São Francisco tem centralidade por ser caminho para interligação de importantes assentamentos como Penedo e Piranhas, além de vários interpostos menores.

Mais elaborado de modo a objetivar a representação, percebe-se a centralidade temática do mapeamento, uma vez que se detém aos elementos que configuram centralidade na definição dos caminhos de Alagoas em 1871. A justa associação entre rios e eixos de circulação-translado evidencia a influência dos primeiros no processo de adensamento para o interior, como já ressaltado nas demais representações.

Mapa 4 - Principais Caminhos em Alagoas, 1871



Fonte: CORRÊA, 1992.

É importante destacar que as vias de escoamento se concentravam no litoral, com os seus rios perenes, e esta área tinham uma mobilidade muito maior do que ocorria no oeste/sertão. O sertão era atendido com uma integração maior na rede de transporte, ferrovia e navegação, o rio São Francisco tinha destaque, por interiorizar o transporte de pessoas e mercadorias, com a navegação dos grandes vapores no seu leito.

Ao leste da representação os caminhos ganham pujança, e seguem quase que paralelos aos canais de drenagem. Na descrição consta, por exemplo, menção aos rios Paraíba do Meio, São Miguel, Coruripe, entre outros. Em associação, o oeste da representação se define como um "vazio" de caminhos, com a exceção aquele de influência do rio São Francisco, cumprindo o processo de integração entre localidades e povos.

Considerações finais

O conjunto de representações desenvolvidas como fundamento ao reconhecimento do território no decurso da história colonial se constitui em importantes instrumentos para a análise espacial do processo de conhecimento ao qual se tinha à época. Esse conhecimento, produzido para fins variados, se configura como verdadeiros retratos da produção de um espaço que tinha os elementos naturais da paisagem como referências espaciais.

A ênfase dada ao rio São Francisco, não por acaso, permitiu perceber como os rios, de modo geral, foram fundamentais nesse processo de ocupação e reconhecimento. Vias de acesso para as terras interiores, tanto o rio São Francisco como seus afluentes e demais rios da linha da costa brasileira cumpriram essa função. A riqueza de detalhes de cada representação, os traços e a associação imagética são demonstrativas da preocupação em detalhar as condições físicas do espaço em apropriação.

Conforme concebido nas representações, há ainda evidentes demonstrações do amalgama entre os rios como caminhos fluidos e a relação com a apropriação territorial. O domínio e o sentido de território são expressos pelo controle das vias de acesso para as terras interiores e que à época estavam sendo desbravadas. Marco referencial de veredeiros territórios em construção, os incontáveis canais fluviais da linha de costa foram apropriados e utilizados como instrumentos fundamentais aos interesses dos europeus que lá se estabeleceram.

Ademais, os mapas históricos se apresentam como possibilidade de estudo em diferentes campos do conhecimento, sobretudo daqueles voltados para a interpretação de fatos históricos e das implicações espaciais dos mesmos. A cartografia, pensada como ciência, arte e técnica (SALICHTCHEV, 1973), é um conhecimento necessário à compreensão da distribuição espacial de fenômenos, em diferentes dimensões. No contexto histórico, esse conhecimento desvencilhado por distintas tipologias de representação espacial constituiu a base necessária ao processo de reconhecimento espacial da organização colonial, da base física de sustentação das atividades econômicas e, não menos importante, no traçado de rotas.

Referências

ABREU, Capistrano de. **Capítulos da História Colonial**: 1500-1800. Brasília: Editora do Senado Federal, 1998.

AB'SABER, Aziz Nacib. **Domínios da Natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.

ANDADE, Manoel Correa de. **Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental:** rios Coruripe, Juquiá, São Miguel. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1959.

BIBLIOTECA DIGITAL DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA DA USP. Disponível em: http://www.cartografiahistorica.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=14&Itemid=99&idMapa=661. Acesso em: 15 de junho de 2020.

CHAGAS, Ivo das. **Eu Sou o Rio São Francisco**. Montes Claros-MG: Ed Unimontes, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. **Terra Livre**. São Paulo, AGB, nº 10 jan.-jul. 92, p. 93-116.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Rio São Francisco:** navios a vapor. Disponível em: https://www.fundaj.gov.br/index.php/revitalizacao-de-bacias/11051-rio-sao-francisco-navios-a-vapor. Acesso em: 13 de março de 2020.

MARTINELLI, Marcello. A Sistematização da cartografia Temática. *In*: ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Cartografia Escolar**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARIA NETA, Francisca; PONTES, Denize dos Santos. Cartografia Escolar no Ensino de Geografia e História. **Anais do 6º** Congresso Brasileiro de extensão Universitária (6:2014) – Diálogo de Extensão: saberes tradicionais e inovação. Disponível em: http://www.6cbeu.ufpa.br/ebook/ficha.html Acesso em: 26 de janeiro de 2020.

MENEZES, Catarina Agudo. Alagoas de Marcgraf. **1º Simpósio de Cartografia Histórica.** Passado e presente nos velhos mapas: conhecimento e poder. Paraty, 10 a 13 de maior de 2011.

PIERSOM, Donald. **O Homem no Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972. Tomo I.

MOREIA, Ruy. **Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

SALICHTCHEV, K. A. **Some reflection on The Subject and Method of Cartography Afrter The Sixth International Cartographi Conference**. *The Canadian Cartographier*, 1973.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens às Nascentes do Rio São Francisco**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2004.

SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento, Patrimônio e Gestão. **Portal Alagoas em Dados - Acervo mapas Históricos**. Disponível em: http://dados.al.gov.br/dataset/mapas-historicos-do-estado-alagoas. Acesso em: 15 de junho de 2020.

SILVA, Cícero Bezerra da. **Entre margens, terras e gentes:** modos de vida e convivialidades no Sertão do Baixo Rio São Francisco. 2020. Dissertação. (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2020.

GEOGRAFIA E RELIGÃO
entre os espaços sagrados e os territórios de conflitos

Ana Cristina de Lima Moreira[22]

Considerações iniciais

Nas últimas décadas do século XX, presenciou-se o surgimento de fenômenos em diversas esferas da sociedade, ficando a incumbência de entendermos ou tentar compreender a complexidade dos fatos sobre a relação entre a geografia e a religião. Entretanto, pode haver diversos olhares sobre essa temática, desde a relação com os espaços considerados sagrados que são criados e recriados ao estudo dos territórios delimitados pela Igreja. Ainda se sobressaem conflitos étnico religiosos e as peregrinações que chamam a atenção não só no Brasil, mas em todos os espaços onde ocorrem. Esses estão relacionados ao comportamento da sociedade contemporânea na busca do sagrado em áreas urbanas ou rurais.

As consequências são refletidas através de alguns fatores, dentre eles, a mobilidade religiosa a (in)tolerância, o extremismo, bem como os lugares e os espaços sagrados criados e transformados pelo homem. Para entender o que está acontecendo, deve-se levar em consideração o advento do Iluminismo, momento em que a razão passou a ser um ponto de referência para o homem. Na era na tecnologia vê-se que, questões que se referem a religião e a busca pelo sagrado têm causado interesse e, isso trouxe discussões em várias ciências, mas ainda sem muita força no campo da Geografia, mesmo entendendo que essa temática pode ser relacionada ao homem, a sociedade, ao espaço e ao território.

[22] Professora Adjunta do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Religiosidade Popular, Sociedade e Cultura – GPRESC. Email: cristinamoreira@uneal.edu.br

É possível que um dos entraves para os geógrafos seja entender esse novo perfil da sociedade contemporânea, que vai percebendo não existir uma religião mais importante ou menos importante que a outra, ou seja, uma religião verdadeira. É em virtude desse perfil que as sociedades se dividem em grupos grandes ou pequenos, com suas pertenças religiosas. E, nessa ótica, podem apresentar características que os identificam de forma isolada ou como membros de grandes grupos.

É nesse propósito que se apresenta a Ciência Geográfica como uma possível multiplicadora dessa realidade, através da Geografia Humana. Percebe-se que a linguagem geográfica pode percorrer os diversos níveis de conhecimento e de realidades socioculturais e territoriais. Não obstante, vivenciam-se mudanças no mundo as quais, estão diretamente ligadas às questões ideológicas que, dentre outras a religiosa fica em evidência. Não se trata de discutir a intensidade da fé ou quem é Deus e sim contextualizar os fatos provocados por essa busca pelo sagrado ou mesmo o afastamento dele, no propósito de compreender melhor a sociedade em que vivemos.

Embora essas discussões sejam antigas em outros países, no Brasil a religião e cultura sob o olhar da Geografia ainda são escassas. Porém, têm se mostrado atuantes nos poucos grupos de estudo das Universidades, principalmente nas Regiões Sudeste e Sul do Brasil, cujas produções de seus líderes e membros servirão de base teórica para esse trabalho destacando-se Rosendahl (1996), Corrêa; Rosendahl (2011) e outros autores que também contribuem nessa discussão como: Carlos (2002), Azzi (2008).

Este estudo tem o objetivo de apresentar importância da relação entre o tema religião e a produção Geográfica. Mesmo neste século se observa que os geógrafos ainda não têm desenvolvido, de forma mais intensa, pesquisas e produções geográficas sobre essa temática. No mundo contemporâneo a sociedade é plural e, sobretudo, a partir da presença da Igreja Católica na formação social do Brasil se exige um olhar sobre a busca do sagrado, suas manifestações religiosas e culturais nos espaços, bem como em territórios de

conflitos em outros países. O mundo contemporâneo apresenta inúmeras configurações e exigem que pesquisadores e estudiosos da Geografia repensem conceitos, significados e estejam abertos para possíveis ressignificados, colocando em evidência em suas produções.

Geografia e os espaços sagrados

No mundo contemporâneo é imprescindível que a Geografia tenha um olhar acerca da cultura religiosa dos indivíduos e dos grupos sociais, pois, eles habitam territórios e apresentam suas complexidades. No momento, não se exige necessariamente o geógrafo da religião e sim, que, enquanto geógrafo, cujos estudos são na área humana, não negligencie as questões religiosas, conhecendo melhor outras vertentes dessa temática que estejam relacionadas à geografia. É importante que esteja atento às mudanças na sociedade, relacionadas ao campo religioso cultural, visto que a Antropologia, a História, a Sociologia e a Psicologia já se debruçam sobre esses estudos e dão grandes contribuições dentro de suas especificidades.

Nessa perspectiva, aponta-se a Geografia Humana como uma referência entre a sociedade e sua cultura religiosa. Por ser uma abordagem abrangente, pode dar ênfase a vários aspectos, a partir dos espaços ocupados dentre eles: a formação das cidades, o processo de urbanização em torno da edificação de uma igreja, bem como o comportamento das sociedades em relação aos credos religiosos ali existentes.

Convém destacar o antagonismo entre o sagrado e profano, termos que estão sempre presentes nesse contexto, quer seja, no meio rural ou urbano, entre a elite ou povo. O homem busca o sagrado e ao mesmo tempo se distancia dele. Para Eliade (2010, p. 165-166) “O sagrado é o obstáculo por excelência da sua liberdade. [...] Em outras palavras o homem profano, queira ou não, conserva ainda os vestígios do comportamento do homem religioso, mas esvaziado dos significados religiosos”. As festas de santo refletem essa situação,

quando no mesmo espaço se participa das devoções ao santo e da festa profana no entorno da igreja, mesmo neste século.

Pode-se ressaltar está sendo apresentado como ‘povo’ a classe que predomina trabalhadores de baixa renda, desempregados que de maneira geral são excluídos e se excluem. No caso do Brasil, podem ser incluídos índios e quilombolas que, predominantemente moram nos espaços rurais e ambos têm suas pertenças religiosas, mas ainda sofrem discriminações e lutam para reconquistar e conquistar seus territórios.

A partir desses pressupostos pode-se entender melhor a importância de a Geografia realizar abordagens sobre a religião, o sagrado, o espaço e o território. Para Claval (2014, p. 223) “As raízes antigas, históricas, míticas, ancestrais, étnicas, conferem aos povos um direito sobre o território; julgam-no sagrado”. Essa é uma das vertentes que se pode percorrer.

As pessoas que habitam determinados lugares têm passado, vivem o momento presente, apresentam suas relações socioeconômicas, culturais, apresentam suas pertenças religiosas ou podem negar a existência das mesmas. São essas especificidades que contribuem para a Geografia Humana nomear, significar e ressignificar os atores, os espaços e correlacionar as modificações às necessidades locais ou regionais. Essa situação pode ser refletida de forma que:

> As dificuldades em fornecer uma avaliação mais profunda refletem a aparente ausência de sistematização da geografia da religião. Concordamos que a literatura sobre religião e instituições religiosas ainda é modesta na geografia, como também não há um denominador comum que conduza a uma identidade plena da geografia da religião. (ROSENDAHL, 1996, p. 18)

Ainda não há consenso entre os geógrafos sobre o estudo da religião sob a ótica da Geografia, como também, as contribuições que suas pesquisas poderão dar ao mundo contemporâneo. Entretanto, os estudos sobre a religião não podem ser negligenciados devendo

acontecer mesmo que, de forma lenta, gradativa e cheia de divergências.

Para Damiani (2002, p. 168) "O cotidiano, como conjunto de atividades e relações, efetua-se num espaço e num tempo sociais: o lugar e suas temporalidades". É importante a religião ser analisada também, como parte integrante da formação da sociedade, sob o olhar do geógrafo, principalmente no Brasil que tem um grande legado nessa área. Ser ignorada pode contribuir para a abertura de uma lacuna acerca dos fenômenos religiosos vividos pelo homem, seu cotidiano, a ocupação do espaço, as modificações das paisagens e regiões de conflitos em outros países.

A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira sob o Olhar da Geografia

No Brasil, é fato que a Igreja Católica esteve presente na formação da sociedade. Mas, a Geografia ignorou alguns fatos e não se aprofundou na temática em pauta, por divergências das concepções entre geógrafos, evitando que as discussões não enveredassem para o campo teológico. Entretanto, deu ênfase ao contexto social, econômico e étnico responsável pela desigualdade, discriminação e exclusão social sem ênfase ao campo religioso.

Mesmo sendo necessárias as informações sobre a atuação da Igreja Católica na formação da sociedade brasileira, para a geografia ainda é sem muita significação, visto que há discussões, comentários e críticas na História da Educação e na História do Brasil principalmente no processo de catequização dos índios pelos jesuítas.

Entretanto, registra-se a presença da Igreja Católica na formação da sociedade brasileira, desde o primeiro momento (XV) quando os portugueses começaram a nomear montes, morro, rios usando a toponímia religiosa como: Santa Cruz, Vera Cruz, Pascoal dentre outros. Não obstante, deram continuidade nos séculos seguintes XVI e XVII na sociedade escravocrata, na burguesa no século XIX e na sociedade participativa nos anos 50 do século XX.

A Igreja teve contribuição expressiva, pois, como religião oficial conseguiu que índios e negros por medo e obediência adotassem o referido credo e consequentemente lugares e espaços foram utilizados. É importante entender que:

> A evangelização das terras basílicas, iniciada em meados do século XVI, processa-se dentro da perspectiva medieval de conquista do território para a fé católica. [...] O projeto colonizador, portanto, visava ao mesmo tempo oficializar a conquista das novas terras como propriedade da Coroa lusitana, bem como transformar os habitantes em novos súditos do reino às milícias clericais competia, mediante a persuasão, levar as populações autóctones a aceitar a dominação política e religiosa da metrópole. (AZZI, 2008, p. 15)

Nesse sentido, se estabelece a questão social de discriminação e o descaso com o sistema escravista, mesmo que a intenção não é fazer acusações à Igreja Católica ou fazer com que erros cometidos aflorem, e sim, dar visibilidade a esses fatos como sócio religiosos que caracterizam grupos sociais.

Concomitantemente, pode-se perceber a modificação da paisagem com a construção das capelas nas fazendas e a presença de um santo padroeiro, esse que é considerado ponte entre Deus e o humano. Mesmo que, por imposição, índios e negros também foram considerados cristãos após o batismo e até os dias atuais a maioria ainda tem seu santo protetor. Sobre esses fatos trazem outro viés: as festas dos santos que acontecem desde o Brasil Colônia e atualmente nos espaços rurais e urbanos que se constituem vastas e inacabadas discussões que também incluem os espaços sagrados, ritos, cultura e território.

Nesse contexto, não há registros de conflitos armados, talvez, pelo fato de o índio e o negro no Brasil Colônia e especialmente esse último, não ter sido considerado gente. E sobre essa situação há muitos questionamentos nos quais a Geografia pode assumir o protagonismo, dentre eles a liberdade de expressão que também

envolve a questão religiosa. Diante do exposto é necessário que essa temática seja discutida na contemporaneidade com olhares de várias ciências inclusive a geográfica.

A Geografia pode partir da ótica de que na sociedade a referência é o homem. Esse homem que para habitar modifica as paisagens e adota alguns lugares como espaços sagrados. Para Corrêa; Rosendahl (2011, p. 208) "A organização espacial, quer seja em núcleo rural, quer seja em contexto urbano, obedece à lógica do sagrado".

São esses espaços que foram e ainda são construídos pelo devoto, pelo fiel, pois, sem a presença desses agentes, ao mesmo tempo produtores e consumidores do sagrado, seria apenas um espaço. Nessa perspectiva entende-se que:

> Num espaço povoado, a tomada de posse exprime-se pela delimitação de fronteiras e pela multiplicação de marcos que lembram a identidade comum: cruz, igrejas, monumentos aos mortos ou arquiteturas tipificadas. É como se reescrevesse em toda parte a mesma proclamação de pertinência. (CLAVAL, 2014, p. 224)

A partir dessas afirmações é possível imaginar que esses agentes citados, formam grupos religiosos que se caracterizam pelos seus adeptos ou seguidores e através de suas crenças modelam o espaço. E assim,

> O sagrado e o urbano estão, de maneira clara, integralmente relacionados às formas espaciais. A idéia de que existem espaços sagrados, quer designados em locais consagrados fixos, quer apreendidos em sua categoria móvel, vem despertando o interesse dos geógrafos. (CORRÊA, ROSENDAHL, 2011 p. 209)

Eles exercem inúmeras funções nas dimensões da vida do homem, as quais dentre suas categorias podem ser evidenciadas a família e a religião, constituindo espaços para ficar com a família e os espaços para realizar suas orações e rituais devocionais.

A realidade nos dados estatísticos sobre a religião no Brasil

É salutar apresentar dados das religiões do Brasil, segundo o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE/2010). Observa-se que mesmo com as imposições e a posterior liberdade religiosa no Brasil, oficializada pela Constituição de 1998, se pode contar que ainda há 123.280.172 milhões de católicos declarantes, responsáveis por 64,63% da população, seguido de 42.275.440 milhões de evangélicos o que corresponde a 22% e 86% são cristãos. É necessário apresentar que apenas 8% não têm religião.

Mas, geograficamente falando, onde está essa população? Onde habita esse povo 'cristão'? Quais os fatores que podem contribuir ou contribuíram para que neste século o Brasil ainda apresente esses índices estatísticos. Segundo o IBGE/2010, a maioria faz parte da população urbana ou rural? Sendo urbana está nas áreas periféricas? Qual é o nível econômico dessa população? Qual o grau de escolaridade? São questionamentos que precisam ser discutidos e respondidos sob o olhar do geográfico, especificamente a partir da presença da Igreja/religião na formação da sociedade brasileira.

Nesse aspecto é explícito a presença em todos os municípios do país, em áreas urbanas, de construções de suntuosas igrejas nas planícies, nos sopés das serras, enquanto que nos espaços rurais aparecem capelas menores. Essas edificações também podem aparecer nos pontos mais longínquos, de difícil acesso, como no topo das serras e ao lado das casas das fazendas.

Embora não seja a tônica, mas é necessário e oportuno apontar questões econômicas e políticas a partir da religião. Podem ser específicos como os santuários que geralmente se tornam espaços de penitência e turísticos. Nesse caso, o comércio depende da movimentação do povo em busca do sagrado. Tem-se como exemplo o Juazeiro de Padre Cícero, no Ceará e Aparecida do Norte, em São Paulo, dentre outras de menor porte localizadas no território brasileiro. São ações também de outras Igrejas e de outras religiões, portanto, não ficam restritas a Igreja Católica.

O Brasil plural

Sobre o catolicismo (TEIXEIRA; MENEZES, (2013, p.24) "Há que sublinhar também o traço peculiar do catolicismo brasileiro, com suas malhas largas e seu perfil plural. Um catolicismo que acolhe e convive com a diversidade, "em que Deus pode ter muitos rostos". Notadamente o Brasil apresenta um quadro de pluralismo religioso muito grande, o que, de fato, reflete na diversidade que é peculiar na nossa sociedade.

Neste século, há alguns registros de intolerância explícita; sabe-se que ainda há preconceitos e discriminação religiosa que vão além da cor. Esses fatos nos fazem buscar na memória o período hegemônico da Igreja católica, visto que o Brasil era território de e para católicos. Diante disso, as escolas calaram, ficando apenas a religião como doutrina e posteriormente como ideologia. Ficando os historiadores com a responsabilidade de abordarem a História da Religião com o enfoque histórico, deixando, pois, a lacuna sobre os demais aspectos já citados que podem ser apresentados sob a ótica do geógrafo.

Contudo, há a probabilidade dessa temática ser mais evidenciada e discutida em outros níveis do conhecimento, não ficando apenas no âmbito das Universidades em alguns grupos de estudos.

> O sagrado e o urbano estão, de maneira clara, integralmente relacionados às formas espaciais. A idéia de que existem espaços sagrados, quer designados em locais consagrados fixos, quer apreendidos em sua categoria móvel, vem despertando o interesse dos geógrafos. (CORRÊA; ROSENDAHL, 2011, p. 209)

Não se faz referência apenas ao credo católico e sim as demais religiões presentes no contexto social brasileiro e no mundo. Milton Santos, um dos grandes geógrafos brasileiros, negro, que morava na Bahia nos anos 50 do século XX e concluiu seu estudos sem ter

conhecimento das religiões de matriz africanas, quando respondia a uma pergunta sobre negritude dos anos 50 do século passado, afirmou que "[...] tive uma educação que me levou a não saber o que era o candomblé" [...] Santos, (2000, p. 86).

Parece simples, mas não é. O candomblé é a religião de matriz africana trazida ao Brasil pelos negros, desde o século XVI. Foi, por muito tempo proibida, ficando a opção de ser camuflada através do "sincretismo" termo em desuso e substituído pelo hibridismo religioso, que, apesar das amarras sobrevive nos dias atuais. Discutir essa religião também é geografia, visto que desde sua gênese se pode pesquisar e escrever sobre a luta pelos territórios, os espaços considerados sagrados (terreiros), a condição dos afro-brasileiros e brasileiros que sofrem com preconceito.

Nessa sociedade plural, há outros credos e crenças com número variável de adeptos e também dos que não têm pertença religiosa. Discutir essas questões, em Geografia, não é algo distante, é atual e necessário, pois tais fatos não podem ser ignorados. Há países que apresentam um histórico de intolerância religiosa assim como no Oriente Médio, onde grupos vivem em conflitos contínuos e quase ininterruptos, cuja estatística apresenta muitos mortos. Neles, afloram também as questões territoriais, políticas e ideológicas.

A Declaração Universal dos Diretos Humanos afirma em seu artigo 5º que:

> Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos de forma global, justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase. Embora particularidades nacionais e regionais devam ser levadas em consideração, assim como diversos contextos históricos, culturais e religiosos, é dever dos Estados promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, sejam quais forem seus sistemas políticos, econômicos e culturais. (DUDH, Art. 5, 1948).

Dentre os direitos o destaque foi para o religioso e cultural. Nesse contexto, observa-se que geralmente a intolerância tem o objetivo de domínio social e se expressa de formas variadas. No sentido de continuar a defender o olhar do geógrafo para essas questões, vê-se que é possível analisar através de documentos específicos do país, como a Constituição, e em outros amplos, como a Declaração dos Direitos Humanos Universais que em ambos a religião é um direito, e, portanto, pode e deve discutida geograficamente através de outros olhares.

O momento é de conflitos, assim como na época da Guerra Fria, após a segunda Guerra Mundial sem ataques armados e sob essa ótica, pode-se vivenciar a guerra ideológica, religiosa e cultural. É nesse momento que a geografia pode ser apresentada como uma referência de disseminação dessas questões provocando debates para um melhor entendimento e aprofundamento sobre esse assunto.

O Brasil esteve arraigado às barreiras ideológicas que impediam de aceitar outros credos e, consequentemente, proporcionar melhor convivência entre as pessoas. Mesmo com todos os avanços, é explícito que esse processo apresente alguns problemas de ordem social, política e cultural, fato que é refletido através dos conflitos étnicos religiosos camuflados ou explícitos. Sobre esse fato é destacado que,

> Em todas as sociedades nacionais há grupos e classes sociais que, devido às suas características, como idade, gênero, escolaridade, renda, profissão, ocupação, local de moradia religião etc., possuem interesses diferentes e muitas vezes conflitantes. (CASTRO, 2014, p. 40)

Nesse sentido, pode-se indicar que apesar de a mídia proporcionar a visualização de imagens, leituras e audição dos acontecimentos, em tempo real, sabe-se que o discurso presencial pode possibilitar uma interação recíproca com melhores esclarecimentos sobre esse ou qualquer outro assunto. É o grande desafio da Geografia, pois, como ciência deve ter propósitos definidos

sobre essa questão. As mudanças no contexto mundial são dinâmicas e dentre elas se assiste a luta pelo poder, causada não só por conflitos econômicos territoriais e sim de ordem étnico, religiosa e cultural.

É nessa perspectiva que é apresentada a necessidade da contextualização com a realidade de Brasil e do mundo, situando as civilizações, em seus espaços, à condição humana, os preconceitos, à condição socioeconômica, os dados estatísticos, a cartografia, o uso de imagens das experiências e expressões religiosas e as disputas por território à Geografia.

Considerações finais

Os conteúdos da Geografia, relativos à cultura religiosa das diversas civilizações não podem ser vistos como apenas uma mera informação que é lida sem ser discutida. O cenário atual carece de esclarecimentos, principalmente no campo étnico, religioso e cultural que há muito foi ignorado pelos geógrafos e, dificilmente contextualizado, pois os conteúdos serviam apenas para identificar o credo religioso de um país ou de pequenos grupos sociais sem fazer correlação com a Geografia Humana. Mesmo acreditando que é um texto e um assunto inacabado que exige outras discussões sem probabilidade de término, se tem perspectivas de que poderá contribuir para novas pesquisas que enriqueçam o debate.

Referências

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política:** território, escalas de ação e instituições. 6 ed. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CLAVAL. Paul. **A Geografia Cultural**. 4 ed. rev. Florianópolis: Ed. UFSC, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. Zeni ROSENDAHL (org). **Introdução à Geografia Cultural**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.

DAMIANI, Amélia Luisa. O lugar e a Produção do Cotidiano. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos Caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 2002.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**: A essência das religiões. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

IBGE. Instituto de Geografia e dados Estatísticos, 2010. **Religiões no Brasil**. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?alvo=cat%C3%B3licos&busca=1&data-fim=2016-02-10&data-inicio=2000-02-10&id=1&pagina=1&view=noticias. Acesso em: 07 de junho de 2020.

ONU**. Declaração Universal dos Direitos Humanos**, ONU, 1948.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade**. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SÃO PAULO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Sistema-Global.Declara%C3%A7%C3%B5es-e-Tratados-Internacionais-de-Prote%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 05 de junho de 2020.

TEXEIRA, Faustino. MENEZES, Renata (orgs). **Religiões em Movimento**: Censo de 2010. Petrópolis: Vozes, 2013.

TUAN, Yi-FU. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução: Lívia Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

SOBRE CORPOS, MULHERES E GEOGRAFIAS
diálogos necessários

Rosa de Lima Medeiros Neta[23]

Mulheres na Geografia: uma conversa inicial para um diálogo profundo

Num esforço para compreender a realidade atual pelo viés da expressão de preconceitos, opressões e hábitos que são, rotineiramente, produzidos, reproduzidos ou combatidos é necessário um retorno no tempo para perceber como foram e ainda são tratados os corpos e a sexualidade das mulheres. Recorrer ao viés temporal incide da tentativa de compreender a construção do corpo enquanto objeto de apropriação e elemento de reprodução de discurso. Nesse caso, em especial, o foco é debruçar o olhar sobre o corpo das mulheres brasileiras.

Aqui, busca-se traçar um breve relato em forma de ensaio com o objetivo de compreender de forma breve e parcial essa herança patriarcal europeia que foi enraizada e consolidada na sociedade brasileira legando às mulheres um país eurocêntrico, machista, patriarcal e racista. Tratar-se-á de promover uma reflexão cujo ponto de partida é o século XIX para visualizar como a figura da mulher foi sendo construída ou reproduzida a partir de um padrão eurocêntrico em suas principais faces. Para sustentar o recorte histórico, buscou-se amparo na obra da historiadora Mary Del Priore por compreender que essa linha do tempo, construída, por ela, pode facilitar o entendimento nesse diálogo com a Geografia enquanto ciência espacial.

[23] Professora Assistente do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL. Líder do Grupo de Pesquisa e Extensão em Geografia e Meio Ambiente - GPEGMA. Email: netamedeiros,rosa@gmail.com

Conforme dito acima, por se tratar de reflexão inicial e parcial, pretende-se centrar a discussão a partir do corpo. Entendendo esse corpo para a além da expressão biológica, mas lugar de impressão e expressão da dominação colonial que cria, oprime e mutila esses corpos, principalmente, negando sua cidadania. Esse corpo que expressa a corporeidade no sentido tratado por Santos (1997) ao dizer que

> A corporeidade nos leva a pensar na localização (talvez pudéssemos chamar de lugaridade) a mobilidade, a destreza de cada um de nós, isto é, a capacidade de fazer coisas bem ou mal, muito ou pouco e as possibilidades decorrentes. E aí aparece o corpo do mundo. Eu sou visto no meio pelo meu corpo. Quem sabe o preconceito não virá do exame da minha individualidade, nem da consideração da minha cidadania, mas da percepção da minha corporalidade. (SANTOS, 1997, p. 134-135)

Dessa forma, o corpo expressa muito além daquilo que ele é como estrutura biológica. Ele diz, e muito, do lugar social e cultural de sua procedência e pertencimento. Não é a toa que cotidianamente os corpos são lidos e, a partir dessa leitura classificados econômica e socialmente, inseridos ou excluídos concedendo ou mutilando sua cidadania. Muitas vezes eliminados como ocorre todos os dias no Brasil.

Quando se trata das mulheres brasileiras compreende-se que elas tiveram sua cidadania mutilada porque durante muito tempo não foram consideradas/reconhecidas como sujeitas dotadas de direitos, mas como propriedade do pai transmitida ao marido tal qual concessão de depositário fiel de um bem Quem nunca ouviu um pai se referir à filha como uma joia rara que no casamento confiava o zelo e cuidado ao marido que a recebia? Assim, as mulheres são configuradas como indivíduas incompletas, silenciadas tornadas impedidas de afrontar o sistema e, por extensão, o Estado.

Evidentemente, é importante reconhecer que a Geografia brasileira ainda não deu o devido lugar de fala a mulher como um agente ativo na produção espacial e isso é demonstrado pela escassa bibliografia nessa seara. Embora, deve-se reconhecer aqui a figura importante de Joseli Maria da Silva na promoção de um debate englobando o Gênero como temática central que ela chama de Geografias Subversivas. Sua obra vem provocando e ampliando as reflexões sobre uma Geografia mais inclusiva em suas ponderações e análises.

Pensar a mulher numa discussão mais ampliada na Geografia é suscitar um debate que englobe as questões de Gênero na compreensão do Espaço enquanto objeto de estudo da Geografia. Nesse sentido, é necessário compreender essa urgência em ampliar o debate na esperança de que a partir dessa ampliação o tema e suas interfaces ganhem notoriedade na Geografia brasileira, pois

> [...] um número relativamente pequeno de geógrafas e geógrafos que tem se dedicado ao exercício de construir uma leitura geográfica capaz de estabelecer novos enfoques teóricos e metodológicos que contribuam para a compreensão do espaço em suas múltiplas dimensões e dos diferentes sujeitos que nele atuam. (MESQUITA, CARNEIRO E MENDONÇA, 2016, p. 2)

Compreende-se que essa multiplicidade de dimensões trazidas pelos diferentes sujeitos que atuam no espaço requer uma busca constante de ampliação dos olhares geográficos na compreensão do Espaço, uma vez que essas múltiplas individualidades requerem outras formas de interpretação e leitura espacial. Sobre essa multiplicação de individualidades, Santos (1997) diz que “essa multiplicação de individualidades, isto é, de possibilidades de interpretações do mundo, do lugar e de si mesmo, é uma nova riqueza ainda não explorada devidamente.” (SANTOS, 1997, p. 139).

Dessa forma, tomando para a ciência geográfica considera-se que ela não deve se eximir de discutir temas que compõe e perpassam a formação espacial sob a desculpa de não ser seu campo de estudo ou

por inexistência de aporte metodológico. Talvez, buscar compreender melhor as práticas espaciais como propõe Souza (2016) seja um elemento importante nessa compreensão. Aqui apenas a título de sugestão para quem envereda pela Pesquisa Sócio-espacial.

A partir daqui far-se-á um esforço para compreender como a mulher foi tratada no Brasil no processo de formação e consolidação da sociedade tomando como marco inicial o século XIX por duas razões: as transformações marcantes na sociedade e a extensão temporal já considerada longa. Evidentemente, não se pretende fazer uma discussão exaustiva pelas razões já aludidas acima.

Pode não ser bela, mas que seja recatada e do lar

No século XIX, a imagem da mulher ideal é a mulher doce. A mulher santa, mãe de família, à imagem de Nossa Senhora. Essa mulher deveria se preparar pura e casta para o momento do matrimônio. Casamentos, em sua maioria, arranjados como contratos de união de fortunas. Aliás, é importante ressaltar a finalidade do casamento como forma de preservar a propriedade privada.

Após o casamento, essas mulheres foram confinadas aos cuidados com a família (marido/filhos). O sexo estava restrito aos quartos de casais onde havia verdadeiros altares com imagens de santos que, geralmente, ficavam em cima de uma cômoda e de lá vigiavam o ato sexual do casal restrito a procriação, sem a preocupação ou intenção de proporcionar nenhum prazer para a mulher. Na parede, acima da cama, era comum a presença de um crucifixo de metal, pendurado. Qualquer movimento mais brusco em que a cama tocasse a parede o crucifixo produzia barulho soando como um sinal de alerta para o “excesso” do ato. Era um sinal de que o ato estava no limite entre o sexo procriador e pecaminoso.

Segundo Priore (2011), esse comportamento contido dos casais estava prescrito pela Igreja por meio do manual do confessor. Esse manual tinha o objetivo de ensinar aos casais a fazer sexo. Contudo, os homens tinham uma dupla moral: em casa o sexo com a esposa

tinha a finalidade única de procriação, sem nenhuma conotação de prazer. Na rua, havia o extravasamento de suas emoções e gozos nos bordéis. Nesse sentido, percebe-se a separação dos corpos das mulheres entre a casa e a rua ou entre a casa e senzala.

Dessa intersecção entre territórios de poder emergiu uma figura muito comum: a do filho bastardo. Figura jurídica que só desapareceu da legislação brasileira muito recentemente com a Constituição de 1988 no art. 227, §6º assegurando que "os filhos havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação." (BRASIL, 2010, p. 60).

Para além da mudança no texto constitucional que garante muito mais do direito à propriedade há uma questão emocional envolvendo não só esses filhos/filhas que tiveram sua paternidade negada e mais uma mutilação em sua cidadania, mas eleva o peso social para as mulheres. Tanto para as "mães solo" que além de assumirem seus filhos sozinhas, eram discriminadas, como para as mulheres-esposas que, algumas vezes eram obrigadas com condescendência ou imposição a assumirem a maternidade psicológica dessas crianças se responsabilizando pela sua criação e instrução.

O papel da esposa aparece negando a autonomia da mulher. Essa mulher que não tinha liberdade, pois saía da dependência do pai para a do marido num processo semelhante a transferência de bem material de um proprietário a outro. Quanto mais preparada para o casamento mais "valiosa" era. Evidentemente, refere-se aqui ao padrão elitista da sociedade, pois embora as mulheres pobres fossem, socialmente, tratadas dentro desses parâmetros morais sua realidade era bem diversa porque aqui estavam as mães dos filhos bastardos, as mulheres abandonadas por seu maridos, as mulheres trabalhadoras uma vez que no momento em que as mulheres necessitavam de autorização até para sair às ruas, para as mulheres pobres e negras o trabalho duro sempre foi uma realidade.

Nesse sentido, a ideia de mulher como sexo frágil só se aplica às mulheres da elite. Aliás, aqui não cabe fazer análise sobre o trabalho das mulheres, mas é indispensável salientar a sobrecarga do trabalho feminino no qual a conquista ao direito de se inserir no mercado de trabalho remunerado não só manteve a invisibilidade do trabalho doméstico tanto para as mulheres que ocupam as duas posições como para as baixa remuneração para as mulheres que desempenham essa atividade. Ambos continuam invisíveis e mal remunerados.

Enquanto a figura da esposa quase sagrada era alimentada como símbolo da virtude feminina, viu-se chegar ao Brasil na segunda metade do século XIX, os bordéis. Aqui, eles se disseminaram e se tornaram mais sofisticados para atender as demandas masculinas. Era muito comum existir nas cidades as ruas exclusivas de bordéis, chamadas por alguns de casinhas onde as mulheres recebiam os homens. Contudo, a inspiração e a europeização dos costumes trouxe para a realidade brasileira burguesa a figura das mulheres europeias de pele clara e modos refinados.

Essa mulher é personalizada no vulto das francesas, entronizadas no Brasil como prostitutas de luxo preconizando uma metamorfose no processo de objetificação da mulher como um produto refinado em substituição às mulheres negras(escravas) e pobres que utilizavam o sexo como forma de sustentar suas vidas. Essas últimas eram violentadas, sexualmente, por seus dono/patrões no ambiente do trabalho doméstico onde serviam como escravas de dentro ou empregadas domésticas. Aí se percebe mais uma vez o tráfico de mulheres, a semelhança da escravidão, sendo agora destinadas à prostituição. Nesse contexto, emerge a figura do *cáften* (caftinismo) desaguando no formato do cafetão que anuncia e negocia as "*cocottes*" francesas responsáveis pela diversão dos burgueses.

A prostituta burguesa tem a finalidade de divertir dos barões do café, os comerciantes, enfim, a burguesia: a fina flor da elite brasileira sintetizada na sociedade carioca. É bom lembrar que o Rio

de Janeiro era a capital do Brasil e de lá emana o modelo de sociedade pretendido para o Brasil.

As prostitutas europeias trouxeram para o Brasil a ideia de liberdade sexual. Foram elas também responsáveis pelos primeiros cuidados com os corpos durante o ato sexual, com mais higiene. Isso era importante para o combate à sífilis que assolava os bordéis e atingia os homens de maneira impiedosa. Esses homens contaminados levavam a doença para dentro de casa transmitindo para suas esposas porque não existia a preocupação com o cuidado de si e muito menos do outro, ainda mais se esse outro era a mulher.

No século XX, houve alguns avanços no cuidado, mas também muitos retrocessos. A mulher reprimida e controlada numa sociedade fortemente marcada pelo moralismo traz uma forte relação com o corpo. Porém, é o momento de exposição da mulher objetificada através da fotografia e do cinema. Esses mecanismos foram responsáveis pela difusão e exposição do corpo da mulher como objeto de desejo sexual. As revistas (Rio Nu, por exemplo), fizeram propagandas ofertando mulheres como também utilizaram essa mulher para vender as mais diversas mercadorias além do próprio corpo.

Esse século foi marcado também pelo cuidado médico e sanitarista que atingiu o corpo. Da mesma forma que fizeram as reformas sanitaristas urbanas para higienização das cidades estenderam-se esse cuidado aos corpos com o uso de produtos de higiene tais como sabonete e pasta de dente, o dentifrício. Assim, percebeu-se que não só a Igreja, a Medicina e a moral burguesa controlam os corpos, mas e, principalmente, o Estado. Mais tarde, o mercado também entra nesse controle como pode ser visto mais adiante.

No governo Vargas, a política de estímulo à natalidade fortaleceu a mulher na posição de procriadora, cuidadora e educadora dos filhos. Naquele governo, instituiu-se inclusive o dia das mães. Utilizando-se a figura da maternagem como uma estratégia de mercado. O dia das mães se transformou num apelo mercadológico para a venda de produtos associados à figura da mulher/mãe. Essa

mulher que tinha como lugar a casa criando e educando os filhos e traduzida numa imagem de mulher pura, casta, frágil que não precisa de informação, pois seu espaço é a casa/lar. A rua não lhes pertence, pois este é o espaço da depravação. Aqui se encontra a personificação da bela, recatada e do lar.

Antagonicamente a esse trato com as mulheres, aos homens era fornecida muita informação através dos manuais de educação sexual. As meninas só podiam ter acesso aos referidos manuais quando atingiam a maioridade e estavam noivas. Esses eram mais resumidos contendo poucas informações. Enquanto a sexualidade dos homens é estimulada, as mulheres são reprimidas e educadas para terem nojo do ato sexual. Elas deveriam entender o sexo como demanda obrigatória dos deveres da esposa no casamento.

Nesse sentido, a permanência do corpo da mulher como objeto continua como um dos principais motivos para alimentar essa cultura de violência no Brasil. O cerne da questão da violência continua centrado na posse do corpo da mulher. Mesmo com a mudança do discurso sobre o sexo e o uso do corpo para o prazer acabou fortalecendo a ideia de objetificação. Isso é traduzido no excesso de violência verificado nos casos de feminicídios. Numa rápida pesquisa nos noticiários sobre os homicídios ou as tentativas de homicídios cujas vítimas são mulheres e os autores são parceiros ou ex-parceiros percebe-se o nível de ódio expresso no ato pelo alto grau de violência empregado.

Aos poucos, as ideias difundidas pelo cinema americano estimulou o beijo, o abraço, a troca de carícia, mas restrito ao namoro. As mulheres que se permitiam ao sexo antes do casamento eram excluídas de suas famílias e da sociedade. Muitas eram expulsas de casa e, seguia para os bordéis, obrigadas a se prostituírem para sobreviverem e aí passarem por todo tipo de humilhação.

A forma de se referirem às mulheres que tinham relações sexuais antes do casamento era extremamente pejorativa e violenta. Elas eram tratadas como as moças furadas (arrombadas). Alguns homens afirmavam que poderiam reconhecê-las pela forma de andar.

Nesse sentido, percebe-se o fortalecimento do discurso que separa as moças para casar daquelas para a diversão. Esses interditos continuam afetando a vida das mulheres até hoje, principalmente, quando esses discursos opressores foram retomados no Brasil.

Na década de 1960, os movimentos de liberdade foram difundidos pelos meios de comunicação trazendo consigo ares de liberdade e a motivação para a luta por igualdade. O crescimento das cidades no pós-guerra e movimentos como os *hippies* influenciaram essa mudança de comportamento, principalmente da juventude. A entrada das mulheres nas universidades colocou-as em contato com os embriões do movimento feminista advindo da Europa e dos EUA. Assim, surgiram os gritos que vão afastando os séculos de silenciamento e opressão no mundo.

Na década de 1970, o Movimento Feminista, em sua segunda onda, ganhou força nas universidades, mas as mulheres tiveram seus corpos caricaturizados e foram tratadas como as ressentidas, que não gostam de homens forjando-se um discurso, extremamente depreciativo da figura da mulher. A caricatura da mulher feminista é traduzida numa mulher masculinizada, peluda, mal-vestida, sem vaidades. Uma imagem bem distante do imaginário construído da mulher meiga e maternal. Porém, para as mulheres esse momento foi fundamental porque nele ocorreu um processo muito importante de apropriação dos seus corpos simbolizada na pílula anticoncepcional representante da liberdade da sexualidade.

É importante lembrar que esse movimento tendo como epicentro as universidades tinha viés universal, mas pouco contemplava as mulheres negras já que estas eram minoria nas universidades e continuavam segregadas e marginalizadas. O feminismo negro, no Brasil, começa a ganhar força na década de 1980 tendo como marco importante o III Encontro Feminista Latino-americano ocorrido na cidade de Bertioga/SP. Isso não significa que as mulheres negras não tivesse uma pauta de discussão sobre o feminismo anterior a esse evento.

> Em momentos anteriores, porém, há vestígios de participação de mulheres negras no Encontro Nacional de Mulheres, realizado em 1979. No entanto, a nossa compreensão é que, a partir do encontro ocorrido em Bertioga, se consolida entre as mulheres negras um discurso feminista, uma vez que em décadas anteriores havia uma rejeição por parte de algumas mulheres negras em aceitar a identidade feminista. (MOREIRA *apud* RIBEIRO, 2018, p. 52)

Essa luta está expressa no Movimento Feminista que embora tenha despontado com uma pauta voltada para as mulheres brancas, aos poucos, percebe-se que dentro dessa pauta por igualdade de direitos, entre mulheres e homens, existia entre as mulheres diferenças tão significativas que impedia a unificação das pautas no Movimento Feminista. Daí a necessidade reconhecer que as pautas eram diferentes. Por exemplo, a pauta das mulheres negras difere das mulheres brancas, pois aquelas além da luta por igualdade de direitos tem o racismo que as distancia dessa equidade. Nesse sentido, é necessário pensar um Feminismo que dê conta das particularidades existentes nos diferentes grupos de mulheres. Esse debate continua em evidência ainda hoje, mas apesar das divergências, é perceptível que houve avanços importantes.

O corpo que grita na rua em casa chora: a violência como silenciamento

O Brasil é um país marcado, entre outras mazelas decorrentes da profunda desigualdade social, pela violência. A mortalidade violenta ceifa a vida de dezenas de milhares de homens e mulheres todos os anos. Porém, quando se faz um recorte de gênero na análise da violência no Brasil, depara-se com um país extremamente inseguro

para as mulheres e pessoas LGBTQI+[24]. Tratando-se das mulheres, objeto dessa análise, o país se configura como um dos mais violentos para elas, no mundo. Dentro desse recorte mulheres, se a pauta for mulheres negras, essas são mais violentadas do que as mulheres brancas. É importante frisar que a condição social e econômica das mulheres negras pouco avançou nos últimos séculos. A elas continua reservado o lugar da exclusão e do silenciamento mesmo com a ampliação dos debates nos últimos anos. É importante não desfocar da realidade de que elas saíram da senzala para a favela. Não se pode negar que houve alguns avanços, mas eles ainda são tímidos demais. Por isso, a importância dos movimentos sociais encabeçados pelos negras e negros, no Brasil e no mundo.

Nesse contexto das conquistas alcançadas com a eclosão e fortalecimento do movimento Feminista, onde se conquistou o amor livre e alguma liberdade sobre os corpos como, por exemplo, o sexo desatrelado da figura do casamento. Parece que a combinação de mulheres mais livres não combinou com o ambiente doméstico, preponderantemente, patriarcal, machista e misógino. Isso vem sendo revelado de forma emblemática no crescente aumento da violência contra a mulher seja a doméstica ou nos diferentes espaços.

Nos anos 1980, o avanço das liberdades conflita com o aumento da violência contra a mulher. É a reação do poder patriarcal expresso no machismo que mata. A partir daí, a escalada da violência contra a mulher se elevou no Brasil alcançando um patamar inaceitável em relação ao mundo. O reflexo da luta contra essa escalada violenta e mortal foi a conquista da Lei nº 11.340 conhecida como Lei Maria da Penha promulgada em 07 de agosto de 2006 e a caracterização do feminicídio como crime hediondo através da Lei nº 13.104 de 09 de março de 2015 cuja ementa mostra que ela “altera o

[24] A sigla representa o movimento que reúne Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e transgêneros, *Queer*, Intersexuais e o sinal de mais indica a inclusão de todos os demais como os assexuais, por exemplo. A primeira parte, LGB, se refere à orientação sexual do indivíduo e a segunda TQI+ diz respeito ao gênero.

art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - código penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos." (Brasil, 2019, p.41). Mesmo assim, o Brasil continua como um país, extremamente, perigoso para as mulheres.

Consideradas como legislações avançadas na proteção das mulheres, mesmo assim, a violência doméstica não reduziu, ao contrário, acompanha-se uma escalada desta revelando que a questão da violência contra mulher é estrutural e requer um olhar atencioso para a necessidade de transformações profundas no combate ao machismo tóxico e mortal e todo contexto que envolve essa cultura de violência. O aumento da mortalidade violenta no Brasil é um dos assuntos mais discutidos haja vista a expressividade dos dados. No ano de 2017, por exemplo, foram vítimas homicídio 65.602 brasileiras e brasileiros, segundo o Atlas da Violência publicado pelo Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas). Esse mesmo documento afirma que o perfil das vítimas concentra na população jovem com 59,1% entre 15 e 19 anos. Mas, outros recortes chamam atenção para o público mais vulnerável.

> Para além da questão da juventude, os dados descritos nesse relatório trazem algumas evidências de um processo extremamente preocupante nos últimos anos: o aumento da violência letal contra públicos específicos, incluindo negros, população LGBTI, e **mulheres**, nos casos de **feminicídio**. (IPEA, 2019, p. 06). [grifos da autora]

Nesse sentido, a permanência do corpo da mulher como objeto continua como um dos principais motivos para alimentar essa cultura de violência no Brasil. O cerne da questão da violência continua centrado na posse do corpo da mulher. Mesmo com a mudança do discurso sobre o sexo e o uso do corpo para o prazer acabou fortalecendo a ideia de objetificação. Isso é traduzido no excesso de violência verificado nos casos de feminicídio. Numa rápida pesquisa

nos noticiários sobre os homicídios ou as tentativas de homicídios cujas vítimas são mulheres e os autores são parceiros ou ex-parceiros percebe-se o nível de ódio expresso no ato pelo alto grau de violência empregado.

Para além da violência física que violenta e aniquila corpos femininos há outra dimensão dessa violência contra a mulher que a violência psíquica através da imposição de padrões inalcançável de beleza plástica provocando muito sofrimento. Ao romper a redoma do lar, a mulher teve seu corpo cada vez mais apropriado pelo mercado criando estereótipos que são diuturnamente alimentados pelos meios de comunicação através da propaganda.

O estereótipo do corpo como ideal de beleza impõe como padrão a magreza como ideal simbolizada no corpo tipo *barbie.* Ele serve, invariavelmente, para reproduzir um modelo esteticamente construído pelo poder mercado e reforçador de um discurso que esteticamente cria escravização do corpo padrão para a mulher branca, magra e sexy. Haja vista que durante todo esse processo a mulher negra continua num contexto onde sua natureza feminina é ofuscada denotando o racismo presente na sociedade brasileira, resultante de mais de trezentos anos de escravidão. Ademais no contra-discurso encontra-se o desprezo e ódio aos corpos fora do padrão provocando dor e sofrimento a maioria das mulheres.

Esse culto ao corpo perfeito e midiático eclodiu em décadas anteriores (1960/1970) com a revolução sexual. Para Priore

> A liberação significou a busca de realização no plano pessoal e a consciência de que "problemas sexuais" não teriam lugar no mundo "normal". Ao defender a ideia do "direito ao prazer", os pais da época fabricaram um tipo de sofrimento: o que nascia da ausência do prazer. Ao mesmo tempo, tinha início a democratização da beleza – graças à multiplicação de produtos, academias de *body building,* consultórios de cirurgias plásticas etc – fato que tanto levou à busca de bem-estar quanto às tensões e frustações por não o encontrar. (PRIORE, 2011, p. 175) [grifos da autora]

É importante salientar que essa ideia de liberdade sexual e democracia da beleza tem um peso diferente entre homens e mulheres e entre classes sociais. Nessa perspectiva, a indústria da beleza e da moda se apropria desse corpo criando um padrão de beleza e sensualidade vinculado ao consumo de produtos. Durante muito tempo as mulheres negras se mantiveram invisíveis para esse mercado e, sequer encontravam produtos direcionados para seus corpos negros. As maquiagens, por exemplo, não se adequavam aos tons da pele negra. Talvez o produto mais consumido pelas mulheres negras fossem os alisantes para cabelos.

No tocante às mulheres, o corpo sexy é substituto do corpo da maternagem. É importante ressaltar que para atender esse padrão imposto, o Brasil se apresenta como um dos países com maior mercado da chamada indústria da beleza. Essa posição se revela através do número de intervenções cirúrgicas com finalidades estéticas como também por ser um dos maiores mercados consumidores de "produtos de beleza".

Mesmo com a permanência do modelo patriarcal e machista reproduzido pelo discurso que oprime e mutila o corpo da mulher, pode-se considerar que nas últimas décadas houve avanço resultante das lutas travadas pelo movimento emancipatório das mulheres. As desigualdades ainda são gritantes e a cultura de violência parece se fortalecer cada vez mais, pois se percebe na cultura do estupro, no medo e insegurança que obriga as mulheres a traçar suas "rotas mentais" ao andarem pela cidade, sozinhas, terem seus corpos violados nos transportes públicos e por aplicativos. Nesse contexto, a luta das mulheres por liberdade, segurança e respeito estende-se da casa até a rua.

Diante desse breve relato, sem nenhuma pretensão concluir a discussão, mas de promover e instigar a reflexão para a necessidade de pensar e aprofundar uma discussão interseccional, na Geografia, que traga para a mesa de debates temas que até hoje ainda são pouco permeáveis na ciência geográfica, embora se perceba um grande esforço de pesquisadoras e pesquisadores arrazoar temáticas por muito

tempo quase impermeáveis por considerá-los não geográficas. Ademais, é importante pontuar que quanto mais se avança no debate sobre as mulheres no Brasil, mais se percebe o que ainda não foi dito.

Referências

AZEVEDO, Luyanne Catarina Lourenço de. Corpos no mundo: a geograficidade do conceito de lugar de fala. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 641-661, jan. - jun./2019.

BRASIL. Constituição (1988). **República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Marcia Maria Bianchi Prates (organizadora). 6 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. (Série legislação; n. 279).

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2019.** Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

MESQUITA, Natalia Lucas; CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino; MENDONÇA Marcelo Rodrigues. Quem libertará Prometeu acorrentado? Geografia, Gênero e Ciência Moderna. *In*: **Espaço em Revista.** v. 18, n. 1. jan. - jun. 2016. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/41732 Acesso em: 06/jun./2020.

PRIORE, Mary del. **Histórias Íntimas:** sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

REIS, Maíra Lopes. Estudos de gênero na geografia: Uma análise feminista da produção do espaço. *In*: **Espaço e Cultura.** UERJ, RJ, N. 38, P.XX-XX, JUL./DEZ. DE 2015, Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura Acesso em: 08 de junho 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. *In:* GERNER, Júlio (org.). **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997, p. 133-144.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

ESPELHOS DA HISTÓRIA NA LITERATURA

memória, discurso e violência em *Vidas secas*, de Graciliano Ramos [25]

Cristiano Cezar Gomes da Silva[26]

> *Se a sociedade vê, e sobretudo, se ela se vê vista, ocorre, por esse fato mesmo, a contestação dos valores estabelecidos e do regime: o escritor lhe apresenta a sua imagem e a intima a assumi-la, ou então a transformar-se. O escritor dá à sociedade uma consciência infeliz, e por isso se coloca em perpétuo antagonismo com as forças conservadoras mantenedoras do equilíbrio que ele tende a romper.*
>
> *Jean-Paul Sarte*

Considerações iniciais

As relações entre a história e a literatura são bastante antigas e intrínsecas a esses dois campos do conhecimento. Desde tempos remotos, há um diálogo profícuo entre ambas. O historiador francês Jacques Le Goff (1990) aponta a história como filha da memória, pois na mitologia grega, segundo a *Teogonia*, de Hesíodo (1995)[27], *Mnemosine* era a deusa da memória, e dentre suas nove filhas com *Zeus*, havia *Clio*, a musa da história, e *Calíope*, a musa da eloquência, que representa a literatura. Assim, história e literatura seriam irmãs

[25]Conferência de abertura proferida no **IV Congresso Nacional de Literatura (CONALI)**: Caminhos e veredas de Graciliano Ramos, ocorrido entre 13 e 15 de agosto de 2018, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), *campus* I, João Pessoa.

[26] Professor titular da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura (ProDiC). Líder do NEHCult/UNEAL/CNPq. Email: cristianocezar.pe@bol.com.br

[27] Hesíodo, dentre outras obras, escreveu **Teogonia** entre os séculos VIII-VII a.C. Utilizamos a terceira edição publicada no Brasil pela editora Iluminuras, em 1995.

cuja relação de proximidade tem sido retomada mais recentemente pelos estudiosos de ambas as áreas.

Na Grécia Antiga, a história surge inicialmente com Heródoto como um gênero a partir de relatos. A principal preocupação era a busca por registrar os grandes feitos, os grandes acontecimentos, as grandes batalhas e, assim, assegurar a perpetuação de suas memórias para as gerações futuras. Dessa maneira, a memória tinha significativa importância, um papel central na coesão social e no pertencimento ao grupo e à cultura. Uma memória construída e amalgamada a partir de relações tão complexas cujas nuances seriam ao mesmo tempo individual, coletiva, social, cultural e histórica.

Para Maurice Halbwachs (2006), a memória individual estrutura-se como a memória interior e pessoal do indivíduo a partir de suas experiências. Porém, tais experiências, e consequentemente essas memórias, estão indissociavelmente ligadas à memória exterior, social e coletiva. Ela não está inteiramente isolada e fechada, pois não podemos recordar sem evocar o exterior constituído pelo coletivo no qual estamos imersos. Nessa direção, Halbwachs (2006) assinala semelhanças e distinções entre a memória histórica e a memória social. Enquanto a primeira representa o passado sob uma forma resumida e esquemática, a memória social é uma amálgama dessas memórias.

Todavia, não se pode imaginar uma memória espontânea, livre de embates e tensões, disputas pelo poder daquilo que se pode lembrar e, por outro lado, sobre o que se deve esquecer. Há um constante digladiar. Para Le Goff,

> Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos, os silêncios da história são reveladores desses mecanismos da memória coletiva. (LE GOFF, 1990, p. 426)

Assim, vemos a memória como esse lugar abstrato de inscrição de lembranças e esquecimentos de uma dada sociedade, de cada cultura e grupo social. Lugar cuja incessante disputa e constantes atualizações deixam marcas indeléveis, cuidadosamente observadas pelo historiador mediante a observação e o escrutínio dos vestígios, pistas e sinais emanados, silenciosamente, pela memória.

Por outro lado, a literatura também evoca a memória em sua tecitura, no seu processo de elaboração, não é um produto fruto da espontaneidade ou da inspiração do literato. Há um elaborado e refinado emaranhado na urdidura, que passa pela trama, enredo, alegoria, narrativa, personagens, dentre outros aspectos, todavia não dissociado socialmente. Para Jean-Paul Sartre, em relação à sociedade,

> O escritor lhe apresenta a sua imagem e a intima a assumi-la, ou então a transformar-se. O escritor dá à sociedade uma consciência infeliz, e por isso se coloca em perpétuo antagonismo com as forças conservadoras mantenedoras do equilíbrio que ele tende a romper. (SARTRE, 2004, p. 65)

Nesse sentido, a partir de recortes realizados durante a análise da obra *Vidas secas*, buscamos percorrer essas relações entre história, literatura e memória, sobretudo, observando a obra como um testemunho de uma época de violência e silenciamento ocorrido na história do Brasil: a Era Vargas.

A discursividade em *Vidas secas*: máscara social, violência e poder

A investigação dos recortes de *Vidas secas* também nos traz uma reflexão inerente às mascaras sociais que representam o período histórico de sua escrita. A escassez da fala, a restrição das palavras da personagem Fabiano e sua família trazem essa marca. Para o literato mexicano Octavio Paz, "pela palavra, o homem é uma metáfora de si mesmo" (PAZ, 2003, p. 34, tradução nossa). Nessa direção, a escassez

e restrição da fala faz de Fabiano um sujeito social que, sobretudo, representa uma população sofrida, velada por uma máscara social. Máscara essa aqui significada pela figura da personagem: analfabeto, brutalizado, excluído, explorado, silenciado.

Há uma relação de poder e violência que se instaura na sociedade através da escassez da fala e restrição dos dizeres representados por Fabiano, inerente ao uso da linguagem. Nas sociedades contemporâneas, a linguagem está intrinsecamente ligada ao saber, ao poder e a uma relação de força, como vemos em Foucault (1999, p. 55):

> Saber consiste, pois, em referir a linguagem à linguagem. Em restituir a grande planície das palavras e das coisas. Em fazer tudo falar. Isto é, em fazer nascer, por sobre todas as marcas, o discurso segundo do comentário. O que é próprio do saber não é nem ver nem demonstrar, interpretar.

Ora, como interpretar, e produzir um discurso que se contraponha a uma realidade de exclusão e exploração, se há escassez de palavras? Como enunciar uma contraposição com restrição da fala? O discurso da escritura de Graciliano encerra em si uma evidenciação da conjuntura da sua época, uma relação de poder marcada pela escassez das palavras, pela restrição dos dizeres, identificada mediante a existência de iletrados e silenciados, como exemplo, Fabiano. Essa conjuntura favorecia a manutenção de uma sociedade desigual marcada pela violência da exclusão social, pobreza, miséria e poder decorrentes do não falar. Para Holanda (1992, p. 35), "o silêncio de Fabiano expõe uma opressão: o sistema linguístico inábil denuncia o sistema social, que soçobra. Os fabianos, reduzidos, reforçam o poder que sobre eles se instala". As personagens representam essa exclusão e evidenciam uma discursividade que desvela marcas da sociedade brasileira dos anos 1930 e 1940.

Em *Vidas secas*, estamos diante de uma escritura que materializa, simbolicamente, essa relação de poder pelas palavras. Poder em que não há possibilidade de praias de liberdade[28], uma vez que não há abundância de fala para uma parcela significativa da sociedade brasileira daquele período, representada pelas personagens de Graciliano. A discursividade toma de empréstimo e, ao mesmo tempo, é constituída pela realidade política do período. Utiliza a alegoria da máscara social anônima da personagem literária que explicita e denuncia a restrição do falar, tão comum no período da sua produção. Compreendemos que a discursividade presente na escritura de Graciliano descortina essa tensão e essa realidade opressora, que tem, na escassez das palavras e restrição dos dizeres, uma de suas estratégias através da educação. Não havia uma preocupação com a erradicação do analfabetismo da qual Fabiano era vítima. Vejamos:

> A reforma da educação passou pela elaboração de um Plano Nacional de Educação que teve como base os resultados de um grande inquérito sobre a educação nacional. Em maio de 1937, o Conselho Nacional de Educação encaminha a Capanema o texto final do plano, que é enviado pelo presidente da República ao Congresso para aprovação. [...] **No projeto Capanema, o preparo das elites teve prioridade sobre a alfabetização intensiva das massas.** O ensino primário sequer foi tocado. O ministro estava convencido de que com verdadeiras elites se resolveria não somente o problema do ensino primário, mas o da mobilização de elementos capazes de movimentar, desenvolver, dirigir e aperfeiçoar todo o mecanismo de nossa civilização. (BOMENY, 1999, p. 138-139, grifo nosso)

Partindo do pressuposto de que o acesso à educação e ao letramento ampliam as possibilidades de compreensão da realidade e

[28] Para Foucault, "o poder 'já está sempre ali', que nunca estamos 'fora', que não há 'margens' para a cambalhota daqueles que estão em ruptura [...] o poder é coextensivo ao corpo social; não há, entre as malhas de sua rede, **praias de liberdade** elementares" (FOUCAULT, 2003, p. 248, grifo nosso)

da produção de discursos em suas mais diversas materialidades, fica evidenciado que o não letramento e o analfabetismo contribuem para a perpetuação do *status quo* e da manutenção do governo varguista que se estabelecera a partir de 1930. Os escritos de Graciliano são perpassados por essa realidade que o sujeito-autor tão bem experimenta desde os tempos distantes no interior das Alagoas, como podemos observar representados no trecho abaixo:

> Uma das crianças aproximou-se, perguntou-lhe qualquer coisa. Fabiano parou, franziu a testa, esperou de boca aberta a repetição da pergunta. **Não percebendo o que o filho desejava, repreendeu-o**. O menino estava ficando muito curioso, muito enxerido. Se continuasse assim, metido com o que não era da conta dele, como iria acabar? Repeliu-o, vexado: – Esses capetas têm idéias... (RAMOS, 2000, p. 20, grifo nosso)

Ao analisarmos o recorte anterior, podemos ver que o texto literário traz uma relação intrínseca com a conjuntura política do período. Fabiano, aqui, aparece enunciando a partir de um deslocamento. Fabiano agora está na posição daquele que repreende, não permite indagações, dúvidas, questionamentos. Quando enuncia que "não percebendo o que o filho desejava, repreendeu-o. O menino estava ficando muito curioso, muito enxerido. Se continuasse assim, metido com o que não era da conta dele, como iria acabar? Repeliu-o, vexado [...]" (ibidem, p. 20), é que podemos enxergar efeitos de sentido nesse enunciado.

Há implícitos nesse ato de repelir, visto que o regime autoritário instituído por Getúlio Vargas optou por essa mesma estratégia. Repelir, nesse sentido, aqueles que se contrapunham ao regime, aqueles que desejavam uma abertura política na qual fosse possível questionar, indagar, buscar o novo, a alternância, a pluralidade no sentido político e não optar pela longa e arbitrária permanência e consequente perpetuação no poder. Como aponta a historiadora Capelato (2003, p. 120; 131):

> Com o pretexto de manter a ordem e acabar como a subversão, muitos sindicalistas que se opuseram à nova política foram perseguidos, presos, torturados ou exilados durante o Estado Novo [...] Houve repressão forte – prisões, tortura, exílios, censura –, que atingiu tanto os considerados subversivos (comunistas, socialistas, anarquistas) como os opositores liberais. Jornais foram controlados e *O Estado de São Paulo* acabou sendo expropriado pelo governo.

Assim, podemos ver na obra *Vidas secas* uma discursividade constitutiva de sentidos acerca do momento político da sua escritura, marcado, sobretudo, pela censura e repressão varguistas. A atitude de Fabiano em relação ao filho deixa entrever essa interdição do período Vargas. No excerto a seguir, por exemplo, temos uma constituição de sentidos a partir da memória.

Memória da Era Vargas em *Vidas secas*

A memória, apresentada no interior do enunciado, desvela uma continuidade nas relações sociais e familiares daquele período em que o trabalho infantil no campo não era raro. A literatura, assim, simbolicamente representa traços da exterioridade em sua narrativa. O período de repressão varguista é metaforicamente evocado nas letras de Graciliano, como podemos observar a seguir:

> Não completou o pensamento, mas achou que aquilo estava errado. Tentou recordar o seu tempo de infância, **viu-se miúdo**, enfezado, a camisinha encardida e rota **acompanhando o pai no serviço do campo, interrogando-o debalde**. Chamou os filhos, falou de coisas imediatas, procurou interessá-los. Bateu palmas: – Ecô! ecô! (RAMOS, 2000, p. 20, grifos nossos)

A memória, presente na sequência anterior, pode ser mobilizada mediante a evocação da memória histórica e social do período. O questionamento simbolizado pelo enunciado "interrogando-o debalde", marcadamente mostra como naquele

instante as indagações eram percebidas como inúteis em seu propósito de oposição ao governo instituído. As indagações, os questionamentos não estavam na ordem do que se podia dizer naquele momento, no que era possível dizer, não estavam na ordem do discurso. As perguntas dos meninos, assim como foi a de Fabiano em tempos distantes "acompanhando o pai no serviço", eram inúteis. Embora carregasse em si o desejo de transformações, mostravam-se inócuas nesse sentido. Não eram possíveis as mudanças. O regime não as permitia. O anseio dos meninos por respostas que levassem a transformações era frustrado pelo pai.

O discurso enunciado pelo sujeito-autor Graciliano aponta-nos nessa direção. Esse discurso encerra o sentido de evidenciar a perpetuação de uma realidade, a continuação das desigualdades sociais, da pobreza, da miséria, do autoritarismo, quando os meninos questionavam no sentido de procurar mudanças, em mudar a realidade. A memória individual evoca um passado distante de sua existência na narrativa, representada pela personagem. Entretanto, do ponto de vista histórico, esse passado se apresenta não tão remoto assim.

Essa proximidade permite-nos refletir sobre uma continuidade do tempo histórico, que abrange as práticas sociais e a conjuntura do lugar de onde fala a personagem. De outra forma, podemos observar que essa memória individual também se faz coletiva, como aponta Halbwachs (2006, p. 69), pois "cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva". Nessa imbricação entre a memória individual e a coletiva, vemos que os traços, pistas, indícios e vestígios do passado daquela sociedade se deixam entrever e serem reconstruídos a partir da memória da personagem Fabiano.

Já o enunciado "queria apenas dar um ensinamento aos meninos" é a ênfase que destacamos no recorte que se segue. Há sentidos constituídos através da maneira de educar os meninos. Examinemos a sequência:

> – Ecô! Ecô! A cachorra Baleia saiu correndo entre os alastrados e quipás, farejando a novilha raposa. Depois de alguns minutos voltou desanimada, triste, o rabo murcho. Fabiano consolou-a, afagou-a. **Queria apenas dar um ensinamento aos meninos. Era bom eles saberem que deviam proceder assim.** (RAMOS, 2000, p. 20 grifo nosso)

A linguagem característica do brado do vaqueiro "Ecô! Ecô" encerra algo além de uma ordem para a cachorra Baleia. Remete-nos ao condicionamento existente na relação entre ambos, o vaqueiro Fabiano e o animal. Todavia, aqui nos interessa outro aspecto: o enunciado presente na fala de Fabiano que "queria apenas dar um ensinamento aos meninos. Era bom eles saberem que deviam proceder assim". Esse enunciado traz à emergência do discurso a sua realidade exterior, pois, assemelha-se aos "ensinamentos" trazidos pelo governo varguista naquele momento, que mediante várias estratégias de "educação"

> Buscava, como na maioria dos regimes autoritários, o *singular*, ou seja, a homogeneidade em todos os níveis, de forma a facilitar a dominação, o controle. E, nessa direção, múltiplos discursos foram articulados, oferecendo interpretações do mundo e da realidade brasileira, procurando criar "novos significados". A fim de superar a crise de legitimidade e interferir no imaginário político, o Estado procurou gerenciar o universo simbólico dos grupos subalternos mantendo-os, sempre que possível, alienados e conformados. (CARNEIRO, 1999, p. 335)

Em *Vidas secas*, assim como na relação do Estado com a sociedade, havia uma relação entre Fabiano, embrutecido e analfabeto, e os meninos, os quais o vaqueiro procurava subjulgar e conformar, ensinar, gerenciando o seu universo simbólico. Dessa forma, os "ensinamentos" de Fabiano objetivavam controlar e dominar os filhos em um relacionamento de subalternidade, também presente na sociedade daquele período.

Em um conturbado momento político e social que atravessava o país, observamos uma relação de repressão do governo Vargas com a sociedade circundante. Uma relação que adotava como estratégia o "ensinamento" de como proceder. Nesse sentido, a escritura de Graciliano Ramos é aqui, mais uma vez, percebida como uma evocação à denúncia dessa conjuntura política e social da década de 1930, no Brasil. Como assinala Candido (2003, p. 204), ao analisar o movimento literário daquele período, o "'romance do Nordeste' [...] transformou o regionalismo ao extirpar a visão paternalista e exótica, para lhe substituir uma posição crítica frequentemente agressiva, não raro assumindo o ângulo do espoliado".

Percebemos uma ruptura com o interdiscurso formado pelos romances escritos cujas tramas se passavam no Nordeste. Não mais se falava do pitoresco, do exótico, do paternalismo do Estado. Os enunciados trazem personagens que sofriam com a realidade que as assolavam. Não havia o Estado, ou melhor, esse surgia representado pela sua repressão, marcada pelo soldado amarelo, que pisava com sua reiúna nas alpercatas do vaqueiro impotente que mal sabia falar, pois era vítima da falta da educação formal por parte daquele mesmo Estado, vaqueiro que era vítima do descaso com que fora tratado durante décadas por vários governos.

Naquele instante, Graciliano inscrevia algo novo que, como vimos em Foucault (2003), não é fácil de ser dito em qualquer momento. Observamos um discurso que irrompia diferentemente no eixo de verticalidade do interdiscurso, que desestabiliza as redes de memória acerca do objeto do discurso Nordeste. A inserção de *Vidas secas* na rede de enunciados da memória discursiva, concernente à região simbólica, configura-se como um acontecimento discursivo, visto que rompe com os dizeres anteriores, desestabilizando as estruturas das redes de memória.

Contudo, cabe aqui um adendo sobre o conceito de acontecimento discursivo. Ao refletir sobre o discurso como estrutura ou acontecimento, Pêcheux (2006) propõe três caminhos: o do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e

interpretação no interior da análise de discurso. Nesses caminhos, o acontecimento discursivo se configura no "ponto de encontro de uma atualidade e uma memória" (PÊCHEUX, 2006, p. 17).

Partindo dessa formulação, tomamos o acontecimento discursivo não apenas em um enunciado individualizado, como o fez Pêcheux com "On a gagné" ["Ganhamos"], a respeito da vitória de François Mitterand, nas eleições para Presidente da França, em 10 de maio de 1981, mas em um conjunto de enunciados, especificamente ao se referir a uma obra literária, neste estudo, *Vidas Secas*. Adotamos essa obra como um acontecimento discursivo que irrompe na atualidade da memória desses espaços discursivos logicamente estabilizados, no caso, o espaço da literatura como vimos na análise de Candido (2003), em que "todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação" (PÊCHEUX, 2006, p. 31).

Escritos não ficcionais de Graciliano Ramos

Observamos, ainda, que em seus escritos não ficcionais, Graciliano Ramos ocupa uma posição-sujeito militante. Vejamos a sequência a seguir, recortada de um escrito não ficcional:

> Em 1917, lendo as primeiras notícias da Revolução Russa, **torcíamos desesperadamente** para que ela se aguentasse três meses. Kerenski, Nicolau II, os generais certamente iriam lançar-se contra ela e abafá-la. **Não esperávamos outra coisa** e apenas **desejávamos que ela não se acabasse logo**, resistisse aos primeiros choques e não desse o exemplo de uma Comuna de Paris. Passados três meses, **aventurávamos a pedir mais três**, depois alargamos o prazo e, vencendo o espanto inicial, pouco a pouco **nos habituávamos** à idéia de que o movimento podia alargar-se, aprofundar-se e dar trabalho ao mundo capitalista [...]. (RAMOS, 1945, f.1, grifos nossos)

No trecho acima, vemos uma posição-sujeito militante que revela a sua identificação com a formação discursiva de esquerda. A sequência traz uma referência ao evento histórico denominado Revolução Russa de 1917. O sujeito militante marcadamente mostra a sua identificação a partir dos verbos flexionados na primeira pessoa do plural ao longo da citação acima: "torcíamos desesperadamente" (ibidem); em seguida, outras marcas se desvelam no manuscrito: "não esperávamos outra coisa (...) desejávamos que ela não se acabasse logo (...) aventurávamos a pedir mais três (meses) (...) nos habituávamos à ideia de que o movimento podia alargar-se" (ibidem). Essa reiteração da flexão verbal institui um sentido de pertencimento e de coletividade, uma cumplicidade de ideais em que o sujeito, em sua posição militante, é interpelado pela ideologia comunista e se desvela através do seu discurso.

Por outro lado, a oposição à formação discursiva capitalista reforça a percepção de uma luta entre duas formações antagônicas. Esse antagonismo e diferenciação se revelam no enunciado do sujeito-militante ao apontar que "pouco a pouco nos habituávamos à ideia de que o movimento podia alargar-se, aprofundar-se e dar trabalho ao mundo capitalista". Há uma construção do sentido de divisão ideológica do mundo em duas formações discursivas que digladiavam naquele instante. Um mundo marcado pela dualidade ideológica onde as lutas eram travadas.

Dessa maneira, a referência ao capitalismo presente no enunciado "[...] dar trabalho ao mundo capitalista" traz o momento histórico vivenciado após a Segunda Guerra Mundial, em que o mundo estava dividido entre duas ideologias dominantes que disputavam a hegemonia, dois blocos políticos e econômicos que se opunham: o capitalismo e o socialismo. Essas ideologias tinham como principais líderes os Estados Unidos, de um lado e a União Soviética, de outro. Para o historiador inglês Eric Hobsbawm, o mundo estava dividido em duas partes em que

> A URSS controlava parte do globo, ou sobre ele exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética. (HOBSBAWM, 1995, p. 224)

Nessa conjuntura de divisão ideológica do mundo entre capitalismo e socialismo cujas raízes antecedem a II Grande Guerra Mundial, temos o sujeito-militante Graciliano Ramos identificado com a formação discursiva de esquerda. A sua relação com o governo Vargas era de oposição. "A possível derrocada de Vargas era exaustivamente debatida nas reuniões em casa de Graciliano. Quase sempre à noite, apareciam os amigos mais velhos, como Otto Maria Carpeaux, Paulo Rónai, Aurélio Buarque de Holanda, Beatriz Reynal e Cândido Portinari" (MORAES, 1996, p. 207). Essas reuniões na casa de Graciliano são marcas da sua identificação ideológica, vários intelectuais do período se faziam presentes e compartilhavam dessa posição. "Também se discutia muito literatura e, dependendo de quem estava à volta do anfitrião, o assunto desviava-se para a política partidária. Como vários ali eram comunistas ou simpatizantes, naturalmente a troca de opiniões centrava-se na rearticulação do PCB" (MORAES, 1996, p. 207). Assim, o militante e o literato, em suas posições-sujeito, desvelavam-se nos escritos de Graciliano Ramos, em cenário de embate político e ideológico exacerbado nas décadas de 1930 e 1940, no Brasil.

Considerações finais

Dessa maneira, a investigação realizada a partir da análise dos fragmentos de *Vidas secas*, para além de um grande autor impelido pela "licença poética" e criação característica do seu ofício, desvela, em sua narrativa, traços da exterioridade, das condições de produção

dos seus escritos e da ideologia que o interpela. Neste trabalho, ao tomarmos como objeto de análise a obra *Vidas Secas* e alguns manuscritos não ficcionais de Graciliano Ramos, procuramos compreender como a narrativa literária é afetada pela ideologia, pelas condições de produção, pela memória discursiva e pelo esquecimento que o faz sentir sujeito do próprio discurso.

Com efeito, os escritos de Graciliano nas posições de sujeito literato e militante comunista se mostram como um contraponto ao governo Vargas, um dizer antagônico à formação discursiva do governo instituído. Uma voz dentro de um jogo de palavras que se constituía naquele momento da história do Brasil. Observamos que o silenciamento trazido à literatura do autor, encerra uma discursividade, pois mostra um efeito de sentido quando interpretado em relação à condição de sua produção.

Também pudemos evidenciar a violência instituída e institucionalizada na Era Vargas, permeando a escritura do autor. A personagem Fabiano sofre violência física e moral, simbolizada através de um efeito metafórico na literatura que, reiteradas vezes, durante a narrativa, atormentam Fabiano e trazem à memória uma ressignificação da violência que experimenta durante a trama literária, configurando um grande mosaico e espelho de violência e silenciamento da década de 1930, que se estenderia à década seguinte, na história do Brasil.

Referências

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no estado Novo *In*: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999. p. 137-166.

CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite e outros ensaios**. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 107-143.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999. p. 327-340.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução Salma Tannus Muchail. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV**: estratégias, poder-saber. Organização e seleção de textos, Manoel Barroa da Motta. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HESÍODO. **Teogonia**: a origem dos deuses. 3 ed. Estudo e tradução Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Lourival. **Sob o signo do silêncio**: *Vidas secas* e o Estrangeiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MORAES, Dênis. **O velho Graça**: uma biografia de Graciliano Ramos. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

PAZ, Octavio Paz. **El arco y la lira**: el poema, la revelación poética, poesía e historia. 3 ed. México: Fondo de Cultura Economica, 2003.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni Orlandi. 4 ed. Campinas: Pontes, 2006.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. 80 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RAMOS, Graciliano. [Em 1917, lendo as primeiras... Rio de Janeiro: s.n., 1945, f. 1]. Manuscrito. *In*: **Instituto de Estudos Brasileiros – IEB**, USP. Fundo Arquivo Graciliano Ramos. Série Manuscritos, Título: Crônicas, Ensaios e Fragmentos, Notação (COTA): 10, 10.5, caixa 1/1, fl. 1. s. l. 7 nov. 1945. 1 fl.

SARTRE, Jean-Paul. **Que é a literatura?** Tradução Carlos Felipe Moisés. São Paulo, Ática, 2004.

LITERATURA, BIOGRAFIA, AUTOFICÇÃO, BIOFICÇÃO E HISTÓRIA EM ENTRELAÇAMENTOS VIVENCIAIS

Moisés Monteiro de Melo Neto[29]

> *A vida que eu levava não era a minha. Eu tentava fazer com que se tornasse minha, essa era a minha luta* (Karl Ove Knausgärd)

> *As biografias são como a interpretação de uma peça musical. As pessoas confiam muito no retrato, mas é apenas uma maneira de contar, é a minha forma, minha história, e não a própria pessoa* (Benjamin Moser)

Discutiremos aqui sobre o entrelaçamento da literatura com a vida pessoal do autor e a história. Sabemos que se por um lado a literatura é paz e êxtase, por outro é dor extrema, perdição e redenção num caminho longo para quem pensa estar só na vida e busca neste tipo de escrita uma potencial euforia para suprir um desejo não correspondido. Estamos bem entrados no século XXI, concluindo este primeiro quarteirão onde vivemos mutação cultural acelerada, em pleno processo de pandemia da Covid 19 que nos fez repensar nós mesmos e nosso relacionamento com os outros. O racismo exposto na morte do negro americano George Floyd, desencadeou a maior onda de protestos antirrascistas desde os anos 60. O mundo vive uma nova etapa tudo isso nos faz lembrar que todo leitor é também escritor e pode representar resistência através da escrita que fatos assim provocam, fazendo com que os professores de literatura e história perguntem a si mesmos sobre como isto vai ser registrado.

[29] Professor Adjunto da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Dramaturgo; vencedor do Prêmio Klauss Viana, da FUNARTE, em 2007. Fez o dramaturgismo de peças como Um minuto para dizer que te amo, vencedora de vários prêmios em 2018. Email: moises@moisesneto.com.br

Não é de hoje que história e literatura se entrelaçam: autores, obras, contexto, manuais que são provas disto. Na prática pedagógica quem é professor trabalha através do dialogismo, o que no caso da literatura entrelaçada à história implica em observar o reflexo do fator social no processo de registro. Ao fato, o autor literário, sem o prejuízo da forma, vai impingir *literariedade* em seus variados vieses, ao adentrar veredas ainda mais complexas, da história e da vida, por mais aparentemente simples que pareça ou até a mais grandiosa delas, literatura e história se interpenetrar e algumas vezes uma serve de fonte à outra. Quando acontecimentos sociais dão lugar a uma prosa de biofícção, o sujeito se liga até às coisas mais inusitadas para produzir a cristalização da sua existência num determinado período. Se pensarmos em Homero, que tratando a história do seu povo tornou-se o fundador de literatura européia, ou Goethe como o último autor universal ou se lembrássemos como Derrida, rasurando, transformando, investigando, desconstruindo tais formas discursivas (mesmo as *canonizadas*), talvez chegássemos à conclusão de que a vida só é possível representada através dos parâmetros da escrita.

Como alguns escritores transformaram história e vida comum em história e literatua? Esta experiência entre fundo e forma não implica na banalização da literatura nem em prejuízo a história, em relação ao fato. Pensemos com Sartre, que passou anos estudando a vida de Gustave Flaubert e seu contexto social, Proust na ânsia de revelar a sociedade *à clef* na sua *Busca do Tempo perdido*, Tolstói com seu monumental *Guerra e Paz* (sobre as guerras napoleônicas na Rússia) ou Stendhal com *O Vermelho e o Negro* (o autor colhia no mundo real, em fatos verídicos, somando traços de sua personalidade e fatos que aconteceram na sua vida particular para constituição da personalidade de Julien Sorel). Quando se trata da *arte literária*: falar é agir, toda coisa nomeada já não é exatamente a mesma. Agindo assim, poderíamos perguntar se o real se revelava à contemplação e transcrição em forma literária.

Como é que a vida real vira texto escrito? Termos como autoficção, que designa a ficcionalização de si mesmo e biоficção, que designa a ficcionalização sua vida, muitas vezes se misturam, obviamente não são gêneros "puros", mas a literatura é um generoso pacto entre o autor e o leitor e escrever seria transformar o real, registrando-o.

A história vai sendo contada com os fatos de hoje numa civilização que nós alimentamos direta ou indiretamente. Blanchot afirma que livros correspondem às coisas para as quais ainda não temos nomes. Nem a história nem a literatura podem imobilizar o futuro na tradição das velhas estruturas quando estamos assistindo, vivenciando, o fim da arte *pós-moderna*. Roland Barthes sugeriu até a morte da literatura, tratando a literatura como mito vivo estaria em vias de morrer, naqueles anos 70. Novas correntes da história buscam outras soluções investigativas e interpretativas. Será que agora neste portal do século XXI, estaria este entrelaçamento, história e literatura, mais intenso do que nunca?

Iuri Tynianov, em 1923 destrinchou o *fato literário e sua heterogeneidade*, em constante evolução dialética, por etapas: diante de uma construção automatizada, outra oposta, se delineia (*dialeticamente*), lembra que o "novo" pode ser repetitivo, principalmente dentro da arte mais comum, hoje, a arte industrializada é consumida vorazmente. Não se trata aqui de ser tão ortodoxo quanto Horkheimer e Adorno, mas tenho certa ojeriza ao modo como se dá a mistificação das massas visando à glória da unificação de gosto para os consumidores acústico-visuais do atual sistema capitalista de cultura, indústria de entretenimentos que apela para o consumo fácil, onde também o livro está (ainda bem) no rol das coisas que "vendem" (às vezes) bem. O registro histórico também atravessa dias turbulentos com o acúmulo das *fake news*. Longe vão os dias em que Kant anunciou que o juízo estético é um juízo particular que almeja à

universalidade. Alguns estudiosos privilegiam cada vez mais o *eu* e suas experiências, mesmo as menores, microrrelatos etc.

Como nossa geração digital trata o entrelaçamento da literatura com a história? A obra literária sempre será uma pergunta ao mundo, mas estaria a literatura, agora, nesta segunda década do terceiro milênio, num barco no centro de um mar terrível?

Precisamos pesquisar enfrentando lutas, como quem domestica irracionais voluntariosos, se for necessário e não há literatura nem registro histórico sem umas boas batalhas acadêmicas. Quem reescreve o presente ou investiga o passado, dá voz ao futuro. Podemos fazer isso utilizando a experiência vivenciada pelo nosso próprio eu e (re)contar a nossa própria vida como reflexo da sociedade em que vivemos e/ou pesquisamos.

O poder decisivo para a nossa tarefa enquanto pesquisadores é o chamado à ação. E isto não se dá apenas em termos de critérios universalizantes. Seria politicamente incorreto analisar, em termos técnicos, uma literatura que tem apenas função política (politicamente correta) ou um relato histórico que não seja bem escrito. Na *literariedade* também se registra o eixo principal da experiência humana através do indivíduo. Analisar os reflexos biográficos numa obra literária é iluminar o entrelaçamento da Literatura com a História ressalta que a fusão das duas pode ser, de certo modo, facilitadora no girar dos prazeres intelectuais (sem *fetichizar* base teórica e a terminologia específica de cada uma destas disciplinas).

Presos a *smartphones,* vivemos num mundo de siglas, códigos, novidades que nos cerceiam e alucinam com sua velocidade *inessencial* das plataformas virtuais, percebemos há muito tempo que não adianta ser apenas realista. Podemos tecer apontamentos a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos no entrecruzamento entre história, literatura e biografia, pois o campo do conhecimento histórico ou individual através da compreensão dos

aspectos biográficos e das suas interfaces com a autobiografia, da biofícção e memória histórica é fértil.

Parece que a literatura está no mundo para as pessoas que querem uma vida *diferente* da que vivem. A autoficção, termo da crítica literária criado em 1977, pelo francês Serge Doubrovsky, romancista, professor, crítico e teórico da literatura, para se referir a uma forma de autobiografia ficcional: unindo, paradoxalmente, autobiografia e ficção, em primeira ou terceira pessoa, modificando detalhes importantes da sua trajetória ou dos seus, digamos assim, "personagens", ao utilizando nesta busca pelo autoconhecimento, registro histórico e criação literária, como fez Fernando Gabeira sobre seu envolvimento com grupos de esquerda na ditadura civil-militar brasileira no final dos anos 60 (livros como *O que é isso, companheiro?*). É interessante lembrarmos da experiência de Marguerite Duras, também: seu livro *A dor* tem seis textos que expõem sua experiência na Segunda Guerra Mundial, principalmente no período da ocupação nazista na França e o que aconteceu a seguir, misturando o histórico e pessoal. Em Portugal citaríamos *Os Cus de Judas*, de Antônio Lobo Antunes. No Brasil temos os exemplos de Cristovão Tezza, na sua autoficção *O filho eterno*, onde analisa sua vida com seu filho portador de necessidades especiais num país despreparado para isso. É como se eles escrevessem um romance, em vez de uma autobiografia, tratando a si mesmos numa autoficção em contexto social, transformando em espetáculo seus registros de memória num exercício sistemático de hibridismo de gêneros (psicanálise, ficção, autobiografia, ensaio) onde os leitores podem realizar nexos em relação à imagem do protagonista e do seu momento histórico.

Outros autores transformam usam figuras famosas como tema central da ficção, em outros casos, como Saramago fez com o heterônimo de Fernando Pessoa em *O ano de morte de Ricardo Reis* (1984) e Ana Miranda o fez com Gregório de Matos, em *Boca do Inferno* (1989), com Gregório de Matos e seu contexto

histórico. O que difere estes livros de uma biografia é a sua mistura com a ficção.

Em toda obra literária (não estamos nos referindo apenas ao livro de papel) latejaria um desejo insatisfeito, um sonho lúcido, uma fantasia sobre existência? Provavelmente não.

Será que para ser político um escritor só precisa mostrar bem uma situação e deixar que o leitor reflita sobre ela? O escritor tem que resistir ao *desencanto*? Possivelmente através de uma psicanálise existencial misturasse Sartre, Freud, Marx, Barthes só para citar alguns pensadores cujas ideias poderiam ajudar neste processo.

A arte é o absoluto mais possível e ela não tem que ser engajada, mesmo em meio a esta época de certo desprezo e esquecimento à alta cultura e à literatura cabe suprir o que não é dito pelos outros textos. Ela é gerada em meio a um processo histórico e não precisa *mostrar* o mundo e nem *acrescentar* algo a ele. O que a literatura pode é *fazer saber* que não há verdade absoluta e sim verdades *relativas* (que se contradizem recheadas de incertezas em meio a alucinação coletiva produto da cultura de massa da indústria cultural etc.), só aí é que a literatura pode ser *crítica* e *resistência*, trazendo, se necessário for, a história para dentro de si, desconstruir o "não pensamento" certas informações "bugadas" recebidas nos smartphones e computadores, que tentam esmagar o pensamento original e individual.

Como continuarmos *humanos* diante das mais terríveis verdades sobre nós num mundo múltiplo que a literatura tenta abarcar e onde a ontologia, política, religiosidade, moral estão a girar numa espiral caótica de tantos textos digitais?

A literatura, no que trata da sua produção e consumo, caminha pelo século 21, apesar de tantas incertezas, da fragmentação excessiva do saber num mar de *intertextualidade* Hoje, talvez estejamos ligados a uma grave *crise ontológica*. Em seu livro sobre Clarice Lispector, Benjamin Moser insinua que a autora colocava sua vida nos romances e contos, a partir dos romances

Perto do Coração Selvagem, O Lustre, A cidade Sitiada e *A Paixão segundo G.H.*, ela teria colocado neles algo das suas raízes judaicas e suas inquietações existenciais particulares; já sua irmã, Elisa Lispector, usou a fuga da família arruinada após a Revolução soviética na Rússia e a subsequente perseguição mortal aos judeus, como tema para os seus romances. Em determinadas obras literárias percebemos a fragmentação das lembranças reaparecerem dialeticamente num fluxo de consciência que parece querer capturar o tempo e pará-lo ali, num livro de forma pulsante que transmite a experiência real da pessoa viva movendo-se pelo tempo e espaços geográficos. Como se fosse um estranho historiador investigando e interpretando, não criticamente, percepção de acontecimentos, resgatando a memória da humanidade, ampliando a compreensão da nossa condição humana. Selecionando, relacionando os dados, encadeando percepções em aparente desordem, em devir, numa espécie de história à prova de tempo, onde os fatos passam a não ser tanta importância quanto e a vivência interior mesclam-se numa visão especial dos acontecimentos. Registro de memória, resgate do sentido e busca de um novo sentido? Atravessar a trajetória da existência como se fosse um espírito fugindo de qualquer sentido pluralizante? Se é que uma das tarefas do historiador seria fazer o passado deixar de parecer uma coisa que se desdobra no presente, o presente desta autora é a indeterminação da sensibilidade.

Há também o caso do autor como personagem de sua obra ficcional, e isto é a autoficção. Já para *metaderivação*, *autorreferência*, há a bioficção, mas a literatura estará ali, se multiplicando à custa de si mesma, indefinidamente; não será explorando espíritos desmesurados que a humanidade vai saber como lidar com sua medida extrema. Na autoficção temos os desdobramentos de um autor, num pacto com o leitor, numa espécie de proposta narrativa é esta, uma autobiografia ficcionalizada. Perguntas pululam: é o caso literatura séria? Quais são os limites deste gênero, desta criação? Na *autoficcionalidade* o escritor constrói um personagem de si mesmo, com traços que podem lhe identificar e que

lhe servem para construir livros, artigos. São como autorreferências de um eu desassossegado, confessional, em meio às engrenagens da história.

A partir dos anos 80 do século passsado, as escritas do *eu* como, por exemplo, diários autobiografias, memórias, correspondências adquiriram força, mas é algo que vem sendo praticado há muito tempo como expressão individual, busca de si mesmo. Isabel Allende com seu trabalho em *A casa dos Espíritos*, onde há certa representação do seu país, o Chile, e alguns acontecimentos históricos mesclados ao realismo mágico, tornou-se *best-seller*. Que espécie de epistemologia encontramos num texto deste quilate? Como o indivíduo trabalha a forma autobiográfica, como trata a "verdade" num espaço literário *não* ficcional? Talvez projetando novas especulações narrativas, entre as quais incluímos a autoficção, que reforça a questão da representação do Eu do autor, mesmo que com certo distanciamento que, de certo modo. Isto seria passar pela história para narrá-la, o que diferiria das obras de cunho puramente (auto)biográfico ou histórico numa espécie de romance não preso à ficção, simplesmente, isto é, ao mundo criativo de personagens e paisagens.

Boa parte dos livros se utiliza de gêneros da ficção para prender o leitor, como numa espécie de enredo, diferenciando as suas obras dos simples diários pessoais e até da ficção do real, numa jornada autobiográfica própria. A história e a teoria literária que este veio híbrido de realidade e ficção próximo ao triunfo da persona do autor, do eu, na corda bamba entre autoficção e autobiografia, que remete "claramente" ao autor, diante da complexidade do mundo.

Quando fui convidado a escrever uma biografia do circense nordestino Mágico Alakazam, que também é empresário de circo em Pernambuco, não tive tanto tempo para a inspiração, inspirado ou não, a gente escreve, pois o cálculo e o jorro criativo são processos distintos e eu contava com a pesquisa intensa. Sacudido na madrugada, atormentado na insônia, eu produzia. Eram pedaços de papéis avulsos, escritos em qualquer lugar, por

exemplo: dentro de um veículo, no arquivo público, no SATED PE. Eu tinha feito pesquisas sobre ele e entrevistados pessoas. Sobrou um amontoado de arquivos em busca da ideia que precisava se concretizar em menos de um ano, pouco num projeto deste porte, uma biografia (era um desafio e que desafio, para mim, que já li tantas). Eu me sentia caindo no labirinto do que é uma vida de uma pessoa quando a gente vai falar sobre ela num livro e vê toda a sua trajetória reconstruída, numa linha que divide fato e reconstituição; os vapores do passado me envolveram. O biografado reluzia como se me puxasse de um redemoinho. Continuei a raspar a memória do meu objeto de estudo: aquele mágico dono de circo, aquele pernambucano, tão brasileiro quanto eu, ali, juntos, em profusão de imagens e palavras que eu ia associando num frenesi, como se numa cabala bem particular nós nos comunicássemos (ainda que isso divirja de afirmações que fiz anteriormente sobre o ato da escrita em mim). Numa escrita algo *intransparente*, selecionando imagens, produzir o texto. Não foi tão fácil, eram centenas de fotos. Não pretendia edulcorar o meu objeto de estudo e tampouco queria tratá-lo de maneira fria e necessariamente objetiva. Lidava com um ícone das artes, um nordestino que vive da arte há muitas décadas e mesmo hoje, numa idade na qual muitos desejam aposentadoria, ele segue com invejável vigor, mesmo neste momento tão difícil que as artes atravessam, especialmente a arte circensense.

As entrevistas com Alakazam forma feitas no circo dele, no Sated PE e pelo Whatsapp. Ele sempre se mostrou solícito, mesmo quando se tratava de um assunto de foro íntimo. Utilizei-me de diversos livros sobre o circo também, além de entrevistar alguns artistas circense. Assisti a muitos vídeos de apresentações dele, assim como acompanhei as apresentações do seu circo neste período no qual escrevi a sua biografia. O prazo era curto e o material muito vasto. Foram 160 páginas em Word, Times New Roman, tamanho 12, no original, nos livros tivemos uma variação de volume, obviamente, pela nova diagramação. Imprimi à pesquisa um tom um tanto literário, quis

tratar a trajetória de Wilson Ribeiro da Silva, seu nome oficial, numa visão artística. Alakazam, como é conhecido, adotou este nome em 1968, quando leu uma história infantil protagonizada por um mágico assim chamado. A fantasia da ficção transformou-se em realidade através deste artista, que assim também nomeou o circo do qual é dono desde 1974. O Circo Alakazam é dos mais conhecidos e respeitados do Estado, onde se estabeleceu há vinte anos e, desde então, leva a arte milenar do circo ao público pernambucano.

Encontrei uma espinha dorsal: o texto teria o ponto de vista de um espectador que estivesse diante de um espetáculo sobre um garoto de 10 anos que fugiu de casa e muito depois inaugurou o seu próprio circo seguindo durante muito tempo se apresentando pelo Nordeste do Brasil encarando os altos e baixos de uma carreira icônica. Ele já exerceu praticamente todas as funções pelas quais um artista circense pode passar. É mágico, apresentador, foi contorcionista, trapezista e domador de animais. É ainda um compositor com mais de sessenta músicas gravadas e cerca de duzentas compostas. Além disso, já publicou um livro em que conta, em forma de poesia, sua própria história, experiências e a rica vivência de um artista que dedicou a vida ao circo.

Foram oito meses de pesquisa e dois meses na conclusão do texto escrito. O material que produzi envolveu a mão de obra de vários outros profissionais: diagramadores, revisor, designers, dentre outros.

O livro foi publicado com o Incentivo do FUNCULTURA, Fundarpe, Secretaria de Cultura, Governo de Pernambuco, sendo o primeiro do lançamento em 26/10/2019 no **Instituto Histórico de Caruaru** e foram distribuído 250 exemplares. O Livro também, foi lançado na *XII Encontro de Literatura Infantojuvenil* da UNICAP, "Entre nós: Os Livros", Homenagem ao Circo Alakazam nos dias 28, 29 e 30 de outubro de 2019, no Auditório G1 – Unicap, com apresentações no hall de entrada do Bloco G1, trezentos exemplares distribuídos. E, posteriormente, no *Festival de Circo do Brasil*, 15ª edição, com participação, lançamento e distribuição gratuita de 150

exemplares do livro, no **Museu do Estado de Pernambuco**. Livro e lançamento com produção de Sérgio Muniz.

O jornalista e escritor Valdir Oliveira em entrevista comigo e Alakazam sobre o livro que escrevi sobre ele. TV Universitária de Pernambuco, novembro de 2019 (Foto: Francisca Maria Neta, a partir de arquivo da TV Universitária, Recife)

Evitar os lugares-comuns e ao mesmo tempo prender a atenção do leitor não é tarefa fácil, quando o que se deve fazer é administrar as surpresas e suspenses. Somos prisioneiros da nossa história cultural cheia de perdas de referências e nostalgia de tempos menos agitados do que o nosso. O que dirão os historiadores de cultura material sobre nossos dias, no futuro? Que usos e gostos são estes nossos, agora? No que diferem tanto do finaldo século passado? O que suscitará maiores reflexões sobre o comportamento humano em nossa época, além de comunicação digital e a fragilidade ética, a banalização da violência, a *desimportância* dos sentimentos, as novas concepções, sobre Deus e a justiça nesta época estranha?

Vemos que a autoficção há uma tendência quase umbilical entre a vida do autor e a obra que pode resultar numa espécie de **mitomania**

literária. O narcisismo e o voyeurismo avançam, como nos já antigos reality shows e prevemos novos gêneros literários que representem, no cuidado de si e da *Polis*, mostrar o eu. Na biofícção estende-se a verdade, reinventada através do autor-personagem-narrador **reconfigurando** sua vida em inversão cronológica, mistura de épocas, remexendo suas verdades interiores numa demonstração, em ordem **pluridimensional**, do real, que não poderia ser alcançado diretamente, só se manifestando no duplo, pois quando narramos nossas vidas elas se revestem de autoficções, dando sentido ao que passou, mesmo que seja sentido provisório, imaginário e quando se trata de literatura a proporção é maior. O pior se dá quando expomos os outros que conhecemos, mas a *literariedade* pode salvar a obra, a livre expressão, o que espraia na boa literatura: a polifonia (versus o discurso monológico), de um eu não complacente consigo, não vaidoso que se questiona objetivamente.

O narrador da **biofícção** não deve ser simplesmente autocentrado, de preferência seria de bom tom fazer digressões sobre literatura, artes que conhece e apreciou. Vejamos um exemplo: descrever objetos que o leitor contemporâneo conhece (de uso globalizado), tais como marcas famosas de produtos de consumo, ingredientes culinários, pormenores aparentemente, significantes, mas que fazem a diferença, são os *efeitos de real*, em linguagem menos metafórica do que referencial, o que se destaca num mundo afogado na modernidade líquida das imagens virtuais. Se também usa o *estranhamento* poético, faz bem. Fazer o leitor sentir-se como se folheasse um livro de arte tirado da estante acima do sofá, como escreveu Cecília Meireles: "a vida só é possível reinventada". Representar a alma ferida/danificada do nosso tempo seria ao mesmo tempo comprazimento com o cotidiano, com o doméstico, a festa na prisão do consumo barato, da ostentação ***fake*** de apego aos objetos num mundo produzido em série.

Outro fato a se discutir aqui é a ideologia, não como simples conjunto de ideias relativas ao papel do homem no mundo, mas também as más intenções embutidas na divulgação destas ideias

(inclusive na literatura). Estaríamos falando de um realismo cínico, uma *realidade* ***disfórica***? Ou em *estado de disforia*; que apresenta uma sensação de mal-estar, de desconforto, de ansiedade e/ou de depressão constante; que se opõe à euforia; contrário ao que se relaciona com otimismo, ânimo, sentimento de exaltação e de alegria quando o desastre já ultrapassou perigo. Vemos em alguns casos as denúncias da sociedade do espetáculo, do mercado globalizado e do absurdo que nos rodeia numa mídia que usa frases anódinas, medíocres, às vezes. O que a literatura pode fazer é estimular a percepção do real. Isto pode se dar com escrita elíptica, memórias, fragmentos de reflexão, história individual destroçada pela "história" (numa ficção documental) ou de modo tradicional, não importam tanto os deslocamentos estruturais ou temáticas, a literatura conduz o leitor à reflexão.

Será que estão desmoronando as últimas barreiras do ser "si mesmo" e a memória parece insatisfatória, palavras parecem apenas cascas das coisas que passaram: matéria e linguagem, células de inutilidade ou de utilidade incompreensível na fração circular de cada segundo. Caberia ao autor, agora, enumerar restos em meio às ruínas culturais das literaturas engajadas, com mensagens, em meio ao atual excesso de informações, consumo, imagens, tecnologia fantasmagórica ininterrupta deste nexo eterno instante – já atento para deter qualquer **epifania**, neste *hipernomeado* e hipersaturado mundo, ao mesmo tempo trágico, grave e engraçado.

Fazer literatura é acreditar que no futuro haverá um leitor (que pode ser da elite ou do povo). O livro **hipermoderno** (muito além do "pós-moderno") enfrentará mau tempo? Uma era violenta onde a tecnologia auxiliará o totalitarismo e o desamor gerando medo e incerteza? Será o acaso do futuro (que se transforma em passado cada vez mais rapidamente)? O hibridismo vai abolir a separação dos gêneros literários?

Referências

AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel. **Teoria da Literatura**. Coimbra: Livraria Almedina, 18 Ed. 1991.

ALTHUSSER, Louis**. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado.** Lisboa**:** Editorial Presença, 1970.

BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. São Paulo: Perspectiva, 2007b.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGSON, Henri. **Memória e vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo, Editora da UNESP, 1992.

CHARTIER. Robert (Org). **Práticas de Leitura**. São Paulo, Estação Liberdade, 1996.

CUNHA, Maria Teresa. Territórios abertos para a História. *In*: **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**. São Paulo: EDUSP, 2015.

DUQUE, Cláudio Gottschalg (Org.). **Comunicação Científica Contemporânea e de Vanguarda. Ciência da Informação Estudos e Práticas**. Brasília: Centro Editorial, 2011.

EAGLETON, Terry. **A Tarefa do crítico**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FARGE, Arlete. **O Sabor do Arquivo**. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: EDUSP, 2009.

FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar na Civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu**. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVELL, Jacques. **A Nova História**. Coimbra: Almedina, 1990.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto biográfico**: de Rousseau à Internet. Belo Horizonte: Editora UFG, 2014.

MELO NETO, Moisés Monteiro de. **Alakazam:** 50 anos de sucesso. Recife: FUNDARPE, 2019.

NORA, Pierre. **Ensaios de ego história**. Lisboa, Edições 70 Ltda., 1989.

NORONHA, Jovita Maria Gerheim. **Ensaios sobre a autoficção**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (Org.). Apresentação. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

UM ENSAIO DE EGO-HISTÓRIA. *In*. **Revista *SUSTINERE,*** Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. *144-153*, jan. – jun. 2016, p. 153.

A CONSTRUÇÃO DA LEGISLAÇÃO DITATORIAL

do golpe militar ao Ato Institucional nº 5

Luziano Pereira Mendes de Lima[30]

Conforme Spindel, as ditaduras modernas têm origem na impossibilidade de a burguesia, enquanto classe dominante no Estado burguês, lançar mão, com sucesso, do modelo de democracia formal. A história da América Latina, e a do Brasil em particular, tem explicitado essa forma de ação das frações burguesas, visando resolver os seus conflitos e/ou paralisar o ascenso dos movimentos populares, cujas reivindicações inibiriam a sua margem de lucro e/ou conduziriam à extensão de redistribuição de renda ou de direitos políticos e sociais.

Neste sentido, o Golpe Militar-Civil de abril de 1964, desencadeado pelos militares e setores mais reacionários da burguesia brasileira, com apoio de setores da classe média e do imperialismo, em especial dos EUA, visava, por um lado, paralisar o crescimento do movimento reivindicativo de massas e, por outro, liquidar as propostas reformistas dos setores burgueses no governo e seus "aliados" ligados aos movimentos populares.

Com a derrubada do *governo constitucional*, a ordem burguesa foi mantida, mas, a partir daquele momento, passou a ser sustentada no aparelho burocrático-militar, em especial, no Exército.

A ditadura que se instalou após o Golpe cerceou as liberdades individuais e coletivas em nome do combate apresentado por ela como fundamental: à corrupção, ao comunismo e na defesa da segurança nacional. Em torno desses lemas programáticos instalou-se: o medo como efeito do terror de Estado, os atos contínuos de prisões, torturas,

[30] Professor Assistente da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Coordena o Núcleo de Estudos Políticos, Estratégicos e Filosóficos – NEPEF.
Email: luzmendes@hotmail.com

invasões de domicílios e cassações de mandatos eletivos de representação popular sem nenhum processo judicial.

Objetivando dar um ar de legitimidade ao regime político ditatorial, os golpistas arvoraram-se em *poder constituinte*. Através dos *Atos Institucionais,* dos *Atos Complementares* e, às vezes, por *Decretos-Leis*, instituíram um conjunto de normas ordenadoras do sistema político, visando manter uma aparência de democracia burguesa. Conforme a tradição ideológica do direito democrático burguês, a lei deve funcionar como um instrumento de limitação do arbítrio estatal, criando certos impedimentos a certas formas de exercício da violência. O "Estado de direito", conforme nos chama a atenção Poulantzas (1985: p. 85), foi concebido, no processo das revoluções burguesas, como oposição aos poderes ilimitados dos reis e governantes, criando a ilusão Lei-Terror.

A necessidade dos golpistas brasileiros de revogarem um conjunto de normas vigentes e instituírem um novo conjunto se dá fundamentalmente pelo fato de, por um lado, aparentar um caráter legal e legítimo das ações de Estado e, por outro, desautorizar qualquer ação legal contra suas ações, com base na legislação anterior ao golpe. Tais intervenções normativas tinham, também, o objetivo de instaurar um campo de injunções que legitimasse o uso da violência. Neste sentido, Poulantzas (1985, 86) afirma que a lei e a regra sempre estiveram presentes na constituição do poder:

> (...) Toda forma estatal, mesmo a mais sanguinária, edificou-se sempre como organização jurídica: sabe-se muito bem que assim foi com Stalin e sua constituição de 1937, reputada como a "mais democrática do mundo". Portanto nada mais falso que uma presumível oposição entre o arbítrio, os abusos, a boa vontade do príncipe e o reino da lei. Essa visão corresponde à concepção jurídico-legalista do Estado, a da filosofia política do Estado burguês estabelecido, contra a qual levantaram-se Marx e Max Weber, e que não passou desapercebida pelos teóricos da gestação sangrenta do Estado, Maquiavel e Hobbes. (...)

Mais adiante, explicita, para que não esqueçamos:

> A lei é parte integrante da ordem repressiva e da organização da violência exercida por todo Estado. O Estado edita a regra, pronuncia a lei, e por aí instaura um primeiro campo de injunções, de interditos, de censura, assim criando o terreno para a aplicação e o objeto da violência. E mais, a lei organiza as leis de funcionamento da repressão física, designa e gradua as modalidades, enquadra os dispositivos que a exercem. ***A lei é*** neste sentido, ***o código de violência pública organizada***... (Os grifos são meus)

Assim sendo, a ditadura usou a legislação anterior ao Golpe, que permitia estabelecer o controle sobre o movimento operário, sindical e dos trabalhadores em geral; consolidada na regulação do sindicalismo de Estado, e procurou criar novas leis que impedissem qualquer mobilização reivindicativa e que agilizassem a ação repressiva do Estado.

Para resolver a questão da presidência, o comando golpista promulgou no dia 9 de abril o *Ato Institucional* (AI) que viria, posteriormente, a se tornar o nº 1. Através desse Ato, criou-se o primeiro Colégio Eleitoral que elegeu, pela via indireta, o General Humberto de Alencar Castelo Branco como Presidente do Brasil. Além disso, entre outras medidas, o AI limitava drasticamente os poderes do Congresso Nacional e transferia parte do poder legislativo para o Executivo: criava a figura legislativa do *decurso de prazo*; outorgava ao Executivo a competência exclusiva para legislar sobre questões financeiras e/ou orçamentárias; transferia do Congresso para o Executivo o poder de decretar *Estado de Sítio;* suspendia temporariamente as garantias da imunidade parlamentar; suspendia por seis meses as garantias constitucionais e legais de vitaliciedade e estabilidade (ALVES, 1984, p. 52-55).

Em relação ao movimento sindical e operário, aplicou a legislação sindical contida na CLT, ao mesmo tempo em que promulgou em 1/6/1964 a lei 4.330 (“lei de greve”), que tornava a

greve ilegal, isto é, de caráter "subversivo", político e passível de repressão (HIRATA, 1980, p. 93).

Em 13 de junho de 1964, através do Decreto-Lei Nº 4.341, foi criado o Serviço Nacional de Informação (SNI) - com uma verba inicial de Cr$ 200 milhões, quando o salário mínimo na época era de Cr$ 38 - como órgão de assessoramento do Executivo na "orientação e coordenação das atividades de informação e contra-informação", responsável perante o Conselho de Segurança Nacional e o Presidente da República. Este órgão tinha por objetivo proceder, no mais alto nível, à coleta e à análise de informações relativas à "segurança nacional"; tratava-se no fundo, de uma agência de espionagem e controle político interno da ação política dos cidadãos brasileiros. (BAFFA, 1989, p. 13).

A ditadura sofreu vários reveses em sua tentativa de manter a fachada democrático-burguesa. Conforme a Constituição de 1946 e a legislação eleitoral anterior ao golpe, haveria em 3 de outubro de 1965 eleições diretas para governador em 11 Estados da Federação. A ditadura esperava que, com as cassações e repressão realizadas com ou sem base no Ato Institucional nº 1 e nos Atos Complementares, ela fosse vitoriosa em todos os pleitos. No entanto, em pelo menos dois Estados importantes: Guanabara e Minas Gerais, o governo não conseguiu impedir a vitória de candidatos ligados ao ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Nesses dois Estados, os candidatos apoiados pelos golpistas, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, acabaram derrotados, saindo vencedores os candidatos Negrão de Lima e Israel Pinheiro, respectivamente. Esse resultado acendeu a luz de alerta, pois, demonstrava a força eleitoral dos candidatos de oposição nos grandes centros urbanos do País e dos candidatos ligados à Juscelino Kubitschek.

Na tentativa de evitar novas derrotas e a presença de figuras politicamente indesejáveis ao regime, o governo tentou impor através do Congresso Nacional um conjunto de medidas que limitaria e enfraqueceria o Judiciário e limitaria ainda mais o Legislativo. Diante de indícios que o Congresso poderia rejeitar a emenda, o Marechal

Castelo Branco assinou em 27 de outubro o Ato Institucional nº 2. Por este Ato, entre outras medidas, acabou-se com as eleições diretas para Presidente da República e para os Governadores dos Estados, que doravante seriam eleitos por um Colégio Eleitoral; fechou-se os partidos políticos surgidos com a Constituição de 1946 e se instituiu o *bi-partidarismo*; reduziu-se o número de votos necessários para a aprovação de emenda constitucional; transferiu-se para o Executivo a competência exclusiva para as questões orçamentária e de regulamentação das Forças Armadas; aumentou-se o número de ministros no Supremo Tribunal Federal de 11 para 16; e se estabeleceu que os crimes contra a "segurança nacional" seriam processados e julgados prioritariamente por Tribunais militares (ALVES, 1984, p. 80-95; BASBAUM, 1977, p. 141-152, CÁCERES, 1993, p. 331).

A edição do Ato nº 2, além de capacitar o Estado para reprimir os adversários e inimigos do regime, era um indicativo de que os militares não deixariam tão facilmente o governo, mas, pelo contrário, que tendiam a consolidar suas posições. Esta posição se evidenciou mais fortemente no Ato nº 3, onde se mencionava a necessidade de consolidação do controle do poder político em todos os níveis. Neste sentido, alterava o processo de escolha dos Prefeitos dos Municípios das Capitais de Estado, que passaram a ser nomeados pelos Governadores de Estado, com prévio assentimento da Assembleia Legislativa. É necessário notar, ainda, que, quando os Atos não surtiam seus devidos efeitos para garantir a vitória do partido governista, Atos Complementares eram baixados com tal função. Conforme Alves (1984, p. 101), durante a vigência do Ato Institucional nº 2, o Marechal Castelo Branco baixou 36 Atos Complementares. As eleições de 1966 comprovariam a eficácia imediata das alterações produzidas pelos Atos. A ARENA obteve para o Senado 56% dos votos válidos, contra 43,3% dados ao MDB. Na eleição para a Câmara, o MDB obteve 36,1% dos votos válidos, contra 63,9% da ARENA. O resultado para as Assembleias estaduais não seriam muito diferente: 64,1% para a ARENA, contra 35, 9 do MDB.

A vitória do partido de sustentação da ditadura não se dava pela simples competência ou popularidade dos seus quadros, mas era facilitada pelo conjunto de injunções restritivas e repressivas possibilitadas e efetuadas a partir dos Atos. Como recorda Alves (1984, p. 101), tomando por base a Lei das Inelegibilidades, que autorizava o impedimento de candidatos considerados incompatíveis "com os objetivos da Revolução" ou com qualquer outra exigência do regime ditatorial, somente no Estado da Guanabara, doze candidatos do MDB foram impedidos de concorrer sob a acusação de "subversivos". Estas condições, levavam ao impedimento de candidaturas oposicionistas mais fortes eleitoralmente, muitas delas à esquerda, pelo partido de oposição consentida, o MDB. Além disso, a votação nas eleições de 1966 ocorreram em clima de intimidação, com tropas ocupando as principais cidades dos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul e presença ostensiva nas capitais dos diversos Estados. A corrupção também se fez presente através da compra de votos.

Ainda em 1966, objetivando estabelecer uma fachada democrática e livrar-se de uma vez por todas da legalidade anterior, a Constituição de 1946, o governo militar buscou aprovar no Congresso Nacional uma nova Constituição. A nova Constituição teria que incorporar na letra e no espírito todas as medidas restritivas e repressivas tomadas e consolidadas nos Atos Institucionais e Complementares. Apesar do governo ditatorial ter maioria no Congresso, a ARENA não aceitou o papel de mera homologadora da proposta de Constituição e somou forças junto com o MDB para exigir o direito de apresentar propostas e emendas à Constituição.

O governo militar recusou de forma sistemática tal possibilidade, levando à situação de confronto com o Legislativo, que resultou na cassação de seis deputados federais do MDB (Doutel de Andrade, Sebastião Paes de Almeida, César Prieto, Abraão Moura, Humberto el Jaick e Abib Chamas) e na quebra de promessa pública por parte do Marechal Presidente ao Presidente da Câmara, Deputado Adauto Lúcio, de que não haveria cassações, e que o Congresso

poderia discutir e votar o projeto de Constituição. Diante das medidas repressivas, MDB e ARENA se unem na Câmara, com a solidariedade do Senado, na defesa do direito do Legislativo de legislar. Em contrapartida, o governo militar baixou o Ato Complementar nº 23 fechando o Congresso Nacional por um mês, passando o poder de legislar nesse período para o Marechal Presidente (ALVES, 1984, p. 99-105).

Após o período eleitoral, o governo militar, no dia 7 de dezembro de 1966, através do Ato Institucional nº 4, reconvocou o Congresso Nacional para uma sessão extraordinária com objetivo de discutir e ratificar o Projeto de Constituição. Por tal dispositivo, o Projeto seria adotado em sua totalidade e, só então, poderia ser discutido e emendado de acordo com os prazos. A Constituição de 1967 foi aprovada por 223 votos contra 110 na Câmara dos Deputados e por 37 a 17, com 7 abstenções no Senado. *A Constituição de 1967 institucionalizou os Atos Institucionais e Complementares*, aprofundando e "cristalizando" em arcabouço jurídico a ordem repressiva (ALVES, 1984, p. 104).

O governo do Marechal Castelo Branco foi o de instalação e de uma certa institucionalização da ditadura militar. Aparentemente, o primeiro governo ditatorial teria realizado a "limpeza do terreno!", cabendo aos próximos, consolidar os rumos políticos e econômicos apontados e construídos naquele período. O governo do Marechal Castelo Branco tinha prendido os principais líderes operários e dos trabalhadores urbanos e rurais; tomou as medidas econômicas para conter a crise, garantindo uma maior exploração dos trabalhadores e, instalou o terror de Estado, fundado numa fachada legal instituída através de um conjunto de Atos Institucionais e Complementares, consolidados posteriormente na Constituição de 1967.

Em 15 de março de 1967 tomou posse na Presidência o General Costa e Silva, que havia sido eleito em 3 de outubro de 1966 por um colégio eleitoral e com base nos Atos nº 2 e nº 3. O novo governo não incluía nenhum membro do governo anterior. Vários ministérios foram entregues a oficiais situados na extrema direita do

espectro político das Forças Armadas. Os diversos ministérios que foram entregues a civis demonstravam um claro comprometimento do novo governo com as forças mais reacionárias da sociedade brasileira e com o endurecimento do regime, é o caso, por exemplo, do ministério da Justiça, entregue a Gama e Silva, ex-diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, acusado pelos estudantes de ligações com o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Evidenciava-se, assim, a tendência de militarização do aparelho estatal e uma direitização cada vez maior do governo e do regime (CÁCERES, 1993, p. 332).

Os anos de 1967 e 1968 serão de mobilização e de busca de reorganização dos movimentos de oposição à ditadura, em especial dos movimentos populares e de massa. Setores que haviam participado do golpe, representados pelas figuras de Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, que vinham criticando desde 1965 as políticas do governo ditatorial em relação ao judiciário e ao Congresso, bem como pelas restrições impostas às atividades políticas, em 1967 formaram a Frente Ampla, organização que congregava representantes políticos conservadores descontentes com a política implementada pelos militares e representantes da oposição burguesa exilada pelo golpe, João Goulart e Juscelino entre outros. Em setembro de 1967, as principais lideranças da Frente reuniram-se em Montevidéu, Uruguai, onde estabeleceram um programa mínimo, no qual reivindicava a redemocratização do País, a revogação de toda a legislação de controle, o fim das diretrizes salariais, direito de greve para os trabalhadores e realização de eleições livres e diretas em todos os níveis da representação política.

Com base neste programa, algumas articulações foram tecidas entre os políticos burgueses liberais e conservadores, líderes sindicais e estudantis. Manifestações de rua e comícios foram planejadas; a crescente militância sindical e estudantil e a influente movimentação da Frente Ampla nos meios conservadores e entre os próprios militares, levou os comandantes de tropa e o governo militar a vê-las como uma ameaça. No início de abril de 1968, o governo baixou um

Decreto-Lei pelo qual a Frente Ampla foi proscrita, sendo proibida de realizar comícios, reuniões e passeatas, de divulgar declarações políticas ou publicação de qualquer espécie. (ALVES, p. 127-128).

No início do governo do Marechal Costa e Silva, o movimento sindical buscava reorganizar-se e o Ministério do Trabalho chegou até a incentivar a criação de 854 sindicatos no período de 1967-1968, através de uma política chamada de "renovação". Aproveitando-se dessas vagas, militantes dos partidos clandestinos de esquerda e outros ligados a Igreja Católica e ao movimento estudantil, buscaram ganhar a direção dos sindicatos oficiais, agindo por dentro da estrutura do *sindicalismo de Estado* (BOITO JÚNIOR, 1991) e/ou criando comissões de fábrica. Neste contexto, no dia 16 de abril de 1968, 1.700 operários da Fábrica Belgo-Mineira, a maior de Contagem, tomaram seus diretores como reféns e se declararam em greve, exigindo 25% de aumento salarial. Uma semana depois, 15.000 trabalhadores haviam aderido, paralisando a maioria das principais indústrias da região. Após demissão de sua principal liderança e algumas negociações, os trabalhadores aceitaram a oferta de 10% de reajuste para todos os trabalhadores de Contagem.

Com o objetivo de evitar que se seguisse o exemplo de Contagem, através do Decreto-Lei 5.451, os 10% de reajuste foram estendidos, em conceito de abono de emergência, para todos os trabalhadores do país. Além disso, o Decreto revogava o limite de três anos para a "Lei do Arrocho Salarial", tornando permanente o controle salarial por parte do Estado. Diferentemente da greve de Contagem que teve um início espontâneo, a greve que ocorreu em Osasco foi meticulosamente preparada e planejada para acontecer em novembro de 1968. O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco centralizou uma série de ações com o objetivo de preparar, estruturar e dar consistência ao movimento. Foram criadas várias comissões de fábricas, realizados contatos com o movimento estudantil, organizando algumas redes extra classe social para apoio, entre outras ações realizadas (ALVES, 1984, p. 119-125).

O que talvez não tenha sido previsto foi a reação do Estado burguês ditatorial. Pois, um movimento organizado a partir das bases não poderia ser tolerado, principalmente quando algumas formas de organização iam além da estrutura vigente do sindicalismo de Estado. No segundo dia de greve o sindicato sofreu intervenção do Ministério do Trabalho, que afastou todos os dirigentes eleitos. Os operários que ocuparam a fábrica da Cobrasma sofreram dura repressão física. A fábrica foi invadida por veículos blindados e soldados fortemente armados, inclusive, com metralhadoras. Cento e vinte trabalhadores foram detidos, muitos deles torturados. A sede do sindicato foi cercada e ocupada por militares. Sem sede para reunião, os trabalhadores recorreram à Igreja Católica local. A Igreja foi invadida pelas tropas, com a detenção de todos os ali presentes. Dessa maneira, a greve teve sua resistência quebrada em três dias (ALVES, 1984, p. 125-126).

Um outro movimento de resistência à ditadura bastante ativo nesse período foi o movimento estudantil. Em 1967-1968 o movimento estudantil, em especial o universitário, protestava contra a reforma universitária baseada no acordo entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), que pretendia, entre outras coisas, introduzir o ensino pago nas universidades públicas. Apesar do regime ter formalmente extinto a União Nacional dos Estudantes (UNE), esta continuava viva e atuante na clandestinidade. Em 1967 realizou clandestinamente o seu 29º Congresso em São Paulo.

Em 28 de março de 1968, uma quinta feira, durante um protesto contra o aumento de preços e a deterioração da qualidade da comida, tiros disparados por soldados do batalhão de polícia militar que foi ao local reprimir o movimento, atingiram mortalmente o estudante secundarista Edson Luís, de 16 anos. O enterro, no dia seguinte transformou-se em ato de protesto com milhares de pessoas, em torno de 50 mil, que acompanharam Edson no seu funeral. As manifestações intensificaram-se e, em 25 de março, mais uma passeata pacífica realizada no centro do Rio de Janeiro mobilizou mais de cem mil pessoas. Daí saiu uma comissão, composta por representantes dos

estudantes, do Movimento de Mães pela Anistia, trabalhadores e um padre. Esta comissão tentou negociar, sem sucesso, medidas de liberalização com o governo militar (ALVES, 1984, p. 115-119 e POERNER, 1979, p. 293-296).

Diante da mobilização do movimento estudantil, operário e de oposição burguesa, o Marechal Costa e Silva e reagiu fortemente usando como pretexto o discurso do deputado do MDB, Márcio Moreira Alves, que instou o boicote popular a parada militar de 7 de setembro e solicitava que as moças do País, naquela data, não dançassem com os cadetes enquanto não terminassem as torturas e a ditadura no Brasil. O governo militar tentou processar o deputado, que tinha imunidade pela Constituição de 1967. O supremo Tribunal pediu licença à Câmara, que negou o pedido, em sessão histórica, por 216 contra 141.Como represália, o governo militar fechou o Congresso e baixou o *Ato Institucional Nº 5*. Através deste Ato o governo militar se assegurava, entre outras coisas, conforme resumiu Alves (1984, p. 131):

> 1) poder fechar o Congresso Nacional e as Assembléia estaduais e municipais; 2) direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federa/estadual e municipal; 3) direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos, e reinstituição do "Estatuto dos Cassados"; 4) direito de demitir, remover juízes, e suspensão das garantias ao Judiciário de vitaliciedade, inamovilidade e estabilidade; 6) poder de decretar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967. 7) direito de confiscar bens como punição por corrupção; 8) suspensão da garantia de habeas corpus em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional; 9) julgamento de crimes políticos por tribunais militares; 10) direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares; 11) proibição de apreciação pelo Judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do Ato Institucional nº 5. Os réus julgados por tribunais militares não teriam direito a recursos. Todas as disposições do ato permaneceriam em vigência até que o Presidente da República assinasse decreto específico para revogá-lo.

Embora o Ato tenha sido assinado em 13 de dezembro de 1968, sabe-se hoje que ele já estava pronto desde as greves de Contagem. Com a assinatura do Ato nº 5, o arbítrio, a perseguição aberta aos movimentos de oposição, revolucionários ou não, foram institucionalizados. A partir do AI-5, os que lutavam contra a ditadura poderiam ser enquadrados na categoria de criminosos ou subversivos, sem nenhum recurso jurídico possível, assim, instalou-se abertamente o terror de Estado.

Pelo percurso aqui traçado podemos observar que os golpistas de 1964 não tinham claro qual o curso político a ser seguido. Neste sentido, as medidas tomadas e a institucionalização da repressão se deram no transcorrer das conjunturas e como resultado do acúmulo de forças por setores mais à direita das Forças Armadas.

A legislação instituída pela ditadura visou legalizar e ordenar a repressão do Estado burguês brasileiro na garantia à propriedade privada e a uma maior exploração das classes trabalhadoras. Tornou-se mais agressiva na medida em que nas diversas conjunturas do período alteravam-se as posições políticas à direita na burocracia militar e aumentava a margem de manobra e de autonomia relativa dessa burocracia, em confronto com as tentativas de ação de resistência e reorganização dos movimentos populares e das ações de grupos revolucionários. Essa legislação ditatorial só foi removida depois de muita luta do povo brasileiro, que resultou na realização do processo constituinte que teve início em 1986, consolidado na Constituição liberal, que o Deputado Ulisses Guimarães, então, Presidente do Congresso Constituinte, denominou de Constituição Cidadã, em 1988.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BAFFA, Ayrton. **Nos porões do SNI**: o retrato do monstro de cabeça oca. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

BOITO JUNIOR, Armando. O **sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical.** São Paulo: HUCITEC, 1991.

CÁCERES, Florival. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1993.

HIRATA, Helena *et all*. **Movimento operário brasileiro no século XX**. Belo Horizonte: Vega, 1980.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

SPINDEL, Arnaldo. **Ditaduras**. São Paulo: Brasiliense/Círculo do Livro, s/d.

A HISTÓRIA DO MERGULHO PROFISSIONAL

Roberto Calabria Guimarães da Silva[31]

A atividade de mergulho é sem dúvida, uma das atividades mais antigas praticadas pelo ser humano, não se sabe ao certo como esta atividade teve início, existem suposições acerca de como o ser humano começou a mergulhar, uma das mais aceitas é que o ser humano mergulhou para, provavelmente encontrar algum objeto que caiu na água, mar, rio ou lago, não se sabe ao certo. Outra forma que levou o homem a mergulhar, foi a busca de alimentos, como peixes, moluscos, mariscos, etc.

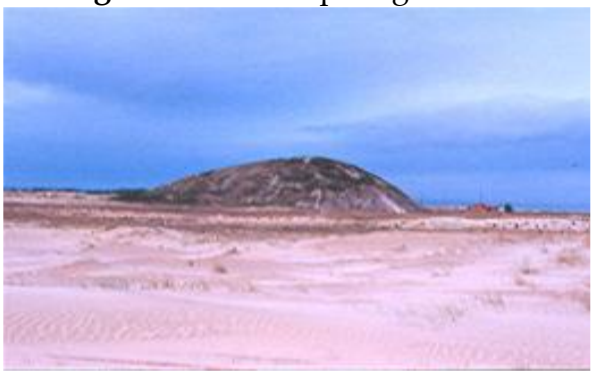
Descobertas realizadas por arqueólogos mostram o homem pré-histórico entrando na água em busca de mariscos, e posteriormente avançando cada vez mais fundo, seja por curiosidade, seja por busca de alimentos, comunidades primitivas que viviam no litoral passaram a ser denominadas pelos arqueólogos de sambaquis. As descobertas arqueológicas mostram a evolução da atividade de mergulho ao longo da história do ser humano.

Na pré-história, os sambaquis e conchas utilizadas em adornos, mostram a prática da atividade de mergulho feita pelo homem pré-histórico. Esses pioneiros, realizaram a atividade de mergulho sem nenhum equipamento auxiliar, provavelmente mergulharam com as roupas que utilizavam no dia à dia ou nus, e utilizavam no máximo um arpão feito de galhos de árvores, com a ponta afiada por um pedaço de pedra lascada.

[31] Professor Assistente Curso de História da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Integrante do Núcleo de Estudos Políticos, Estratégicos e Filosóficos - NEPEF. Email: robdiver47@gmail.com

> Vejamos o caso dos sambaquis ao longo da própria história da arqueologia brasileira. Esse tipo de sítio arqueológico é tema de interesse científico desde a segunda metade do século XIX. Sambaqui é uma palavra de etimologia Tupi, língua falada pelos horticultores e ceramistas que ocupavam parte significativa da América do Sul e estavam na costa brasileira quando os europeus iniciaram a colonização. Tamba significa conchas e ki amontoado, que são as características mais marcantes desse tipo de sítio. Trata-se de denominação amplamente utilizada pelos pesquisadores e que denota a capacidade de observação e síntese dos falantes Tupi. Os sambaquis são caracterizados basicamente por serem uma elevação de forma arredondada que, em algumas regiões do Brasil, chega a ter mais de 60 metros de altura e é composto basicamente de material faunístico como conchas, ossos de peixe e mamíferos. Ocorrem também frutos e sementes, sendo que é recorrente a presença de esqueletos de homens, mulheres e crianças de diferentes idades. Contam igualmente com inúmeros artefatos de pedra e de osso, marcas de estacas e manchas de fogueira, que compõem uma intrincada estratigrafia. (GASPAR, 2004)

Figura 1 – Sambaqui Figueirinha



Fonte: GASPAR, 2004.

Com a evolução da tecnologia ao longo da história, o mergulho passou por grandes transformações. Pois o homem, não está apto do ponto de vista fisiológico para viver no ambiente subaquático, o ser

humano vai pouco a pouco, superando esta barreira natural com o uso da tecnologia, segundo Jaques Yves Cousteau.

> Compensa a falta de gordura isolante pelo desenvolvimento de melhores trajes de mergulho. Empenha-se para aperfeiçoar os equipamentos de respiração e compreender a fisiologia do mergulho. Já passou um mês inteiro em colônias submarinas. É o proprietário orgulhoso e usuário de dezenas de submersíveis de exploração, já desceu em batiscafos além das profundezas alcançadas pelos cachalotes. O homem não pode voar. E não pode mergulhar muito bem. Mas conquistou o ar, a lua e a mais profunda fossa oceânica. Os esforços do homem para penetrar no elemento estranho que acalentou seus ancestrais remontam aos tempos mais antigos. Em portos do leste do mediterrâneo, nas águas quentes do golfo Pérsico e Oceano Índico, em ilhas dispersas do Pacífico, até mesmo nas águas geladas da Terra do Fogo, o homem já mergulhava antes mesmo que houvesse escribas registrando seus feitos. Esses mergulhadores primitivos eram ao mesmo tempo práticos e místicos. Das águas misteriosas traziam alimentos e tesouros, além de histórias fantásticas que mantiveram viva a mitologia - pérolas, corais e histórias de monstros, esponjas e lendas de sereias. (COUSTEAU, 1979)

Figura 2 – Jaques Yves Cousteau

Fonte: SUBMERSO, 2012.

O ser humano vai superando as suas limitações através do uso da tecnologia, que inicialmente vai produzir ferramentas, que vão auxiliar os seres humanos em suas atividades, posteriormente serão

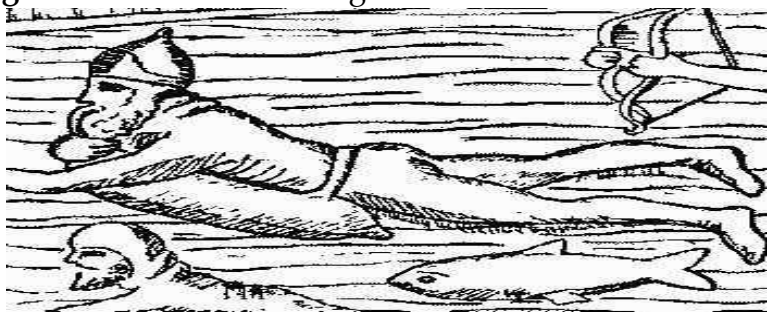
inventadas as máquinas. Entra em cena a mecanização e com a evolução da tecnologia e inovação, surge a informática, que por sua vez, vai conduzir a automação. Com a atividade do mergulho não foi diferente, a prática do mergulho evolui com a história, do mergulho para recolher objeto na pré-história, para o mergulho saturado em atividade subsea, vai acompanhar a evolução tecnológica ocorrida nos períodos históricos. Já em 4500 a.C. havia mergulhadores recolhendo madrepérola, como se pode comprovar pelos ornamentos nas paredes de Bismaya". (COUSTEAU, 1979). A atividade de mergulho profissional teve início entre os séculos X e IX a.C. esses pioneiros mergulhavam para resgatar alimentos, esponjas, corais, pérolas, etc. praticavam o mergulho em apneia (suspensão voluntária da respiração) a uma profundidade de no máximo 30 metros. Através do conhecimento prático, a técnica de apneia foi aperfeiçoada, possibilitando mergulhos a profundidades de até 65 metros com apneia de até 2 minutos. Segundo Jacques Cousteau, antes dos primeiros registros escritos já havia atividades de mergulho em portos do leste do mediterrâneo, nas águas quentes do golfo Pérsico e Oceano Índico, em ilhas dispersas do Pacífico, até mesmo nas águas geladas da Terra do Fogo (COUSTEAU, 1979).

Figura 3 – Desenho de mergulhador feito em 1511 de U.S.

Fonte: Navy Diving Manual, 1970.

No século IX a.C. os Assírios passaram a utilizar mergulhadores de combates, tornando-se os pioneiros na utilização de mergulhadores militares, os mergulhadores Assírios utilizavam uma bolsa de pele de carneiro, presa ao corpo, na qual era preenchida com ar, para possibilitar ao mergulhador, respirar no fundo do rio, utilizavam um cinto de pedras (lastro), para se manter no fundo, como as cidades na antiguidade oriental eram murados, com uma passagem para possibilitar a entrada do rio na cidade, os mergulhadores Assírios mergulhavam no rio, entravam na cidade, matavam as sentinelas e abriam o portão para a entrada do Exército Assírio, numa operação muito semelhante com os comandos modernos.

Figura 4 - Desenho de mergulhadores de combate Assírios

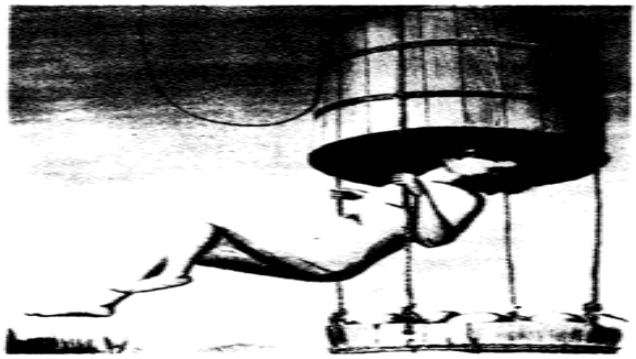


Fonte: www.hid0141.blogspot.com.br, 2011.

No século V a.C., relatos do historiador grego Heródoto mostravam as façanhas de um mergulhador chamado Scyllis, que trabalhava em resgate de objetos para o imperador persa Xerxes, que utilizava mergulhadores para resgatar objetos de valor nos mares do império, ele desenvolveu uma tabela de pagamentos, na qual, quando mais profundo fosse o mergulho, maior seria a remuneração, o que demonstrava um conhecimento da relação profundidade/perigo na atividade de mergulho. “Sília de Sione e sua filha Ciana, mergulharam para cortar os cabos das âncoras dos navios de guerra do rei persa Xerxes. Houve uma terrível tempestade, os navios encalharam e afundaram. Sília e Ciana tornaram a mergulhar para saquear os

destroços." (COUSTEAU, 1979). Os gregos foram os primeiros a criar equipamentos para auxiliar os mergulhadores em suas atividades, eles inventaram o sino de mergulho, equipamento utilizado por mergulhadores profissionais até os dias atuais. "Durante o sítio de Alexandre o Grande à Ilha-fortaleza de Tiro, em 332 a.C. Os mergulhadores foram usados para destruir as defesas submersas dos fenícios. Alexandre teria observado a operação, submergido num barril de vidro ou sino de mergulho." (COUSTEAU, 1979).

Figura 5 – Mergulhador respirando em barril U.S.



Fonte: Navy Diving Manual, 1970.

Desde os tempos imemoriais, os gregos mergulhavam para recolher esponjas, que eram utilizadas pelos soldados (Hoplitas) nas suas pesadas armaduras com a finalidade de amortecimento. "Aristóteles descreveu o valor de esponjas a soldados que a usavam para amortecer as armaduras pesadas." (COUSTEAU, 1979). No oriente destacamos a atividade das amas, mulheres mergulhadoras que utilizam a atividade de mergulho com a finalidade de recolher pérolas e alimentos, Cousteau tem uma teoria interessante em relação a prática do mergulho de recuperação feita por mulheres no Japão e na Coréia.

> As japonesas figuram entre as mulheres mais liberadas do mundo em tudo que se relaciona com o mar. As mergulhadoras *amas* operam na Coréia e Japão há pelo menos 1.500 anos. Já foram pescadoras de pérolas, mas

> hoje as trinta mil praticantes mergulham quase exclusivamente em busca de alimentos. No passado, ambos os sexos empenhavam-se no mergulho, mas hoje bem poucos homens praticam essa arte. (COUSTEAU, 1979)

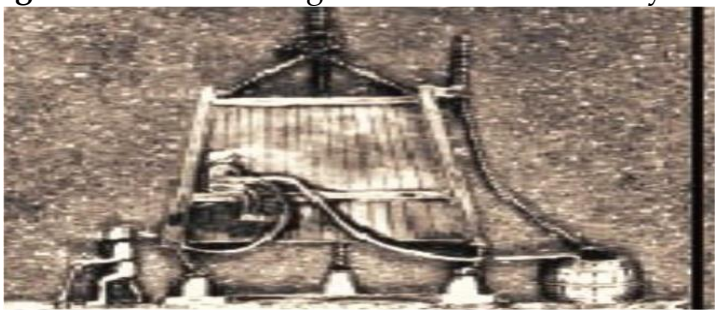
Durante a Idade Média na Europa, praticamente cessaram os relatos sobre a atividade de mergulho, o que pode ser entendido sobre dois prismas, devido ao abandono da escrita pela maioria da população, ficando os registros escritos apenas para os membros da Igreja Católica ou, devido a grande retração sofrida pelas atividades comerciais, devido a perda das rotas marítimas do Mediterrâneo, a partir da fragmentação do Império Romano, fato esse ter levado a cessação das atividades de mergulho em solo europeu. A exceção é o poema *The Diver de* Friedrich Schiller, na qual ele cita as façanhas de um mergulhador Nicholas, conhecido como o peixe.

Com o advento da Idade Moderna, os oceanos tornam-se a nova rota de escoamento das riquezas, inicia-se a expansão marítima e comercial europeia, o Velho Mundo torna-se o centro mundial do modo de produção capitalista, e as áreas conquistadas, tornam-se colônias e passam a fazer parte da periferia do sistema. Essa nova dinâmica da sociedade europeia, capitaneada pelo comércio e pela ciência traz um novo impulso à atividade de mergulho.

Com o mar sendo a principal rota comercial do mundo, o número de naufrágios cresce de forma exponencial, seja em navegação oceânica, seja na região portuária, no primeiro caso, as riquezas trazidas por estes navios estavam perdidas, mas, no segundo caso, era possível a recuperação e, esse fato impulsiona a atividade de mergulhadores de resgate de objetos que passam a atuar nos portos. Começam a surgir novos inventos de mergulho, alguns inspirados em desenhos feitos por Leonardo da Vinci. Inspirado pelo sino de mergulho desenvolvido pelos gregos na antiguidade, Edmund Halley desenvolveu o sino de mergulho fechado no ano de 1651, esse equipamento possibilitava aos mergulhadores se posicionar no fundo do mar, recebendo suprimento de ar oriundo da superfície, o que possibilitava mergulhos nas regiões portuárias com a finalidade de

resgatar objetos valiosos perdidos em naufrágios. O primeiro teste ocorreu no rio Tamisa, onde ele e mais quatro mergulhadores ficaram a uma profundidade de 18 metros por quase uma hora. Halley aperfeiçoou o seu invento e, em 1690, ele conseguiu ficar a uma profundidade de 20 metros por aproximadamente 4 horas.

Figura 6 – Sino de mergulho de Edmond Halley U.S.



Fonte: Navy Diving Manual, 1970.

A evolução para o traje de mergulho foi o próximo passo, em 1715, segundo Jacques Cousteau, um inventor inglês, John Lethbridge, projetou este implausível aparato blindado para mergulhos. Alegou ter descido a dez braças no tanque lacrado centenas de vezes - um feito impossível. (COUSTEAU, 1979). Aconteceram exageros como o citado acima, mas é certo que John Lethbridge conseguiu algum sucesso em profundidades baixas.

Figura 7 – Traje de John Lethbridge U.S.

Fonte: Navy Diving Manual, 1970.

Na atividade de mergulho, a revolução industrial também vai trazer grandes novidades, onde podemos destacar a invenção do compressor de ar, o ar comprimido vai causar uma revolução na atividade do mergulho, pois com o compressor de ar surge a atividade de mergulho na modalidade mergulho dependente, o mergulhador passa a receber ar comprimido fornecido pela superfície.

O advento do ar comprimido possibilitou mergulhos mais longos em profundidades maiores. No século XIX, ocorre a segunda revolução industrial, era do petróleo e eletricidade, com isso, surge invenções importantes para a indústria, invenções como: perfuratrizes pneumáticas e compressores de ar, acompanhando essa grande revolução tecnológica, começam a surgir empresas especializadas na produção destes equipamentos. Os irmãos Holmam começaram fabricando perfuratrizes, posteriormente passaram a fabricar compressores de ar, que inicialmente foram adaptados de motores a vapor. Outra empresa a atuar no ramo de compressores foi a Atlas Copco que inicialmente produzia materiais para ferrovia, posteriormente, após a visita de um de seus engenheiros aos Estados Unidos, passou a produzir brocas e compressores (VELOSO, 2014).

> Durante os anos de 1880, com a queda repentina na procura por equipamentos ferroviários, um dos engenheiros da empresa foi em missão aos Estados Unidos, onde adquiriu modelos de rebitadores pneumáticos que iniciariam uma nova linha de produção. Duas décadas depois, em 1901, foi criado um departamento especial para perfuratrizes de rocha e, em 1904, foi fabricado o primeiro compressor da marca. (VELOSO, 2014)

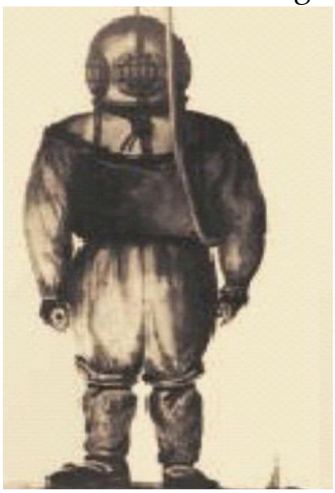
Nos Estados Unidos, a indústria do petróleo começa a se desenvolver, com a descoberta do primeiro poço de petróleo no país pelo Coronel Drake, posteriormente Rockfeller dá um grande impulso a indústria petrolífera com a criação da Standard Oil, esse avanço incentivou inovações tecnológicas na área, Robert Gardner começou inventando reguladores para motores a vapor, migrando posteriormente para a fabricação de bombas para caldeiras e por fim

passou a produzir compressores verticais de alta velocidade, com a finalidade de suprir a demanda gerada pela descoberta de novos campos de petróleo nos Estados Unidos. (VELOSO, 2014). INGERSOLL RAND:

> Simon Ingersoll patenteou sua perfuratriz a vapor em 1871, fundando a Ingersoll Rock Drill Company. No ano seguinte, foi fundada a Rand & Waring Drill & Compressor Company que, em 1879, passou a se chamar Rand Drill Company. Em 1888, a Ingersoll fundiu-se com a Sergeant Drill Co., formando a Ingersoll-Sergeant, cujas máquinas foram usadas no início das obras do Canal do Panamá, em 1904. No ano seguinte, a Ingersoll Sergeant juntou-se à Rand, formando a Ingersoll-Rand Co. (VELOSO, 2014)

As primeiras décadas do século XIX foram marcadas pela ideia se criar um traje de mergulho que possibilitasse ao mergulhador trabalhar sem a necessidade do sino de mergulho, franceses e alemães passaram a disputar ente si, quem conseguiria criar o traje de mergulho, o primeiro passo foi dado pelos irmãos Deane, que adaptaram um capacete utilizado por mineiros e bombeiros que era colocado em um traje, onde o ar era fornecido pelo compressor (recém inventado), porém, o capacete era apoiado nos ombros do mergulhador, e qualquer inclinação do mesmo, alagava o capacete e levava ao afogamento do mergulhador. (CUNHA, 1999). Apesar da disputa, a vitória foi de August Siebe, engenheiro alemão radicado na Inglaterra que inventou em 1939, um traje de mergulho selado Siebe criou uma roupa impermeável na qual era fixada a parte inferior do capacete, o chamado *corselete*. (CUNHA, 1999). Em poucos meses seu equipamento era utilizado pela maioria dos mergulhadores e o desenho básico permaneceu inalterado pelos próximos 100 anos. Durante este período provavelmente dezenas de milhares de conjuntos semelhantes foram fabricados e alguns continuam em uso até hoje, sendo abastecido de ar comprimido pela superfície através de uma mangueira (umbilical), e sem o problema do traje dos irmãos Deane, o traje revolucionário foi batizado de escafandro (LEMOS, 2012).

Figura 8 – Escafandro de August Siebe



Fonte: LEMOS, 2012.

O escafandro deu início a uma nova era no mergulho, a partir do novo traje, iniciava-se a era do mergulho dependente, abrindo novas possibilidades para a atividade de mergulho profissional, o escafandro possibilitou a utilização de mergulhadores em obras de engenharia como fundações de pontes, tubulões, coluna de cais de portos, diques, barragens, etc. A profundidade projetada por vários trajes rígidos desenvolvidos nos anos 30 era de 200m, nunca alcançada na realidade. (LEMOS, 2012). Com o aumento da profundidade e do tempo de fundo, aumentaram as possibilidades de utilização de mergulhadores e a atividade de mergulho começou a entrar de vez no hall do profissionalismo, porém, problemas começaram a aparecer. Antes do escafandro já tinha sido percebido que os mergulhadores que trabalhavam em uma câmara pressurizada inventada pelos franceses, denominada Caissons (caixões) sofriam uma doença desconhecida, os relatos sobre a doença misteriosa na qual os mergulhadores eram acometidos chamou a atenção do Dr. Paaul Bert.

Figura 9 – Cassions

Fonte: LEMOS, 2012.

Desde a antiguidade que o homem realiza a atividade de mergulho, e desde os tempos remotos que se observam doenças relativas a esta atividade, as mais antigas observadas são os barotraumas (traumatismos causados pela pressão). Sangramentos pelo ouvido, nariz, irritação na pele eram visíveis após a prática do mergulho.

> Existem registros de atividades de mergulho e doença descompressiva desde os tempos de Aristóteles nos anos 300 a.C., quando foram descritos sintomas sugestivos de barotrauma do ouvido médio com ruptura do tímpano. No entanto, há relatos ainda mais antigos de atividades de mergulho desde 4.500 a.C., que buscavam pérolas e conchas. (http://www.hiperox.com.br/hiperox/o-que-e/)

Os primeiros relatos da doença descompressiva dizem respeito a mineiros. Com o desenvolvimento de compressores aliados ao surgimento do escafandro, que aumentou a profundidade e o tempo de fundo, começaram a surgir casos relativos a um suposto mal das profundezas. O primeiro médico a investigar o mal, foi o Dr. Paul Bert, que em 1878 o livro "La Pression barometric", após estudar os casos e chegar à conclusão que a causa da doença tinha a ver com a formação de bolhas de nitrogênio na corrente sanguínea e no tecido do mergulhador, Paul Bert utilizou as leis de Dalton (pressão parcial dos gases) de 1801 e Henry (dissolubilidade dos gases no meio líquido em altas pressões) de 1802. Paul Bert propõe a recompressão com oxigênio para tratar a doença descompressiva, Paul Bert também

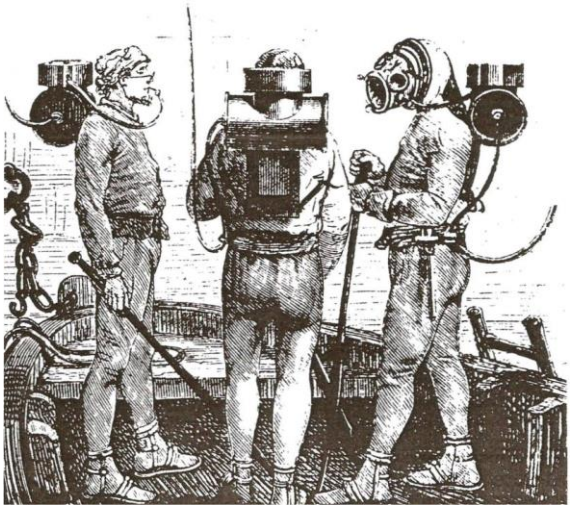
constatou a toxidade do oxigênio a profundidades superiores a 6 metros. A toxidade do oxigênio ficou conhecida como efeito Paul Bert.

> Foram os engenheiros das minas de carvão no século XIX, que primeiro relacionaram os sintomas apresentados pelos operários, ao saírem das minas, com a mudança de um ambiente pressurizado para outro com pressão normal, na superfície. Coube ao engenheiro francês, Triger, em 1841, a primeira descrição dos sintomas da doença descompressiva. Mas só em 1854, Pol e Watelle foram os primeiros a observar que a recompressão aliviava os sintomas. Outro engenheiro que teve grande importância no desenvolvimento da medicina hiperbárica, foi E.W. Moir, em 1889. Moir instalou uma câmara hiperbárica durante a construção de túneis ferroviários, sob o rio Hudson, em Nova York, reduzindo a mortalidade dos operários de 25 para 1,6 %. Em 1878 o fisiologista francês Paul Bert publicou a obra "La Pression barometric", provando que a doença descompressiva era determinada pela formação de bolhas de nitrogênio nos tecidos e no sangue circulante e, que a respiração de oxigênio, sob pressão elevada é tóxica para o sistema nervoso central, provocando convulsões. Tal sistema ficou conhecido como efeito Paul Bert. (http://www.hiperox.com.br/hiperox/o-que-e/)

Com o mergulho dependente consolidado, os engenheiros passaram a vislumbrar uma forma de libertar o mergulhador da dependência da superfície, surgia a ideia de mergulho autônomo, uma busca que só seria alcançada na década de 1940 com a invenção do Aqualung. O primeiro passo em direção ao mergulho autônomo foi dado por Rouquayrol e Denayrouze. Eles inventaram um compartimento que ficava preso as costas do mergulhador, e permitia que o mesmo pudesse desligar o ar vindo da superfície e permitia um pequeno tempo autônomo ao mergulhador, apesar de rudimentar, o equipamento possuía um artefato, que até os dias atuais é importante para os equipamentos de mergulho autônomo, esse artefato era um regulador de fluxo que controlava a passagem de ar do tanque para a boca do mergulhador, é o antecessor do regulador conhecido como

segundo estágio. O aparato de Rouquayrol e Denayrouze foi inventado em 1865 e encarna bem o espírito de pesquisa e inovação da segunda metade do século XIX, fase que englobava a 2º revolução industrial, as descobertas de Charles Darwin e as obras de ficção de H.G Wells e Júlio Verne.

Figura 10 - Artefato de Rouquayrol e Denayrouze



Fonte: LEMOS, 2012.

No final do século XIX, os engenheiros passaram a utilizar mergulhadores em suas obras subaquáticas, e desenvolveram tubulões em obras nas minas e nas fundações de pontes, o mal dos mergulhadores (doença descompressiva) também atingiu os operários que trabalhavam em ambiente hiperbárico. A última grande contribuição do século XIX para a atividade de mergulho foi a criação da câmara hiperbárica, que foi o caminho natural a partir das descobertas do Dr. Paul Bert sobre a doença descompressiva e seus efeitos sobre mergulhadores e trabalhadores que laboravam em ambientes hiperbárico. A primeira câmara hiperbárica foi inventada por Fontaine na Europa, enquanto a primeira câmara hiperbárica americana foi inventada em 1891 por Corning, também responsável pela invenção do compressor elétrico.

O século XX marca uma aceleração no processo de industrialização dos países desenvolvidos (USA e Europa Ocidental), novas indústrias começam a ganhar espaço, siderurgia, metalomecânica e automobilística, esta última acelera a indústria petrolífera, as cidades se adaptam para receber o automóvel, essa situação leva a várias obras de engenharia, como fundações, pontes, barragens, obras de formação de esgoto, metrô, etc. Algumas dessas obras necessitavam de mergulhadores, com o avanço das técnicas de mergulho dependente, no mergulho autônomo as pesquisas começavam a avançar.

Em 1905 Haldane desenvolveu a primeira tabela de mergulho com as respectivas paradas para descompressão, o modelo de Haldane serviu de base para as tabelas de descompressão da U.S Navy (Marinha Americana) que é utilizada por seus mergulhadores até os dias atuais. Os estudos de Haldane, que era fisiologista, foram com mergulhadores da Royal Navy (Marinha Real Britânica). E possibilitaram o desenvolvimento da tabela de mergulho descompressiva.

A evolução dos compressores, aliada ao conhecimento da doença descompressiva a partir das pesquisas do Dr. Paul Bert e a evolução do conceito de tabelas de mergulho com as pesquisas de Haldane, possibilitaram um novo salto na tecnologia de mergulho, o que era apenas um sonho nas obras de Júlio Verne e H.G Wells e apenas uma ideia longínqua de Rouquayrol e Denayrouze, tornava-se realidade a possibilidade do mergulhador realizar a sua atividade totalmente livre do ar fornecido pela superfície, entrava em prática o mergulho autônomo, com o desenvolvimento da SCUBA (Self Contained Underwater Breating Apparatus), as pesquisas avançaram na França.

Em 1933 Le Prieur, oficial da Marinha Francesa, construiu um equipamento autônomo de mergulho, por não ter incluído uma válvula reguladora de demanda, os mergulhadores tinham dificuldades em controlar o fluxo de ar, isso limitava os mergulhos. George Cornheines tenta utilizar em mergulho o equipamento de respiração

que os bombeiros utilizavam para ambientes tóxicos, porém o mesmo faleceu em um dos seus primeiros mergulhos.

A segunda guerra mundial proporcionou um campo fértil para o desenvolvimento do mergulho autônomo, os combates navais possibilitaram o surgimento de uma atividade de mergulho que tinha sido relegada a idade antiga, o mergulho de combate. Mergulhadores militares passaram a realizar atividades diversas: infiltração em território inimigo, sabotagem, demolição, dentre outras.

Os mergulhadores militares passaram a realizar atividades usando um equipamento de circuito fechado, utilizando oxigênio a 100%, na utilização deste equipamento, percebeu-se que a profundidade estaria limitada a 7 metros, pois estudos demonstram que oxigênio a 100% é altamente tóxico, podendo levar rapidamente o mergulhador a óbito. No desenvolvimento do equipamento de circuito aberto, um oficial da Marinha Francesa, o Capitão Jacques Yves Cousteau e o engenheiro francês Emille Gagnan resolveram o problema que apresentara o equipamento de Le Prieur ao criar um regulador de demanda para o cilindro, a partir da adaptação do regulador de demanda de gás veicular para um tanque cilíndrico de alta pressão, o equipamento patenteado como "Aqualung" possibilitou uma liberdade nunca antes experimentada pelo homem em ambiente hiperbárico.

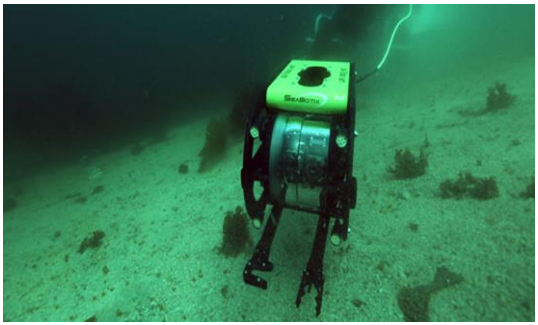
Figura 11 - Aqualung de Cousteau e Gagnan

Fonte: LEMOS, 2012.

Com o Aqualung, o mergulhador alcançava a liberdade de movimentos, porém, ainda havia a limitação da profundidade a ser vencida, a nível fisiológico temos a narcose (intoxicação por nitrogênio) e a toxidade do oxigênio a altas profundidades, essas limitações foram resolvidas com a utilização de misturas gasosas, uma nova tecnologia que começara a ser desenvolvida em 1920 a partir da utilização do hélio, para aliviar os mergulhadores da doença descompressiva (DD). O aperfeiçoamento das misturas levou a criação do NITROX (nitrogênio + oxigênio) utilizado em profundidades até 40 metros, o TRIMIX (hélio + oxigênio + nitrogênio) utilizado em profundidades maiores que 40 metros e o HELIOX (hélio + oxigênio) utilizado em profundidades de até 320 metros. O terceiro problema residia em tempos cada vez maior de descompressão, à medida que a profundidade e o tempo aumentava. Esse problema foi resolvido com a invenção do mergulho saturado que possibilitou o trabalho em grandes profundidades por vários dias, esse tipo de mergulho vai ser utilizado pelas indústrias de petróleo e gás em operações offshore.

Os avanços continuaram com o aperfeiçoamento no traje de mergulho dependente que se deve sua evolução as pesquisas desenvolvidas pela Marinha dos Estados Unidos com os equipamentos da série Mark. Nas últimas décadas do século XX e na primeira década do século XXI temos a invenção do Veículo Operado Remotamente (ROV) que possibilitou trabalhos em profundidades que não era possível ser alcançada pelos seres humanos, o ROV possibilitou um grande avanço na exploração de petróleo e gás offshore em altas profundidades, como o pré-sal, reservas de petróleo no litoral brasileiro descoberta pela Petrobras, estando a uma profundidade superior a 7.000 metros.

Figura 12 - ROV



Fonte: LEMOS, 2012.

Na atividade de mergulho temos a invenção do computador de mergulho, que passa a monitorar todos os dados do mergulhador como: tempo de fundo, tempo total, parada de descompressão, velocidade de subida, gerenciamento da mistura gasosa, etc.

Figura 13 – Computador de Mergulho

Fonte: www.scubapro.com/thecnology, 2016.

Por fim, temos os recicladores de ar, conhecidos como rebreather, que tem a capacidade de reaproveitar o oxigênio respirado, proporcionado um maior tempo de mergulho.

Referências

BORGES, Carlos Neli - **Stress e a Doença Descompressiva:** estão relacionados? Disponível em: http://www.brasilmergulho.com/port/artigos/2002/001.shtml

COSTEAU, Jacques-Yves. **O Mundo dos Oceanos**. Rio de Janeiro: Record**,** Copyright Co, 1979.

COSTEAU, Jacques-Yves. **O Mundo dos Oceanos.** Rio de Janeiro: Record**,** Copyright Co, 1979.

CUNHA, Pedro Paulo A. C. Todos os direitos reservados. *In*. **revista Scuba** n. 36, dezembro de 1999.

DAY, Edson. Artigo publicado no blog **História e Licenciatura**. Disponível em: http://hid0141.blogspot.com.br/2011/03/historia-do-mergulho.html Acesso em: 13/04/2017.

ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA. Paul Bert/Biography. Disponível em: http://www.britannica.com/EBchecked/ topic/62774/Paul-Bert Acesso em: 15/10/2016.

GASPAR, Maria Dulce. Arqueologia, Cultura Material e Patrimônio. Sambaquis e Cachimbos. *In*. **Cultura Material e Patrimônio de C&T**, Rio de Janeiro, UERN, 2004.

GOIÁS. Corpo de Bombeiros de Goiás. **Manual de Mergulho.** Goiânia, 2012.

HENRIQUES, Maurício P. Manual de Instrução de Mergulho Nitrox, *In*. **PDIC Brasil**, Rio de Janeiro, 2004.

HIPEROX. **Medicina Hiperbárica**. O que é?
Disponível em: http://www.hiperox.com.br/hiperox/o-que-e/
Acesso em: 15/06/2015.

PEREGRINO, Adriano. **Manual do Mergulho Autônomo Desportivo** - CBPDS / CMAS, Niterói, 2008.

SCHILLER, Friedrich. **The Diver – Weimar**. Alemanha, 1797.

U.S. Navy Diving Manual. **Washington D.C.: Navy Department**. 1970.

SCUBAPRO. **Imagem Computador de Mergulho**.
Disponível em: www.scubapro.com/thecnology
Acesso em: 20/10/2016.

VELOSO, Norwil. **Os pioneiros do ar comprimido**. Disponível em: http://www.revistamt.com.br, 2014.

QUER SABER MAIS SOBRE A EDITORA OLYVER?

Em www.editoraolyver.org você tem acesso a novidades e contéudos exclusivos. Visite o site e faça seu cadastro!

A Olyver também está presente em:

facebook.com/editoraolyver

@editoraolyver

Instagram.com/editoraolyver

EDITORA OLYVER
www.editoraolyver.org
editoraolyver@gmail.com